

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 22 – Nº 65
Maio/Agosto – 2016**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 22, N° 65, (maio/ago.2016) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 188 p. il.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e <http://www.filologia.org.br/revista>

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Mario Botelho
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Segunda Secretária:	Profa. Me. Eliana da Cunha Lopes
Diretor de Publicações	Profa. Me. Anne Caroline de Moraes Santos
Vice-Diretor de Publicações	Profa. Me. Naira de Almeida Vellozo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:	José Pereira da Silva
-----------------------	-----------------------

Conselho Editorial

Alicia Duhá Lose	Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Angela Correa Ferreira Baalbaki	Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
João Antonio de Santana Neto	José Mario Botelho
José Pereira da Silva	Maria Lucia Leitão de Almeida
Maria Lúcia Mexias Simon	Mário Eduardo Viaro
Nataniel dos Santos Gomes	Regina Céli Alves da Silva
Ricardo Joseh Lima	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Editoração eletrônica	Silvia Avelar Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

Editorial	6
1. A “arte do ditado” – a emergência do <i>dictamen</i> e da <i>ars dictaminis</i> na Idade Média	8
<i>Ricardo Hiroyuki Shibata</i>	
2. A função modalizadora dos verbos <i>dicendi</i> no gênero textual notícia	24
<i>Érica Portas do Nascimento e Isabela Aparecida Canossa</i>	
3. A linguística cognitiva e os estudos da linguagem: uma nova abordagem teórica	36
<i>Eduardo Santana Moreira e Roza Maria Palomanes Ribeiro</i>	
4. Digressões preliminares sobre as conjunções usadas por Horácio em sua <i>Ode I, do Liber I</i>	48
<i>José Mario Botelho</i>	
5. Estratégias de polidez linguística em entrevistas aos presidentes Aécio e Dilma	64
<i>Kleiane Bezerra de Sá e Tiago Alves Nunes</i>	
6. Marcas do contato linguístico/cultural retratadas em dicionários de língua macuxi	79
<i>Alessandra de Souza Santos</i>	
7. O pronome <i>conosco</i> no sul do Brasil: um estudo geolinguístico	90
<i>Antonio José de Pinho</i>	
8. O uso da linguagem lúdica através do <i>ipad</i> no ensino-aprendizagem de autistas	107
<i>Márcio de Moraes Saraiva e Luciana Rocha dos Santos</i>	
9. Para além das traças: desdobramentos contemporâneos das pesquisas filológicas	121
<i>Luiz Eleildo Pereira Alves, Expedito Eloísio Ximenes e Hugo Leonardo Gomes dos Santos</i>	
10. “Qual a sua profissão?”: Vocabulário onomasiológico referente ao campo do trabalho constante em uma ação de desquite do início do século XX	133
<i>Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto</i>	

11. **Um estudo da referenciação na tipologia dissertativa 145**
Gelson Martins de Souza
12. **Usos do conector "mas" em interação face a face: categoria radial de esquemas de força 156**
Naira de Almeida Velozo

RESENHAS

1. **As orações complexas na gramática do português culto falado no Brasil 175**
José Pereira da Silva
2. **Sobre a necessidade de apurar as vistas nas lentes da filologia para uma edição modelo 179**
Ricardo Tupiniquim Ramos

EDITORIAL

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe o número 65 da *Revista Philologus*, do segundo quadrimestre de 2016, com 12 artigos e 2 resenhas dos 20 professores, filólogos ou linguistas seguintes: Alessandra de Souza Santos (p. 79-89), Antonio José de Pinho (p. 90-106), Eduardo Santana Moreira (p. 36-47), Érica Portas do Nascimento (p. 24-35), Expedito Eloísio Ximenes (p. 123-134), Gelson Martins de Souza (p. 147-157), Hugo Leonardo Gomes dos Santos (p. 123-134), Isabela Aparecida Canossa (p. 24-35), José Mario Botelho (p. 48-63), José Pereira da Silva (p. 178-181), Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (p. 135-146), Kleiane Bezerra de Sá (p. 64-78), Luciana Rocha dos Santos (p. 108-122), Luiz Eleildo Pereira Alves (p. 123-134), Márcio de Moraes Saraiva (p. 108-122), Naira de Almeida Velozo (p. 158-177), Ricardo Hiroyuki Shibata (p. 8-23), Ricardo Tupiniquim Ramos (p. 182-187), Roza Maria Palomanes Ribeiro (p. 36-47) e Tiago Alves Nunes (p. 64-78).

No primeiro artigo, o Prof. Ricardo reflete sobre um tema pouco estudado no âmbito da historiografia literária, mas fundamental para o surgimento do humanismo renascentista, que é a arte da epistolografia, que teve grande impacto nas letras da Idade Média,

No segundo artigo, Érica e Isabela analisam notícias de jornais, a partir da hipótese de que os autores modalizam a linguagem para marcar sua posição sobre seu conteúdo, sem violar as propriedades do gênero.

Eduardo e Roza sistematizam, no terceiro, as principais inovações conceituais e epistemológicas do cognitivismo, sobretudo no tratamento de questões relativas à categorização e conhecimento de mundo.

A seguir, José Mario comenta o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas em uma ode de Horácio, atestando a aplicabilidade dos comentários didático-científicos e doutrinários de Dositeo.

Kleiane e Tiago investigam as principais estratégias de polídez linguística e preservação de face nas entrevistas políticas, tomando como corpus duas entrevistas aos presidentiáveis Aécio e Dilma, em 2014.

Alessandra analisa, no quinto artigo, as marcas do contato linguístico e cultural presentes em dicionários de língua macuxi, identificando traços de interferência cultural e linguística entre os índios macuxis e os não índios, que permanecem em situação de contato.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No sétimo artigo, Antonio analisa a variação entre "conosco", "com a gente" e "com nós", através do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil, observando a variação do pronome oblíquo tônico nas dimensões diatópica e diastrática nos estados da região sul do Brasil.

Márcio e Luciana exploram o universo autista a partir de uma perspectiva educacional e demonstram como pode ser utilizado o *iPad* para melhorar alfabetização de crianças autistas e desenvolver a capacidade cognitiva delas.

No nono artigo, Luiz, Expedito e Hugo discutem as novas tendências de pesquisas filológicas que vêm incorporando cada vez mais um caráter multidisciplinar, propondo diversas interfaces entre a filologia e os demais estudos do campo linguístico.

No décimo artigo, Josenilce apresenta parte do estudo do vocabulário de uma ação de desquite do início século XX, pautando-se na teoria do sistema racional de conceitos, proposta por Hallig e Wartburb.

No penúltimo artigo deste número, Gelson focaliza a referência e a progressão referencial em contexto escolar, apresentando uma abordagem teórica que demonstra a relação entre essas questões, discutindo sua heterogeneidade e aplicando os conceitos expostos aplicados a um texto de um aluno do 5º ano do ensino fundamental.

No último, Naira analisa ocorrências do conector "mas", apresentando uma proposta de sua descrição em interações verbais espontâneas, baseada na teoria dos protótipos, nos conceitos de esquema imagético e nos modelos cognitivos idealizados.

Enfim, José e Ricardo apresentam duas resenhas sobre os livros *A Construção das Orações Complexas*, organizado por Maria Helena de Moura Neves, e *Nas Lentas da Filologia*, de Jeovánia Silva do Carmo.

Concluindo, o CiFEFiL agradece pelas críticas que nos puder enviar sobre este número da *Revista Philologus*, sonhando produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para melhorar a interação entre os profissionais de linguística e letras.

Rio de Janeiro, agosto de 2016.



**A “ARTE DO DITADO” – A EMERGÊNCIA DO *DICTAMEN*
E DA *ARS DICTAMINIS* NA IDADE MÉDIA**

Ricardo Hiroyuki Shibata (UNICENTRO)
rd.shibata@gmail.com

RESUMO

A emergência de uma arte dedicada à escrita de cartas, ou seja, do *dictamen* e da *ars dictaminis*, foi um fenômeno de grande impacto nas letras da Idade Média. Embora seja um tema pouco estudado no âmbito da historiografia literária, mesmo porque esteve inserida no interior daquilo que se convencionou chamar de “Idade das Trevas” e de uma época considerada iletrada, cabe dizer que a arte epistolar medieval se apropriou estrategicamente da obra de Cícero, de elementos da Retórica e da Poética clássicas. Nesse sentido, é importante destacar que, a partir disso, em termos de “longa duração histórica”, o *dictamen* e suas sucessivas elaborações, de início, nas chancelarias régias e na corte papal, e depois em práticas letradas de maior disseminação, acabaram por fundamentar as raízes do Humanismo renascentista.

Palavras-chave: Epistolografia. *Ars Dictaminis*. *Dictamen*.

A primeira tentativa de formulação de uma preceptiva exclusivamente dedicada à escrita de cartas deveu-se, salvo engano de certo positivismo histórico, aos esforços dos *dictatores* medievais no sentido de construir uma *ars dictaminis*. A despeito de a Antiguidade Clássica, tanto grega quanto romana, ter praticado amplamente a correspondência em suas diversas modalidades, nunca houve interesse (pelo menos, até onde se tem notícia) em desenvolver as regras internas e o decoro da prática epistolar em seus contornos mais nítidos. É justamente neste sentido que James Murphy (1990) afirma que a *ars dictaminis* constituiu-se em “*truly medieval invention*”, marcando uma apropriação estratégica das práticas da retórica antiga (1990, p. 194). Para George Kennedy, a arte medieval do *dictamen* pode ser considerada “*the major development within the discipline of rhetoric*” (1980, p. 185), uma vez que fora fortemente parametrada pelas convenções dos documentos de índole legal e da correspondência diplomática entre os diversos poderes políticos (cortes dos reinos temporais, Cúria papal e Império). Ou, como diz Giles Constable, a matéria epistolar é “*the most precious documents for the history of the Middle Ages*”. (CONSTABLE, 1976, p. 66)

O ponto de partida dessa trajetória histórica em “longa duração” de uma arte epistolar medieval pode ser dado muito bem por Caius Julius Victor que observava, no século IV, que a tradição retórica romana havia

tratado de forma sistemática, em vários momentos, da questão da *oratio*, ou seja, do discurso a ser proferido nos embates jurídicos que se travavam no contexto do fórum, porém havia silenciado acerca da constituição e dos decoros característicos do *sermo* – aquele que doutrinava as trocas linguísticas no discurso coloquial.

Para preencher esta lacuna, Julius Victor esclarecia que a troca epistolar e de qualquer forma de correspondência escrita, como gênero literário e letrado, deveria se constituir conforme a simulação de uma conversa entre amigos. A partir disso, doutrinava, então, que a epístola deveria ser escrita em *sermo*, com elegância, mas sem ostentação ou rebuscamentos elocutivos, ser breve (sem a amplificação extensa de *topoi*), conter provérbios, pois, do contrário, seria rústica e bárbara. Acrescentava que há dois tipos de epístola: epístolas oficiais (*negotiales*) e familiares (*familiares*); a primeira inclui matéria séria, podendo utilizar linguagem ornada, demonstrar a erudição do remetente e versar sobre assuntos polêmicos; a segunda, entretanto, deveria cultivar a brevidade e a clareza, o uso de provérbios antigos e a linguagem cuidada e sentenciosa. Julius Victor destacava ainda que se deveria atentar, em ambas, para a *intitulatio* (subscrição) e para as *salutationes* (saudações), e para os diversos graus de amizade e de *status* social entre remetente e destinatário. O mesmo deveria ocorrer para o corpo da carta: carta destinada a superior não pode ser jocosa; para igual, não pode ser descortês; para inferior, não deve ser orgulhosa. (MURPHY, 1990, p. 195)

Ao determinar que a epístola deve ser escrita em *sermo*, Victor se aproximava da definição de carta proposta por Demetrius de Faleros: “epístola é metade de um diálogo”, em que fala apenas um dos interlocutores. Aqui, de fato, a despeito de Demétrio se valer de um gênero absolutamente conhecido e difundido, o diálogo, cuja principal referência são os diálogos platônicos, as duas questões fundamentais propostas estrategicamente por Victor (o efeito de presença de quem escreve e a distinção hierárquica entre remetente e destinatário) ainda persistiam na Idade Média, revelando o enorme cuidado que os tratadistas da escrita de cartas tinham com a observância por parte do remetente das variáveis sociais contidas na relação de interlocução (superior para inferior, inferior para superior, de igual para igual) e com os diversos usos pragmáticos do discurso epistolar.

Nesse período, com a emergência do sistema feudal e suas inúmeras hierarquias e ordens, uma das soluções para a escrita de cartas foi o desenvolvimento das *formulae*, “a standardized statement capable of

being duplicated in various circumstances" (*Idem, ibidem*, p. 199), amplamente cultivadas pelos estabelecimentos notariais na elaboração de contratos de índole legal.

A primeira grande expressão dessa conjuntura em que textos-formulários insidiam sobre um contexto de recepção formalizado foi efetivada com Alberico de Monte Cassino, professor de gramática no monastério beneditino de Monte Cassino, no final do século XI (CONSTABLE, 1996, p. 107; HASKINS, 1971, p. 21-23). Conforme disse um clérigo anônimo que visitara Monte Cassino, entre 1159 e 1166, ali se podia encontrar a perfeição da vida monástica: "vita apostolica est vita monachorum communiter viventium, ou seja, ordo monasticum est apostolicus, vita quippe monastica ex apostolica ut dicunt Sancti patres exordium compositum tum doctrina quam vita" (*Apud* CONSTABLE, 1996, p. 159). Tratava-se de uma época que fervilhava em mudanças no âmbito político e cultural e que, por sua vez, deixariam marcas perduráveis nas instituições e nas ideias das épocas posteriores. Este foi o século de grandes desenvolvimentos urbano e comercial, do florescimento das monarquias nacionais, da afirmação do poder pontifício no lastro da reforma gregoriana e no uso muito difundido por toda a Europa do direito romano e do direito canônico. Em particular, Monte Cassino ganhara relevância na região do sul da Itália por suas relações comerciais intensas com a Síria e Constantinopla. (HASKINS, *Idem, ibidem*)

Alberico foi o primeiro a atrelar a escrita de cartas aos princípios da retórica, sobretudo às formulações da *Rhetorica ad Herennium*, então atribuída a Cícero. Em seu *Dictaminum Radii* (final do século XI), Alberico afirma que, na carta, a saudação (*salutatio*) deve vir sempre em primeiro lugar, em destaque e separada do exórdio (*exordium*), restando absolutamente claro aqui que a primeira tarefa é determinar a relação hierárquica entre "quem escreve" e "para quem se escreve". Daí que a constituição e o elenco das dignidades do destinatário, exaltando sua fama e seu poderio, acabam por transformar-se numa forma especializada de encômio, mobilizando, portanto, as regras do gênero epidítico, o que evitaria, em termos do decoro retórico, o vício de não tratar devidamente a quem a carta se endereça. Ou, conforme reza a fórmula medieval, *tu non me tractas secundum ego mereor*. Depois, deve seguir-se a narração (*narratio*) – breve e clara, levando em conta o conjunto de referências pragmáticas de pessoa, assunto e intenção –, a petição (*petitio*) e a conclusão (*conclusio*) – esta, em forma de despedida (*valedictio*).

Parece claro que o esforço de Alberico foi adaptar os princípios da

retórica ciceroniana, cujo escopo recaía sobre a doutrina dos discursos orais, para a estrutura do discurso escrito em forma de carta na época medieval, em especial, para o redirecionamento das bases retóricas propostas pelos tratados de Cícero no que dizia respeito às partes do discurso (*divisio*). Por esse motivo é que Alberico de Monte Cassino distingue a saudação do exórdio; distinção esta que será estratégica para as preceptísticas epistolares subsequentes. A ausência de uma parte específica dedicada à argumentação (*argumentatio*) – parte do discurso que, para Cícero, cabe ao elenco de *topoi* racionais a serem desenvolvidos – e também, da mesma maneira, de uma parte destinada à conclusão (*peroratio*) – momento em que o orador deve mobilizar todo o seu arsenal de lugares do patético – apenas demonstra a importância, nas artes *scribendi* medievais, das duas partes iniciais (*salutatio* e *exordio*) como estratégia de captação da benevolência do interlocutor. Isto pode ser explicado pelo fato de Cícero afirmar, em seu *Ad Herennium*, que a parte mais importante do discurso é o exórdio e que a tarefa principal de qualquer orador é encontrar um início adequado para o seu discurso, pois de nada adiantaria um discurso que não consiga arrebatar de imediato a atenção dos ouvintes.

O mais importante concorrente de Alberico foi Adalberto Samaritano, professor em Bolonha e autor do *Praecepta Dictaminum* (1111-1118). Adalberto afirma, em franca oposição a seu antecessor, que seu tratado, por conta de sua praticidade e utilidade, permitiria ao estudante aprender rapidamente as regras de compor cartas, porém, ele adverte, é necessário, antes, dominar as disciplinas do *trivium* (retórica, gramática e dialética). A partir disso, define a epístola segundo a etimologia: *epistola grecum nomen est compositivum – epi enim supra, stola missio interpretatur*, acrescentando que há dois tipos de “mensagens”: uma, enviada por voz; outra, por carta. As mensagens orais, cujo conteúdo deve ser sigiloso, deviam ser enviadas por mensageiro de confiança (*nuntius*) e serem entregues de viva voz, o que implicava imediatamente aquilo que nas artes do discurso definia-se pela *memoria* e pela *pronuntiatio*.

Adalberto Samaritano diz também que a saudação deve variar conforme a posição social dos interlocutores, conforme ensinava Alberico, e que há três tipos de cartas, pois há três qualidades de pessoas (*sublimis, mediocris e exilis*). Entretanto, adverte que há mais do que apenas três formas de saudação, por isso que acrescenta uma lista de exemplos com vários modos de se endereçar ao remetente e, em apêndice, um conjunto de cartas-modelo. Isto parece sinalizar, como diz James Murphy, certa inconsistência entre a proposta de uma *ars* que pode ser aprendida

rapidamente e a necessidade de se dominar um saber escolar especializado (MURPHY, 1990, p. 214-215). É que, para o pensamento de Samaritano, a epistolografia é uma competência que decorre do estudo dedicado às letras e não um arremedo de uma conversação improvisada. A “rapidez” do aprendizado se deve, por consequência, em grande medida, à correta apropriação das partes do discurso e dos processos de amplificação e desenvolvimento dos lugares-comuns.

De qualquer forma, essa questão dos três estilos remete estrategicamente à sistematização do *aptum* em relação aos *ornatus* da elocução retórica, dividindo-se em três *genera* conforme a classe de assuntos e de situações. O que era organizado em forma mnemônica na *rota Vergilii* (“roda de Virgílio”) devido às três obras fundamentais do poeta latino (*Bucólicas*, *Geórgicas* e *Eneida*) e em conformidade com as categorias de estilo, classe social, nome próprio, animal, instrumento, lugar e planta (LAUSBERG, 1982, p. 271-272). Por exemplo, para as *Bucólicas*, teríamos respectivamente: *stilus humilis* (estilo humilde), *pastor/otiosus* (pastor/ocioso), *Tityrus* e *Meliboeus*, *ovis* (ovelha), *baculus* (cajado), *pascua* (pastagem) e *fagus* (faia); para as *Geórgicas*: *stilus mediocris* (estilo temperado), *agricola* (agricultor), *Triptolemus* e *Caelius*, *bos* (boi), *aratrum* (arado), *ager* (campo) e *pomus* (árvore frutífera); e da mesma maneira para a *Eneida*: *stilus gravis* (estilo alto), *miles/dominans* (soldado/senhor), *Hector* e *Ajax*, *equus* (cavalo), *gladius* (gládio), *urbs/castra* (cidade/acampamento militar) e *laurus/cedrus* (loureiro/cedro).

Para o estilo humilde, prescreve-se o uso de poucos *ornatus* com atenção à *puritas* e à *perspicuitas* com forte acento no *docere* e no *probare*; para o temperado, graus leves de aplicação dos *ornatus* e de uso dos afetos, com acento no *delectare*; e para o estilo grave, fortes doses de *ornatus* com o objetivo de arrebatador (*movere*) o auditório. Esses parâmetros devem evitar que o estilo temperado se transforme em “*fluctuans et dissolutum*”; o grave, em “*turgidum et inflatum*”; e o humilde, em “*aridum et exsangue*”. (*Idem, ibidem*)

Santo Agostinho interpretava de modo diverso essa questão estilística. Para ele, em seu *De doctrina christiana* (livro IV.XII.27-34), a questão dos três estilos não passaria necessariamente pela qualidade do destinatário, mas pelos objetivos do orador. Quando Agostinho discute as funções do discurso, ele recupera em suas formulações a matriz ciceroniana do *ut doceat, ut delectet, ut flectat* (ensinar, deleitar, convencer) – todas relevantes para o orador cristão. A partir dessas formulações, ele agrega uma outra, que recupera a proposta ciceroniana de se aprender os

três estilos de discurso (humilde, temperado e grandioso) com os três tipos de assuntos (cotidianos, moderados e grandes). Ou seja, ensinar pela sutileza, deleitar pela graça da expressão e convencer corações e almas pelos movimentos patéticos e sentimentais. (DRONKE, 1984, p. 12-13; AUERBACH, 1965, p. 25-66; MARROU, 1958, p. 505-540)

Rival de Adalberto Samaritano e famoso sistematizador das técnicas da *ars dictaminis* foi Hugo de Bolonha, discípulo de Alberico de Monte Cassino, e autor de *Rationes dictandi prosaice* (1119-1124). Neste, começa por distinguir dois tipos de *dictamen*: um, prosaico, cujo teor retoma a discussão dos preceptistas anteriores; e outro, métrico, que, por sua vez, divide-se em três subtipos: *carmen*, definido pelos pés métricos; *rithmus*, marcado pelo número de sílabas com consonância vocal; e *prosimetricum*, mistura de prosa e verso. Para o discurso prosaico, diz apenas que se trata do discurso que não leva em conta as leis da métrica (*oratio a lege metri soluta*). Depois, afirma basicamente e sem muita originalidade que há três tipos de cartas, segundo as três qualidades de pessoas, que a saudação é a parte mais importante da carta, e que a carta é dividida em três partes (exórdio, narração e conclusão).

No entanto, é a partir do tratado de Henricus Francigena, *Aurea Gemma* (Pavia, c.1119), que a estrutura da carta ganha sua forma definitiva em cinco divisões: *salutatio*, *benevolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*. O que não invalida o fato de Francigena estar de acordo com os tratados de *ars dictaminis* de seus antecessores quanto à definição de carta como “a suitable arrangement of words set forth to express the intended meaning of its sender”, ou, em outras palavras, “a letter is a discourse composed of coherent yet distinct parts signifying fully the sentiments of its sender”. (MURPHY, 1990, p. 222)

Assim, historicamente, por volta de meados do século XII, em Bolonha, a aplicação da preceptística retórica ciceroniana da *Retorica ad Herennium* à *ars dictaminis*, iniciada por Alberico no final do século XI, ganha seus contornos finais e seu “formato aprovado”. Em verdade, o *dictamen* medieval tornava-se um derivativo especializado de um dos principais tratados de retórica clássica, mesmo porque chamava a atenção, de um lado, para a questão dos três estilos de escrita e seus respectivos decoros da hierarquia de interlocução, e, a partir daí, para as figuras de ornamentação do discurso; e de outro, talvez seu aspecto mais visível e conhecido, para a *dispositio* e para as partes do discurso. Quer dizer, com Haskins, a teoria mais aceita no período propunha que:

*There should be five parts arranged in logical sequence. After the salutation – as to which the etiquette of mediaeval scribe was very exacting each class in society having its own terms of address and reply – came the **exordium**, consisting of some commonplace generality, a proverb, or a scriptural quotation, and designed to put the reader in the proper frame of mind for granting the request to follow. Then came the statement of the particular purpose of the letter (the narration), ending in a petition which commonly has the form of a deduction from the major and minor premises laid down in the **exordium** and narration, and finally the phrases of the conclusion. (HASKINS, 1971, p. 87)*

É importante ressaltar que a preceptística epistolar medieval dividiu o exórdio ciceroniano, cuja função era tornar o auditório atento e benevolente ao que se vai dizer no discurso, em duas partes adaptadas à forma epistolar: primeiro, na *salutatio* (endereçamento formal de saudações ao destinatário) e, segundo, na *captatio benevolentiae* (a introdução ao assunto do discurso). As outras partes restantes da *oratio* clássica, que diziam respeito à parte propriamente argumentativa do discurso com seus *topoi* e seu sistema especializado de *amplificatio*, receberam muita pouca atenção. O mesmo se pode dizer da *conclusio*, que, para os preceptistas, resumia-se apenas a um singelo *Vale(te)*.

Este esquema formal da *dispositio* era tão cristalizado que, num momento posterior, o autor Anônimo, em seu *Rationes dictandi* (Bolonha, c.1135), nem se deu o trabalho de discutir quais eram os pressupostos intelectuais necessários para aquele que desejava escrever cartas; ele se concentrou tão-somente na carta e suas cinco partes, segundo o “formato aprovado” (*per rectam constructione*). Essa ênfase na *dispositio* sinalizava que o formato da carta se tornara “padrão” e que qualquer variação só poderia existir com base nessa forma.

Sem dúvida alguma, à época do Anônimo de Bolonha, o sistema de decoros da arte de compor cartas já estava enraizado há muito no quadro mais geral dos estudos de retórica e de gramática, no entanto autores do quilate de Peter de Blois (c.1212) e Hidelberto de Le Mans (1056-1133) não seguiam as regras da *ars dictaminis*, preferindo um “estilo pessoal” de epistolografia. De Blois admirava as cartas de Hidelberto por sua sofisticação, refino estrutural e por seu estilo elegante e grandiloquente. Hidelberto, por sua vez, afirmava que pouco devia aos tratados de epistolografia, fundada em modelos e formulários; sua influência mais direta, dizia ele, vinha da prática sermonística e da cultura oral, que enfatizavam a manutenção do interesse do público. (MARTIN, 1985, p. 547-548)

Tudo isso, até aqui, acerca do *dictamen prosaicum*, que Alberico de Monte Cassino havia esboçado por primeira vez. E é justamente, a partir desse esboço inicial, que outro discípulo de Alberico, João de Gaeta, logrou desenvolver as matrizes formais do *dictamen rithmicum* (a prosa rítmica) em Órleans, na França, importante centro de estudos dos *autores* clássicos no âmbito da *ars grammatica*. O sucesso desse método, baseado em cláusulas métricas (*cursus*) e no uso intensivo de provérbios e outras figuras de sentença a fim de configurar um *ethos* específico do remetente deveu-se em grande medida à sua incorporação pela Cúria papal como chancela de legitimidade de seus documentos notariais. (FARAL, 1982; MURPHY, 1978, p. 68-111; VINSALF, 1990)

Se os dois principais aspectos já referidos das preceptivas epistolares medievais referiam-se, de um lado, à estrutura da carta e sua *dispositio* em cinco partes, e de outro, à escolha das palavras a serem empregadas e seu arranjo num estilo elegante, neste segundo aspecto é que se enquadra estrategicamente o *cursus* com o objetivo de formar as *clausulae* (cláusulas rítmicas), isto é, padrões rítmicos nos trechos finais das frases e sentenças, baseando-se no acento das palavras – na sua força silábica – e, não, no metro – duração das sílabas (como se procedia no latim clássico à época de Cícero) e obter um efeito de sentido musical e harmônico.

Conforme explica Alain Boureau, o *cursus*, como sistema acentual aplicado à prosa rítmica, só se tornou uma técnica precisa e regrada a partir da reforma gregoriana sob o nome de *cursus romanae curia*. Tratava-se de um sistema, cujo fundamento era a alternância no fim das frases de três modos rítmicos, misturando o número de sílabas com o lugar do acento. Assim, o *cursus* simples (*planus*) terminava uma frase por uma palavra dissílaba paroxítona, seguida de uma palavra trissílaba ou expressão trissílaba equivalente, conforme o esquema “*áa/aáa*”; o *cursus* lento (*tardus*), um dissílabo paroxítono com um tetrassílabo proparoxítono, acentuando a antepenúltima sílaba, conforme o esquema “*áa/aáaa*”; e o *cursus* rápido (*velox*) juntava um trissílabo proparoxítono com um tetrassílabo paroxítono, conforme o esquema “*áaa/aaáa*”. (BOUREAU, 1991, p. 139)

O que parece claro é que, neste momento estratégico, a preceptiva de composição de cartas (*ars dictaminis*) e aquela destinada aos atos notariais (*ars notariae*) se aproximam, sobretudo porque eram concebidas pelos mesmos autores e pela “natureza legal” que ambas possuíam em comum. Como diz Charles Haskins, durante a Idade Média, o *dictamen*

foi um auxiliar prático dos estudos legislativos, o que fez com que mantivesse sua longevidade. Era natural, então, que a escrita de cartas fosse uma das disciplinas estratégicas do curso de Leis nas grandes universidades. Assim, ao lado da montagem de peças judiciárias, do debate sobre leis e normas, a prática advocatícia era também uma das formas de ingresso não só na burocracia do Estado, mas também na diplomacia. O que surpreende é que o aparato a ser mobilizado pelos legisladores profissionais comportava necessariamente uma sólida instrução em práticas retóricas e em textos da literatura clássica. (HASKINS, *Idem*, p. 141; VAN DIEVOET, 1986, p. 79)

Vale lembrar que as *artes notariae* (*artes notariatus*) são recolhidas de modelos de formulários de atos notariais (venda, locação, adoção de filhos, testamento etc.) com notas explicativas e, em geral, com uma introdução a respeito da profissão de notário (tabelião). Provavelmente, a *ars notariae* teve origem no monastério de Monte Cassino, em Bolonha (mesmo local onde houve a primeira grande sistematização da *ars dictaminis*), no século XIII, sendo redigida inicialmente por tabeliães ou por professores de Direito, porém o espectro de sua permanência chegou a ir muito além do século XVI.

Para tanto, basta examinar os exemplos das “cartas de perdão” produzidas na França antes da Revolução burguesa e redigidas por rúbulas ou notários públicos, com sua estrutura à semelhança das práticas da *ars dictaminis* (DAVIS, 1988). Em Portugal, no século XVI, o famoso humanista Damião de Góis noticia que a população de Lisboa muito se valia dos serviços de escrivães de rua – verdadeiros vendedores ambulantes de textos formais:

Em frente da alfândega aparece uma Praça que tem o nome de Pelourinho Velho, onde se pode sempre encontrar não poucos homens, sentados às mesas, aos quais se pode dar o nome de tabeliães ou escrivães, embora não tenham cargo oficial. Todos eles, pois, ganham a vida, ouvindo todos os que a ele acodem e lhes expõem as suas questões, garantem um parecer e escrevem, de imediato, segundo as normas, logo ali os documentos que entregam aos requerentes, a troco de pagamento correspondente à matéria, de tal modo que têm sempre a pena pronta para escrever cartas, sejam de notícias sejam de amor, atestados, discursos, epitáfios, poemas, panegíricos, orações fúnebres, petições, contratos e coisas deste jaez que se lhes peçam. Em parte alguma nas cidades da Europa inteira vi fazer isto. Por aqui facilmente alguém poderá avaliar a grandeza de Lisboa e aquilo a que se entrega a sua gente. (GÓIS, 2002, p. 162-163)

Outro humanista famoso, João de Barros, não mostrou benevolência; criticava os mestres de gramática por fazerem seus alunos aprenderem com base nos autos de tabelião:

Porque havendo de ser por uma cartinha que aí há de letra redonda, porque os meninos levemente saberão ler, e assim os preceitos da nossa fé, que nela estão escritos, convertem-nos a estas doutrinas morais de bons costumes: saibam quantos esta carta de venda; e depois disto aos tantos dias de tal mês; e perguntado pelo costume disse *nichil*. De maneira que quando um moço sai da escola, não fica com *nichil*, mas pode fazer melhor uma demanda que um solicitador delas, porque mama estas doutrinas católicas no leite da primeira idade. E o pior é que por letra tirada andam um ano aprendendo por um feito; porque a cada folha começa novamente conhecer a diferença da letra que causou o aparo da pena com que o escrívão fez outro termo judicial. (CURTO, 1993, p. 359)

De qualquer forma, é justamente no século XIII, com a maturidade da escola de Bolonha, que surgem os dois grandes *dictatores* da “arte do ditado” (de fato, uma “tríade de Bolonha”, com Bene de Florença como nome de menor impacto). Por sinal, dois grandes rivais, cujas carreiras demonstram muito bem a ambição social atrelada à escrita de preceptivas do discurso epistolar, numa época em que se vê resplandecer a Idade de Ouro das comunas italianas. O primeiro deles, Boncompagno da Signa (c.1170-1240), considerado o “príncipe dos *dictatores*”, devido à sua coroação com louros pelo seu tratado *Boncompagnonus* (1215), foi professor em Bolonha, Florença, Veneza, Pádua e, finalmente, em Roma, onde obteve as mais altas prebendas da Cúria.

No entanto, o mais importante e mais imitado de todos foi, sem dúvida alguma, Guido Faba (c.1180-1245), também mestre em Bolonha, depois em Siena, com seu *Summa dictaminis* (c.1228-1229). Segundo Charles Faulhaber, o grande sucesso do tratado de Faba deveu-se, antes de tudo, a despeito da natureza heterogênea e da ausência de princípio organizador, ao fato de se concentrar nos aspectos centrais do *dictamen* e naquilo em que os alunos mais encontravam dificuldade. A própria estruturação do tratado começando pelos vícios de estilo e de composição, combinada a um estilo didático e com forte acento pragmático, repleto de exemplos ilustrativos, compensava a parte teórica e expositiva, reduzida ao mínimo necessário. Também, a supressão de tudo aquilo que não dizia respeito à prosa epistolar, por exemplo, as epístolas fictícias muito comuns nas preceptivas francesas da escola de Órleans. Todavia, o que mais marcava o tratado de Faba era sua total fidelidade à autoridade histórica da escola de Bolonha e sua estreita ligação aos princípios legalistas. (FAULHABER, 1978)

O vigor e a importância do tratado de Fabo se confundem com o próprio sucesso e com o lugar relevante da *ars dictaminis* no contexto da sociedade medieval. Em verdade, o domínio dessa arte era requisito incontornável para todos aqueles que almejavam os lucrativos cargos na administração das chancelarias principescas ou eclesiásticas. Advogados, notários, secretários e chanceleres deviam estar familiarizados com a escrita de documentos formais tanto oficiais, quanto privados.

Em termos históricos, tanto na Antiguidade Clássica, como na Idade Média e (até mesmo) na Idade Moderna, a tarefa do notário constituía-se exatamente em compor documentos de vária natureza segundo formas legalmente válidas, redigi-los para clientes que em sua grande maioria eram analfabetos, validá-los, selá-los e depositá-los em arquivos públicos. Eram os notários que compunham as cartas de cunho administrativo e os diversos acordos da atividade comercial. Devido à natureza muitas vezes paradigmática desses discursos escritos, os notários deveriam ter à sua disposição modelos de cartas e de documentos legais que deveriam elaborar.

Além de matéria notarial e administrativa, a tratadística do *dictamen* começou a incorporar, em apêndice, modelos de discursos, quer dizer, matéria sobre a qual versava a *ars aregendi*. Esses modelos de discursos demandavam um conhecimento retórico muito mais sólido por parte do leitor ou do estudante, pois eram devidamente baseados em práticas reais, em particular, aqueles de índole cerimonial. É perfeitamente possível afirmar, então, que, na Itália do período,

todos los géneros de discurso procedían de las instituciones legales, políticas y sociales de la tardía Edad Media, y que los componían en el estilo retórico de la época, el de los dictadores, mucho antes de los humanistas tuvieran la oportunidad de aplicarles sus propias normas de estilo. (KRISTELLER, 1982, p. 315-316)

Vale esclarecer que, de nenhum modo, a *ars dictaminis* pode ser considerada um conjunto de formulários que dariam conta de todas as situações protocolares da administração pública, incluindo aqui as cartas “particulares”. De fato, a noção de “familiar” na Idade Média tinha pouco a ver com a “intimidade” ou com o ambiente exclusivamente privado ou mesmo individual. A familiaridade era dada por outras coordenadas interpretativas, em especial, àquilo que dizia respeito aos parentes (consanguíneos ou não), aos amigos e às pessoas agregadas ao âmbito da família. Esse modo mais extenso de pensar a realidade social (essa “família alargada”) fazia com que se tratasse de um outro aspecto da ação pública

dos indivíduos.

Além disso, esses “formulários”, que serviriam de base para a escrita de cartas, não poderiam se ressentir de qualquer tensão entre “forma” e “conteúdo” ou mesmo entre uma *dispositio* fixa e uma *inventio* criativa, como diz Purcell (1996, p.44). Para mim, as relações entre remetente e destinatário se davam sempre a partir de uma forte pragmática, que a leitura ingênua e desavisada dos tratados medievais da *ars dictaminis* acabaram por sonegar de seu contexto de produção e aplicação. São justamente os elementos contextuais que resolveriam de modo satisfatório essa pretensa “tensão”. Mesmo porque os formulários eram tema de estudo somente após a devida incorporação da parte teórica inicial, fundamentada na apropriação de certos elementos da retórica ciceroniana, que estariam presentes de maneira decisiva em todos os momentos.

Pois bem, como informam os estudos de Hanna Gray (1992) e Quentin Skinner (1992), entre *dictatores* e humanistas havia mais de continuidade do que ruptura. Para Skinner, foi por meio das *formulae* – das coleções de cartas-padrão – que os *dictatores* medievais se moveram no sentido de inculcar em suas lições não só normas de retórica que se destinavam prioritariamente ao uso exclusivo das situações formais de correspondência, mas também à capacidade de intervir nos negócios legais e nos debates sociais das cidades-estado italianas. Aqui, a base fundamental já estava dada pela preceptística ético-política, desde, pelo menos, a figura estratégica de John de Salisbury, cujos conselhos para a governação e administração do Estado pelo príncipe se tornara obra de consulta obrigatória:

Speechless wisdom rarely and only slightly contributes to the conduct of human society for reason which is the parent, nourish and guardian of all knowledge and virtue conceives more effectively from the word and through the word bears more numerous and fecund fruit and would remain quite sterile, indeed infecund, if it were not to bring forth the fruit of its conception into the light of day by means of fine discourse (eloquius). The announcement of mankind of what the wise agitation of the mind is considering constitutes that sweet and fruitful union of reason and the word which has founded so many outstanding cities. (WARD, 2002, p. 270)

Isto remetia às palavras iniciais do *De Inventione*, em que Cícero instituíra que os preceitos retóricos não podiam ser entendidos como *facultas* (a razão especulativa ou capacidade teórica sem referência a qualquer envolvimento social específico), porém como *magna et ampla pars* da *ratio civilis* (a razão pragmática com vistas ao bom ordenamento da república), vale dizer, como importante parte do corpo de atitudes,

comportamentos, habilidades, crenças e hábitos que mantêm estável a comunidade política.

O incremento da vida comunitária na Itália dos séculos XII-XIII e os frequentes conflitos entre essas comunas e outros poderes temporais (Igreja e Império, sobretudo) acabaram por gerar um ambiente de enorme receptividade para os estudos clássicos. As letras antigas forneciam um conjunto de respostas satisfatórias quanto às estratégias de guerra, questões políticas e diplomáticas, solicitações em debates seculares e religiosos, oratória deliberativa em contextos públicos, documentos de chancelaria, escrita de cartas e discursos de caráter epidítico (matrimônios, funerais, abertura de ano acadêmico, textos consolatórios e ocasiões similares). (WARD, *idem*, p. 290-291)

Nesse sentido, o ensino das técnicas oratórias se constitui em importante antecedente para o florescimento da retórica no Renascimento. Os humanistas dos séculos XIV-XV, em seu entusiasmo por estabelecer os valores da Antiguidade como paradigma, agregaram mais textos à prática oratória e à escrita de cartas, que já utilizava, como vimos, a retórica de base ciceroniana. (KENNEDY, *Idem*, p. 187)

Ora, é essa mesma matriz de pensamento que encontramos na fase inicial da obra poética de Dante Alighieri (1265-1321). Ali, descortina-se o aprendizado das técnicas poéticas – justamente aquelas que farão do poeta florentino um dos pilares do Renascimento italiano – em estreita relação com o aspecto político (cívico), quanto aos conselhos emitidos em favor do bom governo e dos interesses do *popolo* em oposição às forças dos *grandi*. As lições sobre a escrita de cartas recebidas pelo jovem Dante na escola laica de Florença fazem com que Brunetto Latini (1220-1294), seu professor e excelente *dictator*, se torne não o mero repetidor das coletâneas de esquemas e normas, porém o gramático que faz da correspondência da chancelaria florentina uma verdadeira *ars*, ao mesmo tempo em que permite recusar o rótulo incômodo de que o *dictare* é apenas uma série cristalizada de lugares-comuns.

Seus efeitos mais visíveis estão presentes na emergência de dois gêneros literários estrategicamente importantes para o pensamento social e político dos séculos XIII-XIV: a crônica da cidade, realizada agora por não-clérigos (letrados, *dictatores* e laicos) com viés claramente cívico, e os livros de aconselhamento para guiar os governantes, apresentando os próprios *dictatores* como legítimos e mais bem preparados súditos para aconselhar sobre os negócios de Estado e, com a sofisticação de suas

formulações retóricas, fornecendo as bases para os “espelhos de príncipes” posteriores em que se divisavam as virtudes que o bom governante deveria possuir. (SKINNER, *idem*, p. 34; SKINNER, 2002, p. 93-117)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Literary Language and Its Public in Late Latin Antiquity and in the Middle Ages*. New York, 1965.

BOUREAU, Alain. La norme épistolaire, une invention médiévale. In: CHARTIER, Roger (Org.). *La correspondance*. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991, p. 130-142.

CONSTABLE, Giles. *The Reformation of the Twelfth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Letter and Letter-Collections*. Turnhout: Brepols, 1976.

CURTO, Diogo Ramada. Língua e memória. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 3, p. 350-375.

DAVIS, Natalie Zemon. *Pour sauver sa vie*. Les récits de pardon au XVIe siècle. Paris, 1988.

DRONKE, Peter. *The medieval poet and his world*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1984.

FARAL, Edmond. *Les artes poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*. Recherches et documents sur la technique littéraire du Moyen Âge. Genève/Paris: Slatkine/Champoin, 1982.

FAULHABER, Charles B. The *Summa dictaminis* of Guido Faba. In: MURPHY, James J. (Ed.). *Medieval Eloquence*. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric. Los Angeles: UCLA Press, 1978, p. 85-111.

GÓIS, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa*. Urbis Olisiponis descriptio. Lisboa: Guimarães, 2002.

GRAY, Hanna Holborn. Renaissance Humanism: the pursuit of eloquence. In: KRISTELLER, Paul Oskar; WIENER, Philip Paul. *Renaissance Essays*. New York: University of Rochester, 1992, p. 199-216.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HASKINS, Charles Homer. *The Renaissance of the Twelfth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

HÉLIN, Maurice. *La Littérature Latine au Moyen Âge*. Paris: PUF, 1972.

KENNEDY, George Alexander. *A Classical Rhetoric and its Christian & Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

_____. *Studies in Medieval Culture*. Oxford, 1929.

KRISTELLER, Paul Oskar. *El pensamiento renacentista y sus fuentes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.

MARROU, Henri-Irénée. *Saint Augustin et la Fin de la Culture Antique*. Paris, 1958.

MARTIN, Janet. Classicism and Style in Latin Literature. In: BENSON, Robert L.; CONSTABLE, Giles; LANHAN, Carol D. *Renaissance and Renewal in the 12th century*. Oxford: Claredon Press, 1985, p. 539-570.

MURPHY, James Jerome. *Ars dictaminis: the art of letter-writing*. In: _____. *Rhetoric in the Middle Ages*. Los Angeles: University of California Press, 1990.

_____. (Ed.). *Medieval Eloquence*. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric. Los Angeles: University of California Press, 1978.

PURCELL, William Michael. *Ars Poetriae*. Rhetorical and gramatical invention at the margin of literacy. Columbia: University of South Carolina, 1996.

SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. *Visions of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VAN DIEVOET, Guido. *Les coutumiers, les styles, les formulaires et les "artes notariae"*. Turnhout: Brepols, 1986.

VINSAUF, Geoffroi de. *Poetria Nova*. Lisboa: INIC, 1990.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

WARD, John. From chronicle and history to satire, travelogue and *sermo*. The decline of the monastic chronicle in 12th- and 13th- century Europe. In: KOOPER, Erik (Ed.). *The Medieval Chronicle*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002, p. 268-290.

**A FUNÇÃO MODALIZADORA DOS VERBOS *DICENDI*
NO GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA**

Érica Portas do Nascimento (UERJ)

portasrj@hotmail.com

Isabela Aparecida Canossa (UFF)

RESUMO

As funções fundamentais da linguagem, organizadas de acordo com seus processos, mostra-nos que, ao poder demonstrar compreensão das coisas que o cercam, o ser humano sente a necessidade de exteriorizar seus pensamentos e, quando o faz, automaticamente se comunica com o intuito de suggestionar o outro. Assim, fundamentando-se na perspectiva sistêmico-funcional, em cuja abordagem as seleções linguísticas são analisadas tendo em vista os seus contextos de uso, essa pesquisa analisará notícias de jornais on-line e partirá da hipótese de que o autor, a fim de marcar a sua posição acerca do conteúdo noticiado sem que as propriedades do gênero textual analisado sejam violadas, modalizaria, por meio da escolha lexical dos processos verbais, a linguagem. Dessa forma, o autor não se comprometeria diante do conteúdo enunciado e, supostamente, manteria a função dos papéis sociais característicos do gênero notícia.

Palavras-chave: Modalização. Verbos *dicendi*. Gênero notícia.

1. Introdução

A linguística sistêmico-funcional corresponde a uma abordagem descritiva cuja análise se concentra no uso linguístico; dessa forma, concebe a língua não como um objeto autônomo, mas como uma estrutura cuja maleabilidade é oriunda das diversas situações comunicativas em que se encontra.

Dessa maneira, a linguística sistêmico-funcional, como uma teoria sociosemiótica, parte do pressuposto da existência de uma relação complementar entre gramática e interação social, considerando, portanto, a língua como um sistema de significados disponíveis para estabelecer relações, representar o mundo e, dessa maneira, atender às necessidades de contextos sociais específicos.

Logo, pode-se constatar que, reconhecendo a língua como um instrumento de comunicação, a linguística sistêmico-funcional compreende a linguagem como um sistema variável, disponível para a satisfação de todas as necessidades comunicativas dos falantes e, por isso, essa pesquisa a tomou como aporte teórico: não haveria, fora da perspectiva funcionalista, como analisar os efeitos argumentativos dos verbos *dicendi* en-

contrados no gênero notícia.

Nessa perspectiva, essa pesquisa parte da hipótese de que, a fim de marcar a sua posição acerca do conteúdo noticiado, o autor modalizaria, por meio da escolha lexical dos processos verbais, o seu discurso, ou melhor, dentre os componentes do sistema da transitividade, os processos que realizariam as ações do dizer encapsulariam a opinião do autor em relação ao conteúdo enunciado, realizando de maneira implícita a função argumentativa dos *dicendi*.

Destarte, ao reconhecer a função argumentativa desses verbos, torna-se clara a relação entre contexto e língua, cuja materialização pode ser observada neste trabalho através da análise do gênero explorado, o qual é constituído por significados que dialogam com os conceitos pré-construídos, estabelecidos pelo contexto de cultura do qual esse autor é participante.

Pode-se, então, afirmar que o gênero em análise será influenciado pelo contexto cultural no qual o escritor se insere e também pelo seu próprio contexto de cultura - o qual é responsável pela manutenção dos contratos sociais estabelecidos na sociedade. Assim, estabelece-se um conflito entre o contexto cultural do gênero notícia, que, em tese, é concebido culturalmente como um gênero neutro, imparcial e impessoal e a função argumentativa da linguagem, por meio da qual o autor reproduz o contexto de cultura do qual é participante.

Dessa forma, o autor estaria diante de dois contextos culturais, os quais permeiam a construção do seu texto: um relacionado ao gênero notícia e outro intrínseco às crenças de si próprio. Logo, a fim de que as características do gênero textual notícia não sejam violadas, e, portanto, o escritor não se comprometa com o dito – o que interferiria diretamente na relação com o leitor –, aquele, por meio da escolha dos verbos do dizer, direciona a própria opinião no texto mantendo, supostamente, os papéis sociais originais, isto é, não viola o contrato social entre o campo jornalístico e a sociedade, por meio do qual as notícias se assumem como um texto meramente informativo permeado pela objetividade e neutralidade.

Portanto, para desenvolvimento desta pesquisa, abordar-se-ão os seguintes tópicos: O gênero textual notícia, tópico cujo objetivo se restringe a abordar as características e a manutenção desse gênero; As meta-funções ideacional e interpessoal, objeto cuja temática argumenta a respeito da relação entre a experiência no mundo e a determinação das escolhas linguísticas; A função modalizadora dos verbos *dicendi* no gênero

textual notícia, matéria cujo conteúdo abordará a função argumentativa desses verbos; Análise do corpus e considerações finais.

2. O gênero textual notícia

Para que se entendam as características do gênero notícia, é necessário compreender, primeiramente, que os gêneros textuais, de modo geral, são enunciados relativamente estáveis (BAKHTIN, 2011, p. 262) que estruturam a prática comunicativa individual no convívio em sociedade. Desse modo, todo gênero é marcado por sua esfera de atuação, que articula modos específicos de combinar conteúdo temático, propósito comunicativo, estilo e composição, ou seja, como uma entidade sociocultural, os gêneros textuais são determinados pelo contexto cultural do qual emergiram ou emergem.

Assim, pode-se dizer que a notícia é um gênero textual jornalístico que, em tese, procura relatar acontecimentos de forma neutra, objetiva, impessoal e imparcial, o que seria um discurso dos próprios produtores desse gênero, os quais enfatizam a apresentação dos fatos como objetiva, neutra e isenta (MEDINA, 2006). Contudo, deve-se destacar que uma notícia, devido ao caráter argumentativo da linguagem, assume, *implicitamente*, compromissos ideológicos (LAGE, 2004), que refletem o contexto de cultura do jornalista.

Dessa maneira, o autor se vale, no contexto de produção do gênero analisado, de pressupostos e implicaturas, que protegem o seu papel social. Acredita-se que esses procedimentos são essenciais, uma vez que, para prender a atenção do leitor, é fundamental o uso de estratégias que credibilizem a suposta objetividade, já que se fundamentou um contrato social em que o jornalista é um observador neutro, cuja função social se limita a informar o leitor.

Assim, por meio dessas táticas, o jornalista produz um panorama enunciativo que procura encapsular a função argumentativa da linguagem modalizando o discurso.

Portanto, esses recursos linguísticos mantêm o cumprimento do contrato social entre jornalista e sociedade, estabelecido pelo contexto cultural do gênero em questão, e, dessa forma, e permitem que seja legitimada pela opinião pública a competência do jornalista -ou do veículo em que trabalha - para a produzir e divulgar notícias.

3. As metafunções ideacional e interpessoal

A gramática sistêmico-funcional parte do princípio de que as escolhas linguísticas não são aleatórias, isto é, são motivadas pelo contexto em que se inserem; dessa forma, nessa perspectiva, os significados se constroem a partir das relações entre as formas linguísticas e o contexto discursivo no qual aparecem.

Essa constatação nos permite afirmar que as estruturas linguísticas embutem nos seus significados os valores socioculturais adquiridos pelo autor. Portanto, as formas como os indivíduos realizam as escolhas linguísticas expressam ou revelam a sua postura em relação ao conteúdo veiculado.

Uma vez que a metafunção ideacional representa a experiência vivenciada pelo indivíduo, constata-se que não se afasta da interpessoal, pois, conforme nos mostra Tompson (2004), os processos indicam a escolha consciente por parte do falante de uma forma de representação de mundo em detrimento de outras. Assim, para a linguística sistêmico-funcional, as escolhas do falante em relação aos participantes e aos processos revelam suas representações/conceituações dos fatos, do mundo exterior e também dos conteúdos de seu mundo interior. Logo, as experiências físicas, psíquicas, sociais e culturais que o indivíduo, desde a infância, acumula fazem com que as informações realizadas pelo sistema léxico-gramatical sejam construídas pela percepção que o usuário tem das suas experiências no mundo, sejam essas internas ou externas.

Portanto, como nossa experiência no mundo determina nossas escolhas linguísticas, há embutida na realização dos processos, cuja tipologia se organiza em material, relacional, mental, verbal, comportamental e existencial, a maneira como nos relacionamos com os participantes da situação e os participantes do texto.

Dessa forma, se a metafunção ideacional corresponde à realização da experiência do mundo, do sistema de conhecimentos e das crenças do indivíduo, pode-se afirmar que a concretização dessa metafunção coexiste com a metafunção interpessoal, uma vez que a interação social entre os participantes, sujeitos sociais e a formação da identidade que se quer criar fazem parte das experiências socioculturais vivenciadas pelo indivíduo:

Não há uma influência direta da estrutura social sobre a escrita ou a fala. Antes, estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e re-

presentadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação continuada. É essa (subjetiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas. (VAN DIJK, 2008, p. 26)

Portanto, pode-se constatar que há vários fatores determinantes na escolha lexical dos processos que compõem um texto. Dentre os quais, a ideologia do autor, seu papel social e o contexto situacional do qual participa.

Assim, através da transitividade, verificar-se-ão os tipos de processo, as escolhas lexicais que realizam esses processos, as escolhas das vozes verbais e, por fim, os participantes que estão sendo favorecidos ou desfavorecidos no texto.

Portanto, fica claro que há uma motivação social para analisar a transitividade, já que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos definem como um processo é significado em um discurso específico. Por exemplo, há motivação para a seleção de determinado item lexical para a realização de determinado processo, a fim de que um dos participantes seja favorecido e, dependendo do contexto discursivo, o autor resguarde seus juízos de valor, o que se faz por razões culturais, políticas ou ideológicas. Dessa maneira, constata-se que, ao escolherem suas orações em termos léxicos e estruturais, os falantes/escritores selecionam, também, o significado e a construção de identidades sociais, de relações sociais, de crenças e conhecimentos.

Assim, partimos do pressuposto de que a representação da linguagem e a interação social se complementam, interferindo esta diretamente na maneira como essa representação se realizará.

Essa constatação se respalda na observação de Halliday (2004) de que as línguas são organizadas em torno de dois significados estruturais: o ideacional e o interpessoal. Assim, nas construções oracionais, além da função ideacional, pode-se reconhecer a manifestação da metafunção interpessoal da linguagem.

4. A função modalizadora dos verbos *dicendi* no gênero textual notícia

Durante a produção de um texto, o enunciador deixa marcas que refletem, ou melhor, revelam o ponto de vista que assume. Koch afirma

que, na construção do discurso, a relação entre enunciados e os enunciadores é estruturada a partir de certas relações de modalidade, das quais se depreende a importância pragmática. De acordo com a autora, são esses recursos modalizadores os responsáveis por revelar a atitude dos enunciadores diante do enunciado.

Assim, Koch destaca que

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes; torna possível, enfim, a construção de um ‘retrato’ do evento histórico que é a produção do enunciado. (KOCH, 2002, p. 86)

Logo, em se tratando dos processos verbais, pode-se dizer que os *dicendi* também podem exercer a função de modalizadores, já que condicionam e direcionam a interpretação que o interlocutor fará do enunciado que esses verbos introduzem. Assim, os verbos *dicendi* podem expressar um juízo de valor, revelando determinadas intenções do enunciadore.

As gramáticas tradicionais, quando discorrem sobre esses verbos responsáveis pela transcrição da fala, nada observam sobre a expressividade dos *dicendi* e seus efeitos discursivos, apenas os listam; contudo, em relação aos comportamentais, como berrou, gaguejou, chamam-nos de *sentiendi* e dizem que caracterizam a imagem da personagem:

No plano formal, um enunciado em discurso direto é marcado, geralmente, pela presença de verbos do tipo dizer, afirmar, ponderar, sugerir, perguntar, indagar, responder e sinônimos (...). (CUNHA, 2008, p. 150)

Observe-se, também, que as variedades de verbos introdutores oferecidas pela língua portuguesa aos seus usuários permitem a quem se sirva do discurso direto caracterizar, com precisão e colorido, a atitude do personagem cuja fala vai ser textualmente reproduzida. (CUNHA, 2008, p. 651)

No plano formal, verifica-se que, introduzidas também por um verbo declarativo (dizer, afirmar, ponderar, confessar, responder, etc.), as falas das personagens aparecem, no entanto, numa oração substantiva, em geral desenvolvida. (CUNHA, 2008, p. 652)

No discurso direto reproduzimos ou supomos reproduzir fiel e textualmente as nossas palavras e as do interlocutor (...) com ajuda explícita ou não de verbos como disse, respondeu, perguntou, retrucou ou sinônimos (os chamados *dicendi*). Às vezes, usam-se outros verbos de intenção mais descritivas, como gaguejar, balbuciar, berrar, etc. São os *sentiendi*, que exprimem reação

Othon Moacyr Garcia (2006) afirma que a principal função desses verbos é indicar o interlocutor que está com a palavra e divide-os em nove áreas semânticas, deixando claro que essas áreas abrangem verbos de significados mais gerais e outros mais específicos:

- a) de dizer (afirmar, declarar);
- b) de perguntar (indagar, interrogar);
- c) de responder (retrucar, replicar);
- d) de contestar (negar, objetar);
- e) de concordar (assentir, anuir);
- f) de exclamar (gritar, bradar);
- g) de pedir (solicitar, rogar);
- h) de exortar (animar, aconselhar);
- i) de ordenar (mandar, determinar).

Contudo, Garcia (2006) afirma que muitos autores se servem de verbos mais específicos, mais caracterizadores da fala e chegam os mais criativos a empregar verbos que nenhuma relação tem com a elocução, o que, ainda segundo o autor, do ponto de vista da sintaxe, poderia ser considerado como inadmissível, pois os *dicendi* deveriam ser, teoricamente pelo menos, transitivo ou admitir transitividade.

Pode-se notar, então, que essa metaforização do verbo deixa claro que as escolhas linguísticas perpassam pelas experiências dos indivíduos, fazendo, muitas das vezes, com que as realizações linguísticas, conforme mostra Garcia, rompam com a relação lógico-sintática.

O autor também aborda os empregos dos verbos ditos *sentiendi*, cujas realizações se firmaram a partir do realismo: “Esses e seus similares constituem uma espécie de vicário dos *dicendi*, com função predominantemente caracterizadora de atitudes, gestos ou de qualquer manifestação de conteúdo psíquico”. (GARCIA, 2006, p. 149)

Portanto, percebe-se que esses verbos – *dicendi* e *sentiendi* – são muito importantes para aquele que os seleciona e os utiliza, já que carregam um juízo de valor em relação à declaração e aos participantes internos e externos. Dessa maneira, pode-se notar que a sua função *argumen-*

tativa está relacionada à interpretação que o autor faz sobre o que é dito e o que deseja consolidar como verdadeiro. Então, o autor, ao selecionar os verbos *dicendi* e ao elaborar as falas dos participantes, poderá argumentar contra ou a favor de determinadas declarações.

Nascimento (2006) corrobora esta constatação ao declarar que o verbo *dicendi* assimila duas funções: uma é apresentar o discurso de um segundo locutor, a outra é representar como o locutor responsável pelo discurso (L1) quer que o discurso desse segundo locutor (L2) seja lido.

Para Halliday, há dois tipos principais de processos verbais: os denominados de atividade e os denominados de semiose.

Os primeiros se dividem em alvo (elogiar, insultar, abusar, caluniar, lisonjear, criticar, culpar, repreender) e fala (falar, conversar), já os segundos, em neutro (dizer, contar), indicação (contar a alguém algo, relatar, anunciar, informar, explicar, provar, convencer, persuadir, prometer, perguntar, interrogar, indagar) e comando (dizer a alguém para fazer algo, inquirir alguém a fazer algo, ordenar, mandar, exigir, prometer, ameaçar, persuadir, convencer, suplicar, implorar, rogar).

Nas classificações semânticas de Halliday, pode-se perceber uma categorização denominada neutra, contudo se constatará que o verbo dizer, em princípio, aparentemente cria um efeito de afastamento sobre o dito e seu autor. Contudo, em 77% dos 30 textos investigados, o verbo dizer e os demais *dicendi* pareciam sinônimos, já que não havia divisão, pela escolha verbal por parte do enunciador, dos participantes envolvidos no processo verbal que relata o enunciado, porquanto esses participantes partilhavam das mesmas convicções. Todavia, isso não faz com que o processo da modalização seja negado, uma vez que, nesses casos, o “dizer” perde a noção de afastamento e ganha um novo valor, que corrobora a aproximação entre o dito e o autor da transcrição.

Como essa pesquisa centraliza-se no uso dos verbos que introduzem o discurso reportado nas notícias jornalísticas, a fim de evidenciar as marcas argumentativas desses elementos, comprovando, dessa forma, que esses verbos deixam marcas, as quais revelam o grau envolvimento/engajamento do enunciador sobre o ato enunciado, optou-se por analisar os casos em que há significativa diferença entre a realização do “dizer” e a dos demais *dicendi*.

Assim, ver-se-á, claramente, que, mesmo nos gêneros que tendem pela escrita imparcial e objetiva, sempre se identificarão marcas as quais

irão revelar seu caráter argumentativo.

5. Análise do corpus

TEXTO 1 05/06/2015 10h05 – Atualizado em 05/06/2015 12h50

Do *G1 Rio*

Irmão de baleado na Vila Cruzeiro afirma que jovem não era criminoso

Rapaz questiona por que não foi feito exame de pólvora na mão do irmão.

Jovem conheceu a cantora Madonna quando ela esteve no Rio.

O irmão de Edson Manso de Souza, de 23 anos, rapaz que levou um tiro de fuzil na Vila Cruzeiro, no Conjunto de Favelas da Penha, Zona Norte do Rio, afirma que o rapaz não tem envolvimento com o tráfico e questiona o motivo de não ter sido realizado exame para detectar a presença de pólvora nas mãos de Edson.

“Ele está sendo acusado de tentativa de homicídio e associação ao tráfico. Que homicídio? Ele não matou ninguém, ele não estava armado. Cadê a arma, cadê o exame de pólvora na mão dele? Que tráfico que ele estava? Ele estava com alguma droga, com algum entorpecente?” *questionou* Ericson Manso.

Segundo os parentes, o rapaz tinha saído por volta das 19h30 para jogar futebol, quando viu uma viatura da PM que vinha em alta velocidade e freou bruscamente. A família *conta* que Edson e outros moradores correram. O irmão afirma que ele não tinha envolvimento com o tráfico e que ele não estava armado.

O rapaz foi socorrido pelos irmãos e levado em uma Kombi para o Hospital federal de Bonsucesso. No local, ele foi reconhecido por PMs como o autor dos disparos. O rapaz segue internado sob custódia. As fotos tiradas por familiares mostram Edson algemado à maca do hospital. Por causa do grave ferimento, o jovem, casado e pai de um bebê de um ano, teve parte da perna direita amputada.

De acordo com a Coordenadoria de Polícia Pacificadora, Edson teria trocado tiros com policiais militares. Em depoimento, os PMs *dizem* terem disparado 16 vezes. A Polícia Civil *informou* que ele foi indiciado por tentativa de homicídio e associação ao tráfico, mas nenhuma arma foi encontrada no local e o rapaz não tinha antecedente criminais.

Jovem que conheceu Madonna foi baleado (Foto: Reprodução/Globonews)

O jovem ficou conhecido após a cantora Madonna, durante uma passagem no Rio, convencê-lo de trocar o tráfico de drogas para jogar futebol. A ameri-

cana fazia uma visita por comunidades da cidade, e, depois do encontro, ele entrou num projeto que tirava meninos do tráfico com a ajuda do esporte. Ele teria jogado no time de Bonsucesso durante dois anos, mas após a mulher engravidar, deixou o futebol. Segundo registros na carteira de trabalho de Edson, ele estava trabalhando em uma farmácia recentemente.

“Ele se dá bem com todo mundo, todo mundo conhece ele, sabe da vida dele, do futebol dele. Ele nunca teve desavença com ninguém. Agora vai ser muito difícil porque ele tem um filho para criar. O que a gente vai fazer agora da vida, ele nessa situação? Amputaram a perna dele, como vai trabalhar? Agora complicou”, afirmou a mulher de Edson, Daiane da Cruz.

6. *Análise*

No texto 1, fica clara a divisão entre os participantes através do uso dos verbos *dicendi*: a transcrição da fala da família de Edson Manso, por meio dos processos “afirmar” e “questionar”, permite a inferência de que o suspeito é inocente, porquanto o uso desses *dicendi* em oposição ao “dizer” deixa claro que o autor modaliza o enunciado da família e da Polícia militar de acordo com o ponto de vista com que concebeu a história, de maneira que os participantes que veiculam o relato da inocência de Edson são favorecidos na argumentação do enunciadador.

Dessa forma, o fato de o autor usar o *dicendi* “informar” para transcrever a fala da Polícia Civil também corrobora para que sua posição postura continue sendo marcada, uma vez que, por meio do discurso indireto livre, as vozes do enunciadador e da Polícia Civil se mesclaram dando suporte aos propósitos discursivos do autor:

A Polícia Civil *informou* que ele foi indiciado por tentativa de homicídio e associação ao tráfico, *mas nenhuma arma foi encontrada no local e o rapaz não tinha antecedente criminais*”.

7. *Considerações finais*

Sabemos que o termo *doxa* é definido como opinião comum, opinião dominante, ou ainda opinião pública, ou melhor, regras ou receitas para um comportamento eficaz que seja conveniente para a maioria; assim, sabe-se que, ao se tentar construir uma verdade objetiva e imparcial, deparamo-nos com os nossos juízos, que são dotados de intersubjetividade, uma vez que nos situamos em um mundo em que a consciência já se apoia em uma *doxa* originária. Dessa maneira, a impessoalidade e a in-

tersubjetividade são utopias.

Contudo, como o contrato social estabelecido pelo contexto de cultura do gênero notícia, legítima apenas como esse tipo de texto as construções imparciais e objetivas, os jornalistas, para que não haja a ruptura desse contrato – o que afetaria a relação com os participantes dessa relação –, valem-se de estratégias linguísticas para conduzir o leitor à determinada conclusão através de uma suposta objetividade.

Assim, por meio desta pesquisa, podemos confirmar que o autor recorre, no gênero notícia, ao uso dos diversos tipos de verbos *dicendi* para, como um para-choque a uma manobra discursiva, marcar a modalização no discurso, isto é, concluímos, a partir da escolha lexical dos *dicendi*, que o autor credibiliza ou descredibiliza a imagem do dizente, caracterizando, assim, esses participantes e levando o leitor a construir um juízo de valor favorável a uma das partes envolvidas em determinada situação; contudo, fá-lo de forma implícita, não violando o contexto de cultura que norteia o gênero notícia, já que encapsula o próprio ponto de vista na escolha dos verbos do dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 261-305
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Caderno didático. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010. [Campinas: Mercado de Letras, 2014]
- GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MEDINA, Daniel do Rosário. *Mediatização da comunicação política*. 2006. XV + 393 p. Tese (de doutoramento). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. Disponível em:

<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/248/1/tese_daniel_medina.pdf>.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Os verbos *dicendi* modalizadores no gênero notícia. *XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos*. João Pessoa, 2006.

**A LINGÜÍSTICA COGNITIVA
E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM:
UMA (RE)LEITURA ATUALIZADA¹**

Eduardo Santana Moreira (UFRRJ)

eduardo.santana3@yahoo.com.br

Roza Maria Palomanes Ribeiro (UFRRJ)

rozapalomanes@terra.com.br

RESUMO

A linguística cognitiva, a partir de uma reavaliação dos pressupostos gerativistas, estabeleceu-se, por volta dos anos 80, como uma nova abordagem nos estudos da linguagem, principalmente no que diz respeito a sua relação com a experiência humana e as práticas socioculturais. Assim, neste artigo, produzido com o apoio da bolsa de iniciação científica da FAPERJ, propôs-se realizar uma breve sistematização das principais inovações conceituais e epistemológicas do cognitivismo, sobretudo no tratamento de questões relacionadas à categorização e conhecimento de mundo. Inicialmente, faz-se uma revisão da literatura gerativista (CHOMSKY, 1975), analisando-se o princípio da modularidade dentro desta corrente linguística e, mais à frente, da análise original de categorização (KATZ & FODOR, 1963); posteriormente, introduzem-se autores que trabalham com a linguística cognitiva (LANGACKER, 1987; FAUCONNIER, 1997; SILVA, 1991; GEERAERTS, 2006; GOLDBERG, 2006), enfocando-se a forma como esta lida com os aportes teóricos a ela anteriores, baseando-se nas obras extensas de pesquisadores brasileiros contemporâneos, como Ferrari (2010, 2014), Leite (2006), Martelotta (2012) e Ribeiro (2007).

Palavras-chave:

Linguística cognitiva. Processos de categorização. Construção de significado.

1. Introdução

A linguística cognitiva surgiu entre o final da década de 70 e o início da década de 80, motivada pelos interesses de estudiosos na investigação do fenômeno da significação, vindo a firmar-se no cenário internacional, com efeito, nos anos de 1980 (FERRARI, 2014; SILVA, 1997). Em virtude de sua compatibilidade com os princípios básicos sobre a construção do significado, essa vertente teórica desenvolveu-se e consolidou-se no meio intelectual, passando a obter, então, prestígio no espaço

¹ Uma versão deste artigo foi publicada nos *Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos* (suplemento do número 64 da *Revista Philologus*).

acadêmico. Nos anos 1990, institucionalizou-se com a publicação de obras como a *International Cognitive Linguistics Association*, a revista *Cognitive Linguistics*, fundada por Geeraerts, e da coletânea *Cognitive Linguistics Research*, editada por René Dirven e Ronald Langacker.

A linguística cognitiva possui como principais precursores os norte-americanos George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore, além do francês Gilles Fauconnier, cujas extensas pesquisas sobre a estrutura semântica gerativa das línguas originaram um descontentamento com o papel atribuído à semântica/pragmática no paradigma (FERRARI, 2014). A partir daí, surgiu um novo campo de investigação nos estudos da linguagem, o qual, atualmente, designa-se como *cognitivo* ou *cognitivista*² pelos linguistas que o seguem. (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012).

Cabe ressaltar que o cognitivismo não apresenta uma visão homogênea, mas abrange um conjunto de abordagens teóricas, cujas premissas compartilham hipóteses gerais acerca de pareamento entre forma-significado de caráter cognitivo dos processos semânticos. Silva (1997) afirma que os principais temas de interesse da linguística cognitiva são

[...] as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais). (SILVA, 1997, p. 59)

É justamente sobre esse campo de estudo que o presente artigo se propõe apresentar uma leitura atualizada. De forma introdutória, tratar-se-á, especialmente, a) da questão da modularidade na cognição; b) da não arbitrariedade no pareamento forma e significado e c) da relação não dicotômica entre semântica e pragmática. Para tanto, tomam-se como base as obras de Langacker (1987, 1991), Goldberg (1995, 2006), Fauconnier (1997), Croft (2001), Fauconnier & Turner (2002), Geeraerts (2006), Ribeiro (2007), Ferrari (2010, 2014) e Martelotta (2012).

² De acordo com Martelotta & Ribeiro (2012, p. 179), alguns autores, por entenderem que há na abordagem uma integração de fenômenos referentes aos processos de interação social, aditam o prefixo *sócio-* à nomenclatura, formando, assim, *sociocognitivismo*. “Esse termo enfatiza a importância do contexto nos *processos de significação* e o aspecto social da cognição humana”. (*Idem, ibidem*)

Há modelos de gramáticas que a linguística cognitiva explora, como a gramática cognitiva, de Langacker (1987, 1991), a gramática de construções – estudos das resultativas, proposto por Goldberg (1995, 2006) –, além da gramática radical das construções, formulada por Croft (2001), bem como a teoria da mesclagem conceptual de Fauconnier e Turner (2002). Devido às limitações do artigo, e por questões de organização textual, tais modelos não serão abordados. Contudo, espera-se que este trabalho (resultado dos estudos iniciais da bolsa de iniciação científica concedida pela FAPERJ), possa contribuir de modo significativo às pesquisas na área da linguagem.

2. Linguística cognitiva e linguagem

Uma premissa essencial da linguística cognitiva é o que se poderia expressar por princípio da *não modularidade*, que fez com que se afastasse da perspectiva postulada pelo gerativismo. Para os gerativistas, a mente humana estaria subdividida em módulos, ou pares, que trabalhariam individualmente, sendo que cada um deles corresponderia a determinado domínio do conhecimento. Nesse sentido, o módulo da linguagem seria constituído independentemente dos demais, ou seja, do morfológico, do semântico e do fonológico.

Em outras palavras, o módulo da linguagem apresentaria propriedades autônomas em relação aos outros, como por exemplo, os módulos cognitivos (CROFT & CRUSE, 2004; LEITE 2006; RIBEIRO 2007). Com isso, entende-se que o falante emprega propriedades inatas para executar construções objetivas nas línguas naturais, sem estarem relacionadas aos significados vinculados a esses (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012), o que difere da proposta da linguística cognitiva, que entende léxico e sintaxe como partes de um *continuum*. Como evidenciado por Ferrari,

A linguística cognitiva [...] adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual. (FERRARI, 2014, p. 14)

Em um primeiro momento, os cognitivistas valiam-se da perspectiva gerativista, para a qual “a linguagem é o espelho da mente” (CHOMSKY, 1975). Todavia, no decorrer de suas verificações, adotaram uma nova abordagem teórica mais adequada à interface entre sintaxe e semân-

tica, examinando, sobretudo, as relações entre forma e significado na teoria linguística (FERRARI, 2010, 2014), além do eixo de cunho pragmático relacionada à experiência da linguagem em uso.

Além disso, Ribeiro (2007) ressalta que a linguística cognitiva

[...] rejeita o princípio de autonomia da linguagem, a afirmação da discrição e homogeneidade das categorias linguísticas, a ideia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos objetivos e a tese chomskiana da autonomia e da não-motivação semântica e conceptual da sintaxe. (RIBEIRO, 2007, p. 24)

Como demonstrado, são notórios os contrastes adotados por ambas as abordagens: a teoria gerativa compreende que o significado de uma oração é estabelecido unicamente pelos mecanismos à disposição dos falantes, a fim de interpretá-las; para linguística cognitiva, por outro lado, é a cognição que medeia o sentido de uma expressão e a relação entre palavra e mundo. Segundo Silva (1997, p. 59), “a linguística cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo”.

3. *Forma e significado na linguística cognitiva*

A linguística cognitiva pressupõe que a linguagem seja um processo cognitivo mediado pela experiência humana. Isto, nas áreas de investigação da linguagem, representou uma renovação, pois passava a se considerar os processos de conceptualização e categorização do mundo como recursos para entender a realidade do falante. Quanto a isso, Ribeiro nota que a linguística cognitiva poderia ser avaliada como uma “renovação do interesse por se estudar a conceptualização da realidade pela língua” (RIBEIRO, 2007, p. 23), sendo um campo de estudo que trata o conhecimento e a linguagem como indissociáveis das experiências de mundo.

Partindo dessa concepção cognitivista, o sentido adquire uma nova propriedade, não sendo visto meramente como um reflexo do mundo, mas intermediado pela construção cognitiva através de situações empíricas do usuário da língua, ou seja, a partir do contexto situacional e linguístico. Significado, como Geeraerts sintetiza (GEERAERTS, 2006, p. 4), não é mera reflexão objetiva do mundo exterior, “é uma maneira de dar forma a esse mundo. Pode-se dizer que ele interpreta o mundo de

uma maneira particular, que ele incorpora uma perspectiva sobre o mundo”³.

Assim, significado figura como *construção mental*, “a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais” (FERRARI, 2014, p. 15). Daí que se afirme que as palavras não possuem significados prontos, *a priori*, mas fazem parte do processo de construção de sentidos, que se dá contextualmente. É, pois, o que se enuncia na expressão “a linguagem é a ponta visível do *iceberg* da construção invisível do significado”, citada, inclusive, por Fauconnier (1997, p. 1).

Para os cognitivistas, o processo de significação (e categorização) é extremamente influenciado e constituído a partir de experiências corporais, ou seja, a partir de como o mundo é captado por nossos sentidos, o que “implica admitir a importância da noção da perspectiva no processo de significação e expressão do mundo”. (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012, p. 183). Para a linguística cognitiva, as experiências sensório-motoras (como movimento, mudança de estado etc.) e a percepção físico-espacial do mundo são expressos na linguagem humana, conforme chama a atenção Leite (2006, p. 13).

Seguindo a lógica dessa acepção, o significado de uma palavra muda, e com ela muda a visão sobre o objeto analisado. Geeraerts menciona que “para a teoria da linguagem, isto significa que não podemos apenas pensar na linguagem como processo de estrutura mais ou menos rígido e estável” (GEERAERTS, 2006, p. 4), mas sim como uma estrutura livre, flexível, que tem como sinal distintivo justamente o significado.

Note-se, finalmente, que, quanto à exploração das extensões dos sentidos, a linguística cognitiva não é a única cuja abordagem teórica envolva pesquisas relacionadas à semântica. Há, também, contribuições relevantes provenientes de estudiosos funcionalistas sobre a semântica formal, cujo foco primordial dá-se pela centralidade na área do significado. (FERRARI, 2014)

³ “Meaning is not just an objective reflection of the outside world, it is a way of shaping that world. You might say that it construes the world in a particular way, that it embodies a perspective onto the world.” [Todas as traduções neste trabalho são de nossa autoria, salvo indicação em contrário].

⁴ “For a theory of language, this means that we cannot just think of language as a more or less rigid and stable structure”.

4. Os processos de categorização e a visão cognitivista

Já foi dito anteriormente que é interesse da linguística cognitiva a estrutura de categorização nas línguas naturais. Ferrari (2014) demonstra como as reflexões acerca do processo de categorização não são desnecessárias ou supérfluas, haja vista que já circulavam na história do pensamento ocidental, por meio das indagações filosóficas de Platão e, mais especificamente, de Aristóteles. É por meio da categorização que entidades similares (sejam elas pessoas, elementos linguísticos, animais etc.) são aglomeradas por nós em classes específicas. Nesse sentido, o modelo de categorização pode ser aplicado a qualquer subdivisão existente, até mesmo na linguagem em si.

Segundo Ferrari,

Nossas estratégias de categorização estão intimamente relacionadas à nossa capacidade de memória. Podemos agrupar objetos em categorias para falar do mundo, mas não podemos criar um número infinito de categorias, pois isso acarretaria em sobrecarga em termos de processamento e armazenamento de informações. (FERRARI, 2014, p. 31-32)

A visão clássica a respeito do fenômeno de categorização, mentalista e de base aristotélica, exigia que o objeto categorizado apresentasse todos os seus atributos definidores e necessários. Em outras palavras, categorias eram estabelecidas a partir de características que fossem comuns a todos os membros. Segundo esse modelo, para se chegar à conclusão de que um determinado animal pertencia à classe *ave*, conforme o exemplo de Ferrari (2014, p. 33), ele deveria ter *bico*, *asas*, *poder voar* e *pôr ovos*.

Esse arquétipo de estrutura, entretanto, foi revisado pela semântica estruturalista, especificamente por Katz & Fodor. Em *The Structure of a semantic theory*, de 1963, os autores lançaram mão de um sistema específico para delimitar a estrutura semântica de um item lexical. A palavra *ÉGUA*, analisada dentro dessa concepção, apresentaria características diferenciadas do item lexical *CAVALO*, no que tange aos traços de gêneros. Com isso, *CAVALO* seria [EQUINO], [MACHO+] e [ADULTO+], ao passo que *ÉGUA* constituiria [EQUINO], [MACHO-] e [ADULTO+].

Com a evolução dos estudos científicos, obtiveram-se, no século XX, novas investigações, oriundas da psicologia cognitiva, sobre categorização, destacando-se o trabalho de Eleanor Rosch a respeito das cores focais. A linguística cognitiva, por sua vez, propôs uma categorização de caráter motivacional, situado e prototípico, em que se observam os níveis

de especificidades e os contextos linguístico e social. Segundo Geeraerts, na linguística cognitiva, “definir uma categoria pode significar descrever alguns de seus principais membros, em vez de dar apenas uma definição abstrata” (GEERAERTS, 2006, p. 2), e, ademais, “a definição abstrata não precisa consistir de um único conjunto de características definidoras que pertençam única e distintamente a tal categoria”⁵. (*Idem, ibidem*)

Além da visão de traços adotados, Ferrari (2014) menciona haver dentro do sistema de categorização uma relação de ordenação entre categorias prototípicas e fronteiras categorias, cujos membros se encontram reunidos sob uma escala de *prototipicidade*. Assim, para a autora, a categorização de base cognitivista “envolve desde representantes mais centrais, com suficiente similaridade ao protótipo, até representantes muito periféricos, que constituem efeitos do protótipo e apresentam poucos traços em comum com o núcleo categorial” (FERRARI, 2014, p. 41), como esquematizado a seguir:

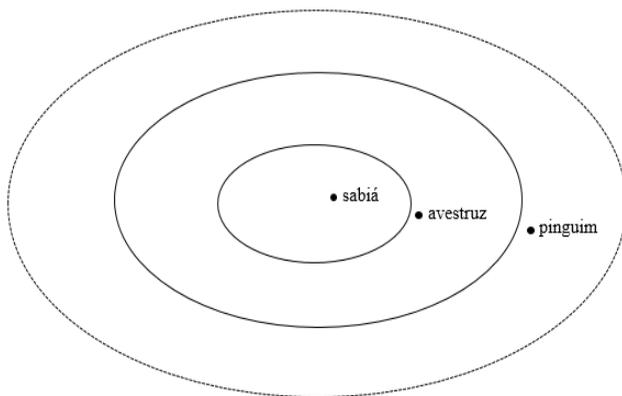


Fig. 1: Categoria Radial. Fonte: FERRARI (2014, p. 42)

Esse modo de interagir com a realidade, nos termos de Martelotta & Ribeiro (2012, p. 180) é analisado como uma estratégia cognitiva da qual os falantes dispõem para criar categorias no mundo a partir de associações. Assim, objetos e, principalmente, gestos podem ser categoriza-

⁵ “Cognitive Linguistics emphasizes the fact that defining a category may involve describing some of its principal members rather than just giving an abstract definition. But it also stresses that the abstract definition need not consist of a single set of defining characteristics that belong uniquely and distinctively to that category”.

dos em uma escala diferenciada devido à forma como o interlocutor interage na sociedade. Ribeiro destaca a importância da linguagem na construção do conhecimento, ao incorporar “um conjunto de princípios relativamente limitados, que operam sobre os conhecimentos armazenados na memória ou presentes na situação comunicativa”. (RIBEIRO, 2007, p. 24-25)

5. A visão sobre o conhecimento de dicionário e enciclopédico na abordagem cognitivista

A linguística cognitiva adota uma nova perspectiva no paradigma do estudo da linguagem, privilegiando, sobretudo, os usuários da língua, uma vez que esses são postos no escopo da construção do significado. Com efeito, “o falante não é mais visto como um mero manipulador de regras preestabelecidas, mas como um produtor de significados em situações comunicativas reais nas quais interage com interlocutores reais” (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012, p. 181), rejeitando, desse modo,

[...] os postulados da linguística moderna decorrentes do princípio de autonomia da linguagem: entre outros, a separação entre conhecimento “semântico” (ou “linguístico”) e conhecimento “enciclopédico” (ou “extralinguístico”), fundamentada no postulado da existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística (relativamente ao qual se considera que se podem e devem definir e analisar as categorias linguísticas), distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. (SILVA, 1997, p. 60-61)

De acordo com Ferrari (2014), a distinção entre *dicionário* e *enciclopédia* levou lexicólogos e lexicográficos a uma profunda investigação desses termos teóricos. Na década de 60, com o surgimento da teoria mentalista da linguagem, estabeleceu-se uma relação entre o conhecimento de dicionário, que se somava ao nível de representação mental dos itens lexicais. Pesquisas contemporâneas vieram apontar que, diferentemente, a distinção entre os dois conhecimentos advém de aspectos puramente convencionais. Ainda assim, a linguística cognitiva presume que *conhecimento de dicionário* pertença à uma subdivisão do conhecimento enciclopédico, de caráter mais abrangente.

Comumente associa-se o conhecimento de dicionário ao estudo semântico-lexical, que privilegia o significado das palavras. Essa concepção respalda-se na hipótese da *modularidade*, amparada pela teoria gerativa, a qual, por sua vez, sustenta que o conhecimento linguístico é específico, ou seja, de natureza distinta dos demais tipos de conhecimen-

tos de mundo. Devido a este pensamento, “assume-se que o conhecimento linguístico é representado em um componente especializado, denominado *dicionário mental* ou *léxico*”. (FERRARI, 2014, p. 16)

Desta forma, os significados, em termos de atributos linguísticos armazenados na memória do indivíduo, podem ser definidos de forma semelhante como no dicionário, ou, como entende Ferrari, “no modelo de dicionário, o significado central de um item lexical é a informação contida na definição da palavra (por exemplo, esposa significa *mulher adulta casada*)” (FERRARI, 2014, p. 16). Em outras palavras, o modelo de dicionário se limita às propriedades de aplicação da semântica lexical e às relações de sentidos estabelecidos com mundo, e dá-se por intermédio do campo pragmático, o qual, segundo a visão formalista, é extrínseco ao domínio da linguagem.

Assim, para a linguística cognitiva, segregar os conceitos de *conhecimento lexical* e *conhecimento de mundo* pode suscitar um encadeamento de problemas. Inicialmente, pode-se apontar que o modelo de dicionário retrata a compreensão de que as palavras têm uma semântica de caráter próprio relacionado ao significado. Como expõe Ferrari,

[...] a linguística cognitiva reconhece a arbitrariedade da dicotomia entre semântica e pragmática: assim como o conhecimento linguístico não pode ser adequadamente separado do conhecimento de mundo, o conhecimento semântico não pode ser separado, de forma rígida, do conhecimento pragmático. A visão enciclopédica assume que os significados convencionalmente associados às palavras são abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de usos associados a um lado item lexical. (FERRARI, 2014, p. 17)

Vale reafirmar que a perspectiva adotada pela linguística cognitiva é *baseada no uso*, e assume a premissa norteadora de que a construção de sentidos é orientada pelo contexto⁶. Devido a isto, a semântica cognitiva refuta a concepção de que léxico mental disponha do conhecimento semântico de modo separado de outros saberes. Sobre isso, Langacker se posiciona:

[...] a distinção entre semântica e pragmática (ou entre conhecimento linguístico e extralinguístico) é bastante artificial, e a única concepção viável da semântica é aquela que evita falsas dicotomias, apresentando, consequentemente

⁶ Leia-se, a título de curiosidade: “O significado associado às palavras sempre envolve o significado pragmático. O significado convencional é, na verdade, uma afirmação desse significado prototípico a partir de várias interpretações situadas pragmaticamente. Portanto, o significado pragmático é considerado *real*, e o significado convencional é visto como *abstração*”. (FERRARI, 2014, p. 18)

te, natureza enciclopédica. (LANGACKER, 1987, p. 154)

Embora haja uma associação entre construção do significado e conhecimento enciclopédico, ressalta-se que essa acepção adotada não denota, em termos de análise, que tal construção se estabeleça de modo desorganizado, pois “a semântica cognitiva caracteriza o conhecimento enciclopédico como um sistema estruturado e [bem] organizado em rede, assumindo que os diferentes aspectos do conhecimento a que uma palavra dá acesso não têm *status* idêntico” (FERRARI, 2014, p. 19). Langacker (1987), a fim de orientar um trabalho significativo, preconiza quatro propostas que podem contribuir para a centralidade das informações na rede enciclopédica:

- a) *Convencional*: Trata-se de um conhecimento compartilhado entre uma comunidade de fala. Esse conhecimento apresenta relativa probabilidade de ser mais central no que tange a sua representação mental de um determinado conceito lexical.
- b) *Genérica*: Conteúdo caracterizado pela não especificidade, ou seja, trata-se de uma informação de teor profundamente genérica.
- c) *Intrínseca*: Trata-se de um conceito do significado que não considera fatores externos.
- d) *Característica*: Uma informação objetiva capaz de identificar o membro de uma classe devido ao seu caráter particular.

Essas propostas justificam-se por comprovar o estabelecimento de uma estrutura organizada de conhecimento e, concomitantemente, atuam como enfraquecedoras de argumentos como os de que haveria uma falta de plausibilidade cognitiva no modelo enciclopédico. Essa centralização no nível do enunciado dá-se em razão da maior probabilidade de ativação no contexto do enunciado em que esse ocorre (FERRARI, 2014). Nessa perspectiva, compreende-se que os enunciados não funcionam como *pacotes* que guardam o significado, mas como mecanismos que atuam como uma *estrutura* que encadeia o acesso ao conhecimento.

6. *Considerações finais*

Este texto procurou estabelecer uma leitura atualizada a respeito da linguística cognitiva, considerando suas premissas básicas, além de ter procurado demonstrar no que se difere dos postulados gerativistas. Ressaltou-se que a linguística cognitiva assume uma visão *não modular*, uma

vez que prevê princípios cognitivos gerais que são compartilhados pela linguagem, dentre outras capacidades cognitivas. Autores como Martelotta e Ribeiro (2012) alegam que essa ciência cognitiva se respalda, sobretudo, em uma visão integradora do fenômeno da linguagem, fundamentada na conjectura de que não há necessidade de se realizar uma distinção entre os conhecimentos linguísticos e não-linguísticos.

Constatou-se também que para se realizar o processo de categorização era necessário que o objeto dispusesse de todos os atributos essenciais, o que foi revisado, posteriormente, por Katz & Fodor (1963). Demonstrou-se a existência de um sistema de categorização entre chamadas fronteiras *prototípicas* e *categoriais*. Nesta fronteira, ilustrou-se uma escada de *prototipicidade*, tendo como exemplos básicos o sabiá, o avestruz e, por último, o pinguim, que se encontra na camada *periférica* da escola, isto é, em uma posição distanciada dos traços centrais.

Ao longo das discussões realizadas, evidenciou-se que para a linguística cognitiva os usuários da linguagem encontram-se em posições prestigiadas, isto é, são postos no escopo da construção do significado. Devido a isto, os falantes passam a serem vistos não mais como piões a executarem regras, mas como produtores em potencial de significados. Para Geeraerts (2006), os significados são construídos na linguagem a partir de experiências que os indivíduos vivenciam.

Por fim, Ferrari (2014) entende que as palavras não contêm significados fechados, mas ajudam a nortear a construção de sentido. Martelotta e Ribeiro (2012) compartilham dessa perspectiva ao afirmarem que na concepção cognitivista não há significados prontos, mas, sim, mecanismos de construção de significação a partir de situações contextuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOMSKY, Noam. *Reflections on language*. New York: Pantheon, 1975.
- CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, MARK. *Conceptual blending and the*

mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, Lilian. Modelos de gramática em linguística cognitiva: princípios convergentes e perspectivas complementares. *Cadernos de Letras da UFF* — Dossiê: Letras e cognição, n. 41, p. 149-165, 2010.

_____. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

GEERAERTS, Dirk *et al* (Eds.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

GOLDBERG, Adele. *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KATZ, Jerrold J.; FODOR, Jerry A. The Structure of a semantic theory. *Language*, n. 39, 1963.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar I: theoretical prerequisites*. Stanford CA: Stanford University Press, 1987.

_____. *Foundations of cognitive grammar II: descriptive applications*. Stanford CA: Stanford University Press, 1991.

LEITE, Marcelo Andrade. *Resultatividade: um estudo das construções resultativas em português*. 2006. Tese (doutorado em linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTELOTTA, Mario Eduardo; RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 177-192.

RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. *Construções gramaticais: uma análise das resultativas do português com o verbo ficar*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 1, n. 1-2, p. 59-101, 1997.

**DIGRESSÕES PRELIMINARES SOBRE AS CONJUNÇÕES,
USADAS POR HORÁCIO EM SUA ODE I, DO *LIBER I***

José Mario Botelho (UERJ, ABRAFIL e SLR)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho almeja apresentar comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, em comparação com o comportamento que descreve Bonnet (2005) em *Dosithée: Grammaire Latine*, acerca de tais elementos conjuntivos. A contextualização, baseada no relacionamento de cada uma das conjunções destacadas da referida ode horaciana, com os demais termos da frase em que elas figuram, será enfatizada neste trabalho. Decerto, tal relacionamento constitui o objeto de estudo fundamental desta breve pesquisa, não só porque se trata da característica *sine qua non* do item gramatical em destaque, mas também porque o objetivo principal deste estudo é atestar a aplicabilidade dos comentários didático-científicos e doutrinários de Dositeo, citado por Bonnet, na obra acima referida.

Palavras-chave: Conjunções. Horácio. Ode I.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho constitui apresentar comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, em cotejo com o que apresenta Bonnet (2005) em *Dosithée: Grammaire Latine* (texto latino de Dositeo, traduzido para o francês por Guillaume Bonnet), acerca de tais elementos conjuntivos.

A contextualização, baseada no relacionamento de cada uma das conjunções, destacadas da referida ode horaciana, com os demais termos da frase em que elas figuram, será enfatizada neste trabalho. Decerto, tal relacionamento constitui o objeto de estudo fundamental desta breve pesquisa, não só porque se trata da característica *sine qua non* do item gramatical em destaque, mais também porque o objetivo principal deste estudo é atestar a aplicabilidade dos comentários científico-didáticos e doutrinários de Dositeo.

Logo, partiremos da concepção de que o item denominado “conjunção” se refere a “unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado” (BECHARA, 2002, p. 320) ou, como o próprio Dositeo (*Apud BONNET, op. cit.*) afirma: “A conjunção é uma parte do dis-

curso que liga e ordena um pensamento (ou opinião).”⁷

Para a efetivação do presente texto, que terá caráter digressionador por excelência, apresentaremos alguns aspectos teóricos acerca da conjunção e de aspectos estilístico-sintáticos, copilados de Marouzeau (1949 e 1953) e do próprio Dositeo, o que constituirá uma breve fundamentação teórica.

Assim, esperamos constatar a efetiva função das conjunções estudadas na ode horaciana, destacada, em cotejo com as explicações dadas por Dositeo.

Apresentaremos, também, todo o texto-objeto em forma original (*apud* Les Belles Lettres, 1967, p. 6-7) e sua tradução (inérita) para a língua portuguesa, acompanhada dos nossos breves comentários críticos, de caráter estilístico-sintático, relacionados a cada conjunção utilizada por Horácio na referida ode.

2. Breve fundamentação teórica

2.1. Aspectos teóricos acerca da “conjunção”

Basear-nos-emos, em princípio, na afirmação feita por Bechara (2002) sobre o fato de a língua portuguesa possuir certas unidades, de origem latina, que têm a função primordial de ligar orações numa mesma frase, estabelecendo uma coordenação ou uma dependência entre elas.

Daí, serem tais unidades, denominadas pelos estudiosos em gramática, mais especificamente em sintaxe, como conjunções ou elementos conjuntivos, de tais tipos: coordenativas e subordinativas.

Assim como o português, as outras línguas neolatinas e o próprio latim, também apresentam tais elementos conjuntivos.

Marouzeau (1949) destinou o terceiro capítulo de seu *L'ordre des mots dans la phrase latine, Tomo III: Les articulations de l'énoncé*, para explicar sobre os acessórios e os conjuntivos.

O referido autor inicia o tal capítulo, afirmando que, no indo-europeu, tais palavras, que eram “não autônomas, eram submetidas a

⁷ “Coniunctio est pars orationis nectens ordinansque sententiam.” (DOSITEO, *apud* BONNET, 2005, p. 87)

uma construção particular: elas tendiam a ocupar na frase a segunda posição⁷⁸. Tal afirmação, esclarece o próprio Marouzeau, decorre de uma lei estabelecida por Wackernagel (1892, p. 333-436) para os enclíticos.

Marouzeau lembra que essa lei, que foi melhorada por Meillet (1922, p. 21), deixou muitos traços em latim.

Depois de digressionar sobre os acessórios, o autor faz referência à qualidade das partículas que, atualmente, são tidas como conjunções, do tipo copulativas como: “*et, nec, -que*”; adversativas como: “*at, sed, tamen*”; explicativas como: “*enim, etenim, nam*”; asseverativas como: “*equidem, quidem, sane*”; conclusivas como: “*igitur, itaque*”; e outros subordinantes como: “*quod, quia, seu, si, ut*”.

Depois, comenta sobre o tratamento dessas palavras conjuntivas ao longo da história da língua latina e as duas tendências contraditórias, que caracterizam tal tratamento.

(...) uma a manter estritamente a aplicação da lei para certos termos (*autem, quidem*), e mesmo para desdobrá-la a palavras novamente depostas de sua autonomia (*namque, etenim*); outra a interpretar largamente a obrigação, fazendo recuar os termos interessados até o interior da frase, ou a negligenciá-la totalmente, deixando, por exemplo, os relativos e os subordinantes ocupar a posição inicial⁹. (MAROUZEAU, 1949, p. 70 – Tradução livre)

Em seguida, Marouzeau apresenta cada tipo de conjunções, distribuindo-as em 6 (seis) grupos: copulativas e disjuntivas, adversativas e restritivas, asseverativas e intensivas, explicativas e confirmativas, consecutivas e conclusivas e os relativos e conjuntivos.

Nesses subcapítulos, para cada conjunção ou elemento conjuntivo, o autor apresenta comentários sobre a sua colocação na declaração e os aspectos estilístico-semânticos decorrentes. A quantidade de exemplos retirados de diversas obras de diferentes autores é exuberante, sobre ser cansativa, o que clarificancia o tema estudado.

Convém lembrar que em outra obra (*L'ordre des mots em latin*,

⁷⁸ “*Les mots non autonomes sont soumis en indo-européen à une construction particulière: ils tendent à occuper dans la phrase la place seconde.*” (MAROUZEAU, 1949, p. 6)

⁹ “*(...) l'une à maintenir strictement l'application de la loi pour certains termes (autem, quidem), et même à l'étendre à des mots nouvellement déçus de leur autonomie (namque, etenim); l'autre à interpréter largement l'obligation en faisant reculer les termes intéressés jusque dans l'intérieur de la phrase, ou à la négliger totalement, en laissant, par exemple, les relatifs et subordinants prendre la place initiale*”.

1953), Marouzeau também trata das conjunções, distribuindo-as, praticamente, nos mesmos 6 (seis) tipos, tecendo comentários semelhantes e ilustrando com exemplos de diversos autores de forma mais comedida, porém não menos elucidativa.

O item “*III Conjunctions*” (“III As Conjunções”) é iniciado, porém, com o seguinte comentário: “179 – As articulações da declaração são realizadas por termos semelhantes às palavras adverbiais, que denominamos conjunções”¹⁰. (*Idem*, 1953, p. 69 – Tradução livre)

Por fim, em ambas as obras, ele critica aquela lei, que descrevia uma colocação fixa – segunda posição – para os elementos conjuntivos, denominando-a *caduca*, porquanto em latim normalmente tais elementos ocupam a primeira posição, mas podem figurar em outras por razões diversas: reminiscências, afetações, extensões análogas, explorações estilísticas, entre outras. Tanto que em *L’ordre des mots dans la phrase latine, Tomo III: Les articulations de l’énoncé*, que tende à análise estilístico-sintática, o autor conclui que

(...) o caráter artificial da construção é destacado pela linguagem literária, e essencialmente a linguagem dos poetas, em uso com uma grande liberdade, seja para a constituição de fórmulas e clichês, seja por comodidade métrica, seja em vista de efeitos de estilo, particularmente para enfatizar a palavra inicial, a partícula sendo utilizada como elemento disjuntivo entre dois dependentes tais como adjetivo-substantivo¹¹. (*Id.*, *ibid.*, p. 136 – Tradução livre)

2.2. Sobre as conjunções, segundo Dositeo

Em *Dosithée: Grammaire Latine (Op. cit.)*, Dositeo desenvolveu o item “*De Coniunctione*” (“Sobre a conjunção”), tecendo comentários particularizantes e interessantes, acerca das conjunções da língua latina.

O autor inicia o seu texto, afirmando, como já mostramos na Introdução desta pesquisa, que a conjunção é um elemento do discurso, a qual tem como função fundamental fazer a ligação e a ordenação da de-

¹⁰ “179. *Les articulations de l’énoncé sont réalisées par des termes apparentés aux mots adverbiaux, qu’on appelle conjunctions.*”

¹¹ “*Le caractère artificiel de la construction est souligné par le fait que la langue littéraire, et essentiellement la langue des poètes, en use avec une grande liberté, soit pour la constitution de formules et clichés, soit par commodité métrique, soit en vue d’effets de style, particulièrement pour mise en relief du mot initial, la particule étant utilisée comme élément disjonctif entre deux appartenants tels que adjectif-substantif.*”

claração (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 87). No mesmo parágrafo, o autor revela a sua principal preocupação no que se refere à conjunção: a sua forma, a sua posição e o seu valo semântico.

Na conjunção, depreendem-se a forma, a posição, o valor. A forma é como ela se apresenta: ou ela é simples, como *quidem*, ou composta, como *equidem*; a posição é o lugar em que ela se apresenta: pode preceder, como *nam*, ou se prender depois, como *-que*, ou preceder e se prender depois, como *et*.

53. O valor das conjunções se distribui em 6 espécies: são, pois, copulativas, causais, causativas (ou consecutivas ou conclusivas), expletivas, disjuntivas, dubitativas¹². (DESITEO *apud* BONNET, 2005, p. 87 – Tradução livre)

Como se pode constatar, a forma de uma conjunção pode ser simples, quando apresenta apenas uma raiz, como é o caso de “*aut, cum, et, ut, quidem*”, ou composta (ou combinada) em que se juntam mais de uma raiz, como é o caso de “*atque, eninvero, equidem, itaque, namque, quoniam*”.

Quanto à posição, refere-se tão somente à sua posição em relação a uma determinada palavra, à qual pode preceder, sem se prender (ou se ligar, sem deixar espaço) ou pospor, prendendo-se (ou se ligando mais propriamente), como ocorre com os enclíticos “*-que*” (em “*Ad regemque...*”), “*-ue*” (em “*In diemue...*”) ou “*-ne*” (em *Meministine?*). Não se trata, nesse caso, de colocação propriamente dita da conjunção na declaração, como discorre Marouzeau (1949, p. 67 e 135-6 e 1953, p. 85), digressionando sobre as implicações estilístico-sintáticas, que decorrem da posição que ocupa a conjunção numa declaração.

Em relação ao valor (ou natureza), Dositeo distingue 6 (seis) espécies de conjunções quanto à sua capacidade semântico-pragmática. Assim, distribuem-se elas em: copulativas como: “*ac, et, seu, -que*”; causais como: “*enim, nam, quod, quoniam*”; causativas (ou consecutivas ou conclusivas) como: “*igitur, itaque, quapropter*”; expletivas (que são advérbios propriamente e exprimem, às vezes, conclusão ou finalidade) como: “*adeo, tamen, tandem, saltem*”; adjuntivas como: “*aut, nec, neque, neu, uel*”; dubitativas (ou condicionais) como: “*nisi, seu, si, siue*”.

¹² “*Coniunctioni accidunt figura, ordo, potesta. Figura est qua apparet: aut simplex est, ut quidem, aut composita, ut equidem; ordo quo apparet quae praeponi tantum possit, ut nam; quae subiungi, ut que; quae praeponi et subiungi, ut et.*”

53. *Potestas coniunctionum in VI species diuiditur: sunt enim copulatiuae, causales, rationatiuae, repletiuae, disiunctiua, dubitandi.*”

Em seguida, o autor comenta sobre o fato de algumas conjunções se fazerem acompanhar de uma forma verbal finita (de indicativo); algumas, de uma forma verbal optativa (semelhante ao subjuntivo) e outras, de uma forma verbal de subjuntivo.

Depois, mais detalhadamente, trata das conjunções que se adaptam a mais de uma expressão verbal, como é o caso de “*cum*”, que se faz acompanhar ora de indicativo ora de subjuntivo, segundo a sua qualidade: acompanha-se do indicativo quando se refere ao tempo em que se desenvolvem duas ações.

Também faz comentários dessa natureza em relação a: “*si*” (que se adapta ao indicativo ou ao subjuntivo), “*dum, num, antequam, postquam, ni e nisi*”, que também podem ser usadas com o indicativo e com o subjuntivo), “*quamquam*” (que pode ser usada com indicativo ou com o optativo), “*ut*” (que pode ser usada com indicativo ou com subjuntivo ou com optativo), “*ne*” (que se adapta ao imperativo ou ao optativo).

Por fim, apresenta vários valores semânticos das conjunções: “*aut e et*”, de forma sintética, porém, elucidativa em virtude dos exemplos apresentados. Desses valores, destaca-se aquele que Dositeo afirma ter “*et*” o mesmo valor do enclítico “*-que*” (O que sugere ser esta a conjunção copulativa por excelência, e aquela, um uso de conjunção copulativa.), com a diferença de ser “*-que*” sempre enclítico, enquanto “*et*” precede o termo a que se refere e pode pospor-se a ele quando se apresenta redobrado (como em: “... *et premere et ... dare...*”), ainda que simples, porém, subentendida (como em: “*labitur..., mirantur et undae...*”).

3. Breves elucubrações sobre as conjunções da Ode I, do Liber I, de Horácio

As observações que serão apresentadas abaixo são motivadas pelos comentários feitos por Dositeo, os quais, às vezes, se nos mostram intrigantes, sobretudo, por não serem convencionais.

Como tais comentários se caracterizam como particularizantes, procuramos cotejar, por vezes, as explicações dadas por Dositeo com o que estabelece Marouzeau (1949 e 1953), no que se refere às conjunções, utilizadas por Horácio na ode em destaque, que é o escopo desta pesquisa. A saber, as conjunções em referência são: “*et, nec, neque, -que, quod, ut, seu, si*”.

Convém ressaltar que tal ode foi selecionada entre as 38 (trinta e oito) odes, do *Liber I*, exatamente por ser a única, em que se podem observar tantas conjunções diferentes como essas. Nas outras 37 (trinta e sete) odes, Horácio fez um uso muito comedido das conjunções; nelas, não encontramos mais de quatro conjunções diferentes, e somente nas odes IV, VII e IX, pode-se observar uma incidência maior, porém com a repetição de um ou dois tipos.

Ó Mecenas, nascido de antepassados reais, meu sustentáculo e minha doce glória, há aqueles aos quais agrada ter juntado a poeira olímpica ao carro; e a meta evitada pelos carros ardentes e a nobre vitória eleva(m) a deuses os senhores da terra: este, se a turba dos inconstantes romanos se esforça para exaltá-lo com as três maiores dignidades; aquele, se no próprio celeiro escondeu tudo que se arrebatou das eiras líbias.

Que nunca se afaste quem alegre em abrir os campos pátrios com a enxada com promessas atáticas, para que, por meio de um navio, corte o Mar de Mirto o receoso navegante.

O mercador, que teme o África, que luta contra a agitação do Mar de Ícaro, louva o ócio e aos campos de sua cidade. Depois, indócil em suportar a pobreza, refaz as naus avariadas.

Há aqueles que não desprezam nem os copos do velho Massico nem tirar uma parte do dia inteiro, ora prostrado com as pernas sob o arbusto verde, ora junto a uma fonte serena de água sagrada.

A muitos agradam os acampamentos e o som da trombeta, confundido com o (do) clarim, e as guerras detestadas pelas mães. Permanece em pleno ar frio, esquecido da tenra esposa, o caçador, ou se uma corsa se mostrou aos pequenos cães fiéis, ou se um javali de Marso rompeu as finas redes.

As heras, prêmios dos rostos sábios, unem-me aos deuses superiores; o bosque gelado e os coros suaves das Ninfas com os Sátiros me afastam do povo, se nem Euterpe proíbe as flautas nem Polímnia recusa afinar a lira de Lesbos.

Porém, se tu me colocares entre os poetas líricos, eu tocarei o céu com minha sublime cabeça.

O escopo de nossa análise é a seguinte ode (*Apud Les Belles Lettres. Horace, Odes et Épodes*, 1967, p. 6-7):

5	<i>Maecenas atavis edite regibus, o et praesidium et dulce decus meum, sunt quos curriculo puluerem Olympicum collegisse iuuat metaque feruidis euitata rotis palmaque nobilis terrarum dominos euehit ad deos; hunc, si mobilium turba Quiritium certat tergemini tollere honoribus;</i>
---	---

10	<i>illum, si proprio condidit horreo quicquid de Libycis uerritur areis. Gaudentem patrios findere sarculo agros Attalicis condicionibus numquam demoueat, ut trabe Cypria Myrtoum pauidus nauta secat mare.</i>
15	<i>Luctantem Icaris fluctibus Africum mercator metuens otium et oppidi laudat rura sui; mox reficit rates quassas, indocilis pauperiem pati. Est qui nec ueteris pocula Massici nec partem solido demere de die spernit, nunc uiridi membra sub arbuto stratus, nunc ad aquae lene caput sacrae. Multos castra iuuant et lituo tubae permixtus sonitus bellaque matribus detestata. Manet sub Ioue frigido uenator tenerae coniugis immemor, seu uisa est catulis cerua fidelibus, seu rupit teretis Marsus aper plagas. Me doctarum hederæ præmia frontium dis miscent superis, me gelidum nemus Nympharumque leues cum Satyris chori secernunt populo, si neque tibia Euterpe cohibet nec Polyhymnia Lesboum refugit tendere barbiton. Quod si me lyricis uatibus inseres, sublimi feriam sidera uertice.</i>

Vale ressaltar que dos oito tipos de metro utilizados por Horácio nas 38 (trinta e oito) odes desse seu primeiro livro, a *Ode I* (em destaque) é a única em que o autor utilizou o asclepiadeu menor (verso, que admite três arranjos: um espondeu, dois coriambos e um pírco; ou um espondeu, um dátilo, uma sílaba longa e dois dátilos; ou um espondeu, um coriambu, e dois dátilos). Na ode cotejada predomina o verso asclepiadeu menor, do tipo: um espondeu, dois coriambos e um pírco:

Ex.: colle gisse iuuat metaque fe ruidis |
 1 | 2 | 3 | 4 |
 (—) | (— ∪ ∪ —) | (— ∪ ∪ —) | (∪ ∪) |

o et prae sidium et dulce decus meum, |
 1 | 2 | 3 | 4 |
 (—) | (— ∪ ∪ —) | (— ∪ ∪ —) | (∪ ∪) |

illum,	si	proprio	condidit	ho	rreo	
1	2	3	4			
(--)	(- ∪ ∪ -)	(- ∪ ∪ -)	(∪ ∪)			

numquam	demouneas,	ut	trabe	Cy	pria	
1	2	3	4			
(--)	(- ∪ ∪ -)	(- ∪ ∪ -)	(∪ ∪)			

Quod	si	me	lyricis	uatibus	in	seres	
1	2	3	4				
(--)	(- ∪ ∪ -)	(- ∪ ∪ -)	(∪ ∪)				

Certamente, tal observação constitui um dado importante quanto à colocação da conjunção na declaração, porquanto a respectiva posição pode ter sido motivada pela estruturação do verso. Isto é, a efetivação do verso asclepiadeu pode ter exigido do poeta tal colocação na declaração.

3.1. Sobre “*et*” e “*-que*”

Sobre essas duas conjunções, em princípio, pode-se constatar que tanto Dositeo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 87) quanto Marouzeau (Cf. 1949, p. 70 e 1953, p. 6) as consideram conjunções copulativas.

Ambos os autores também observam que o “*-que*” é uma partícula enclítica e, como tal, é usada sempre posposta e presa a uma palavra da declaração, da qual faz parte. Marouzeau observa, ainda, que esse enclítico pode ser “encontrado até mesmo intercalado entre os elementos de um complexo, de modo a realizar uma tmese, como em: ‘*data deque dedicata*’ (LUCÍLIO, 997) ou ‘*conlaxat rareque facit*’ (LUCRÉCIO, I, 318)”. (MAROUZEAU, 1953, p. 70)

Em relação a “*et*”, que é menos antiga do que “*-que*” como conjunção copulativa, Marouzeau afirma que se trata de um antigo advérbio, que preservou em numerosos casos o seu valor primitivo de “mesmo, assim, também”, além da sua função semântico-sintática de ligação tão simplesmente.

Já Dosíteo não trata desse aspecto diretamente; porém, sugere que tal aspecto seja possível, quando afirma que a conjunção “*et*” tem o valor de “-*que*”, mas que difere desta, posto que ela não só se liga, posposta, a uma palavra, mas também pode precedê-la quando é geminada¹³ (DOSÍTEO *apud* BONNET, *op. cit.*, p. 95).

Em Horácio, constatamos tais usos de “*et*” em três declarações:

Maecenas atavis edite regibus, / o et praesidium et dulce decus meum (v. 1-2)

Luctantem Icaris fluctibus Africum / mercator metuens otium et oppidi / laudat rura sui;... (v. 15-7)

Multos castra iuuant et lituo tubae / permixtus sonitus... (v. 23-4)

No primeiro exemplo, que é parte de um vocativo (“*Maecenas atavis edite regibus, o et praesidium et dulce decus meum*”), temos o que Dosíteo chamou de “geminada” ou “redobrada” (Cf. acima.) e, portanto, uma precede, e a outra pospõe (sem se prender como o “-*que*”). Nesse caso, funciona como um elemento de ligação e o seu valor se aproxima também daquele que Dosíteo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 95) denomina “argumentativo” ou “causativo” (“*causalis*”).

No segundo exemplo, que é parte do complemento da flexão verbal “*laudat*”, constitui tão simplesmente um elemento de ligação, simples, já que liga “*otium*” a “*rura*” (de “*oppidi rura sui*”). O mesmo ocorre no terceiro exemplo, uma vez que o “*et*” apenas liga “*castra*” a “*sonitus*” (de “*lituo tubae permixtus sonitus*”), que, por sua vez, está ligado à estrutura “*bellaque matribus detestata*”, mas pelo enclítico “-*que*”, formando o enorme complemento da flexão verbal “*iuuant*”.

Nessa última declaração, contudo, o que salta os olhos de qualquer analista é a ocorrência de figuras de sintaxe, criadas pelo poeta: a disjunção causada pelo deslocamento simples de “*iuuant*” para a terceira posição após o Nominativo “*castra*” e o quiasmo feito com os deslocamentos de “*lituo*” e “*permixtus*”, disjungindo o grupo nominal “*tubae sonitus*” (“*Multos castra iuuant et lituo tubae permixtus sonitus...*”). Decerto, tais figuras se fizeram necessárias à manutenção do metro utilizado pelo poeta.

Também constatamos na referida ode o uso de “-*que*” em três de-

¹³ “62. *Et coniunctio id ualet quod que; sed hoc differt quod haec non modo subiungitur, sed etiam praeponitur, modo geminata.*”

clarações:

...*metaque* feruidis / euitata rotis palma*que* nobilis / terrarum dominos euehit ad deos (v. 4-6)

Multos castra iuuant et lituo tubae / permixtus sonitus bella*que* matribus / de-
testata. (23-5)

...*me* gelidum nemus / Nympharum*que* leues cum Satyris chori / secernunt po-
pulo... (v. 30-2)

Em todos estes exemplos, temos o elemento de ligação enclítico, que se prende (*adjuge*) a uma palavra das respectivas declarações. Contudo, é mister lembrar que, no primeiro exemplo, “-*que*” parece ligar toda a oração que se inicia pelo Nominativo “*meta*” com a ideia da anterior.

Convém ressaltar, também, que, no último exemplo, o enclítico se adjuge ao genitivo “*Nympharum*”, o qual faz parte do grupo nominal “*Nympharum leues chori*”, mas que não é o termo que se liga a outro, senão por meio de “*cum*” (em “*cum Satyris*”) numa expressão de companhia.

Decerto, a adjunção ao primeiro termo do verso em vez de “*chori*” é motivada. Quicá métrica, para a formação do asclepiadeu.

3.2. Sobre “*nec*” e “*neque*”

Essas conjunções são arroladas como disjuntivos por Dositeo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 88) e por Marouzeau (Cf. 1949, p. 82 e 1953, p. 72).

Ambos os autores se mostram lacônicos em relação aos disjuntivos em destaque: Dositeo limita-se a classificá-los tão somente, sem ao menos explicá-los. Marouzeau, no entanto, faz algumas alusões à construção com “*nec*” (“*neque*”). O autor a compara com a de “*et*”, no que se refere à posição que ocupa na declaração. Diz ele que “em construções anafóricas, normalmente, o disjuntivo ocupa a segunda posição, posposto a um adjetivo, que se encontra desunido de seu substantivo” (MAROUZEAU, 1953, p. 83). Acrescenta que “se encontra na terceira posição quando as duas primeiras palavras são estreitamente unidas pelo sentido e pela construção” (*Id.*, *ibid.*, p. 83) e que “pode, ainda, ser afastado para além da terceira posição” (*Id.*, *ibid.*, p. 83).

Na ode estudada, observamos tais usos de “*nec*” e de “*neque*” em duas declarações:

Est qui nec ueteris pocula Massici / nec partem solido demere de die / spernit... (v. 20-2)

...si neque tibus / Euterpe cohibet nec Polyhymnia / Lesboum refugit tendere barbiton. (v. 32-4)

No primeiro exemplo, em que os disjuntivos correlativos participam do complemento da flexão verbal “*spernit*” (“*qui nec ueteris pocula Massici nec partem solido demere de die*”), o disjuntivo é redobrado. Interessante é o paralelismo que o autor criou com uma estrutura nominal e uma estrutura verbo-nominal, como complemento do verbo.

No segundo, o disjuntivo “*neque*” é correlativo com “*nec*” do verso seguinte. Em combinação com o conjuntivo subordinante “*si*”, ambos os disjuntivos iniciam uma estrutura oracional subordinada.

3.3. Sobre “*quod*” e “*ut*”

As conjunções “*quod*” e “*ut*” não receberam nenhuma atenção de Dositeo, que apenas arrolou entre as causais o “*quod*” e deixou de fora de suas 6 (seis) classificações o “*ut*”.

Contudo, quando trata dos seus usos e o modo verbal, ao qual as conjunções se adéquam, o autor tece um sintético comentário. Dositeo observa que “*ut*” se adapta à forma finita de indicativo quando é empregado como “*quomodo*” (“como”); quando é empregado com o valor de finalidade, adapta-se ao optativo, e ao subjuntivo quando precede a forma verbal (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 93). Tal posicionamento sugere que Dositeo reconhece ser o “*ut*” uma conjunção causal.

Marouzeau foi ainda mais lacônico, pois nem ao menos as relacionou entre uma das suas 6 (seis) classificações. Porém, apresenta alguns exemplos ao tratar das conjunções de subordinação e relativos (Cf. MAROUZEAU, 1953, p. 82) e muitos exemplos quando trata dos relativos e conjuntivos (Cf. *Idem*, 1949, p. 121). Nesse último subcapítulo, o autor lembra que “parece terem tais subordinantes ou conjunções subordinativas participado, em latim antigo, da construção das palavras acessórias e por isso, tendem a ocupar a segunda posição na declaração após a primeira palavra autônoma”¹⁴ (Cf. *Idem*, 1953, p. 121). Acrescenta que “elas se

¹⁴ “(...) semblent avoir participé en latin ancien de la construction des mots accessoires; ils tendent à occuper dans la phrase la place seconde, après le premier mot autonome.”

tornaram mais incertas na época clássica, tendendo à posição inicial e, em particular, nas obras dos poetas, a recuar para o interior da declaração¹⁵ (Cf. *Idem*, 1953, p. 121-2).

Na ode estudada, encontramos apenas um uso de “*quod*” e outro de “*ut*” na seguinte declaração:

...*ut trabe Cypria / Myrtoum pavidus nauta secet mare.* (v. 13-4)

Quod si me lyricis uatibus inseres, / sublimi feriam sidera uertice. (v. 35-6)

No primeiro exemplo, a conjunção subordinada “*ut*” inicia uma oração subordinada com a forma verbal em optativo, ligando-a à anterior (“*Gaudentem patrios findere sarculo / agros Attalicis condicionibus / numquam demoues,...*”), para a qual expressa uma finalidade.

No segundo exemplo, “*quod*”, que mais se aproxima de ser uma partícula expletiva, passa a ser considerado uma conjunção, devido à sua combinação com “*si*”, que inicia uma oração de dúvida (condicional, na literatura sintática portuguesa), ligada à oração seguinte (“*Quod sublimi feriam sidera uertice.*”).

3.4. Sobre “*seu*” e “*si*”

Ambas as conjunções foram relacionadas entre as dubitativas em Dositeo (Cf. BONNET, *op. cit.*, p. 88).

Em Marouzeau (1953, p. 70), a conjunção “*seu*” foi relacionada entre as disjuntivas, em cujos exemplos se pode observar a sua ocorrência, e “*si*”, que não foi relacionado, supõe-se ser um elemento conjuntivo ou uma conjunção subordinante para ele, porquanto apresentou muitos exemplos com a sua ocorrência juntos com outros tantos exemplos de conjunções ou elementos conjuntivos como “*quod*”, “*cum*”, “*ut*” e tantos outros.

A única observação feita por Marouzeau sobre o “*si*” é que, como conjunção subordinante, ocupa comumente a segunda posição na declaração, sempre posposta a uma palavra do tipo pronome.

¹⁵ “(...) *elles deviennent plus rares et plus incertaines à l'époque classique, où le subordonnant tend à quitter la place seconde, soit pour prendre la place initiale, soit, au contraire, en particulier chez les poètes, pour reculer plus loin vers l'intérieur de la phrase.*”

Já Dositeo, observou que “*si*” se adapta, às vezes, ao indicativo e outras vezes, ao subjuntivo; ao indicativo quando se entende que um ato foi realizado; e ao subjuntivo quando o assunto é submetido a condições e é incerto. O autor ressalta que Terêncio não obedeceu a esta regra, pois se utilizou de uma flexão verbal de indicativo numa declaração submetida a uma condição em A Sogra, 765.

Em Horácio, encontramos quatro ocorrências de “*si*” e apenas duas de “*seu*”.

hunc, si mobilium turba Quiritium / certat tergeminis tollere honoribus; / illum, si proprio condidit horreo / quicquid de Libycis uerritur areis. (v. 6-9)

...si neque tibus / Euterpe cohibet nec Polyhymnia / Lesboum refugit tendere barbiton. (v. 32-4)

Quod si me lyricis uatibus inseres (v. 35)

seu uisa est catulis cerua fidelibus, / seu rupit teretis Marsus aper plagas. (v. 28-9)

As duas estruturas oracionais introduzidas pela conjunção “*si*”, da primeira declaração, em paralelismo, constituem o que, em português, denomina-se “aposto distributivo”. Nelas, veem-se as conjunções subordinantes ou elementos conjuntivos, segundo Marouzeau (ou conjunções dubitativas, segundo Dositeo), ocuparem a segunda posição na declaração pospostas a uma forma pronominal, que é o núcleo do aposto (“*hunc*”, na primeira estrutura e “*illum*”, na segunda) e exprimirem realmente uma dúvida ou uma condição.

No segundo exemplo, a conjunção “*si*” (dubitativa, conforme Dositeo, e subordinante, como o quer Marouzeau) introduz a oração condicional (conforme literatura sintática do português), que se subordina à precedente (“*me gelidum nemus Nympharumque leues cum Satyris chori scernunt populo,...*”).

No terceiro exemplo, a conjunção “*si*”, combinada com o expletivo “*quod*”, introduz a oração condicional, que se subordina a que lhe sucede (“*...sublimi feriam sidera uertice.*”), ainda que “*quod*” seja considerada uma conjunção subordinante ou conjuntivo, como o quer Marouzeau.

No último exemplo, por fim, veem-se as conjunções disjuntivas (segundo Marouzeau) ou dubitativas (como o quer Dositeo), em paralelismo, iniciarem suas respectivas condicionais, em alternância, que se subordina à precedente (“*Manet sub Ioue frigido uenator tenerae coniu-*

gis inmemor,...”).

4. Considerações finais

Após a apresentação dos comentários críticos sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções contidas na *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio, a partir dos conceitos de Dositeo em sua *Gramática latina*, acerca de tais elementos conjuntivos, em cotejo com o que discutiu Marouzeau (1949 e 1953), conclui-se que se trata de um termo que se define a partir do seu relacionamento com outros termos de uma dada declaração.

Essa contextualização, baseada no relacionamento de cada uma das conjunções, destacadas da *Ode I*, do *Liber I*, de Horácio – escopo deste trabalho –, com os demais termos da declaração em que elas figuram, revelou-se conveniente e produtiva. Isto, porque a análise estilístico-sintática de tais conjunções comprovou serem aplicáveis as concepções dos estudiosos, que serviram de cotejo da pesquisa, a saber: Bechara (2002), Dositeo (*Apud BONNET*, 2005) e Marouzeau (1949 e 1953). De fato, a conjunção é um elemento do discurso que tem a função de ligar e ordenar outros elementos de uma declaração, podendo exprimir ou garantir um sentido, mormente segundo a sua posição. Logo, constatamos a efetiva função das conjunções estudadas na ode horaciana, destacada.

Contatamos, também, que a lei primitiva que regia a construção das palavras acessórias não é, no texto-escopo, aplicável, pois a posição à palavra inicial da frase não é obrigatória senão para o enclítico *-que*. Aliás, a tendência a ocupar outras posições mostrou-se, na ode analisada, variável e de acordo com o emprego das respectivas conjunções, que sugere uma intenção estilística de Horácio.

Embora não seja a nossa pretensão esgotar o tema, esperamos ter alcançado o nosso objetivo de apresentar comentários sobre o comportamento estilístico-sintático das conjunções destacadas, que possam sugerir reflexão dos leitores, e de atestar a aplicabilidade dos comentários científico-didáticos e doutrinários de Dositeo.

Certo da complexidade do tema e da necessidade de uma análise mais aprofundada a partir da análise das obras de outros autores latinos, julgamos ser o presente trabalho uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLDRINI, Sandro. *La prosodia e la métrica dei romani*. Roma: Carocci, 2001.
- BOTELHO, José Mario. *Pequeno dicionário de latim-português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Botelho, 2014.
- DIVINE, Andrew M.; STEPHENS, Laurence D. *Latin word order: Structured meaning and information*. New York: Oxford University Press, 2006.
- BONNET, Guillaume (Ed e Trad.). *Dosithée: grammaire latine*. (Collection des Universités de France publiée sous le patronage de l'Association Guillaume Budé.). Paris: Les Belles Lettres, 2005.
- GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed. Brasília: UnB, 2000.
- HEREDIA, Andrés Gomez. Introducción a los principales fenómenos sintáctico-estilísticos en latín. *Cuadernos de Filología Clásica*, vol. XX (1986-87) Fd Universidad Complutense, Madrid, 1986.
- MAROUZEAU, J. *L'ordre des mots dans la phrase latine*, vol. III. Les Articulations de l'énoncé. Paris: Les Belles Lettres, 1949.
- _____. *L'ordre des mots en latin*, volume complémentaire. Paris: Les Belles Lettres, 1953.
- _____. *Traité de stylistique latine*. 10. ed. 5. tir. Paris: Les Belles Lettres, 1970.
- PINKSTER, Harm. *Sintaxis y semántica del latín*. Trad. por M. E. Torrego e J. de la Villa. Madrid: Clásicas, 1995.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2000.

**ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ LINGUÍSTICA
EM ENTREVISTAS AOS PRESIDENCIÁVEIS AÉCIO E DILMA**

Tiago Alves Nunes (UFC)

tiagopark@gmail.com

Kleiane Bezerra de Sá (UFC)

kleianebezerra@gmail.com

RESUMO

O fenômeno da polidez linguística tem sido estudado de variados focos nos estudos linguísticos, com variados gêneros e contextos. A entrevista, como um gênero dialógico, é um tipo de enunciação pertinente para o estudo da preservação de faces e, assim, da polidez; a entrevista política, sobretudo por seu caráter temático ser, quase sempre, de assuntos polêmicos, favorece um uso maior de estratégias de polidez linguística e, por conseguinte, da preservação de face. Este artigo, portanto, objetiva investigar as principais estratégias de polidez linguística e preservação de face, propostas por Brown & Levinson (1987), dentro da entrevista política. Nosso *corpus* é composto por duas entrevistas aos presidentes brasileiros Aécio Neves e Dilma Rousseff, realizadas em 2014. Tais entrevistas ocorreram ao vivo em um telejornal. Verificamos, deste modo, que os recursos de polidez e preservação de faces são variados e que, quase sempre, as indagações são atos ameaçadores de face do entrevistado.

Palavras-chave: Polidez linguística. Entrevista política. Interação.

1. Introdução

Entrevistas são interações do tipo face a face em que o entrevistado e o entrevistador interagem verbalmente expondo, ambos, sua autoimagem social (face). As estratégias interacionais, determinadas socioculturalmente, possuem a finalidade de estabelecer, manter e garantir o bom desempenho de um evento, numa interação sem problemas. Neste trabalho, apresentaremos em nosso exercício de análise algumas das estratégias de preservação das faces, as quais envolvem estratégias de negociação e de polidez, presentes em entrevistas¹⁶ realizadas pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, a dois candidatos à presidência da república brasileira: a primeira ocorrida dia 11 de agosto de 2014, a Aécio Neves (16min01s); e a segunda transmitida no dia 18 de agosto do mesmo ano,

¹⁶ A íntegra das entrevistas pode ser verificada nos seguintes links: Entrevista a Aécio Neves: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/08/aecio-neves-e-entrevistado-no-jornal-nacional.html> Entrevista a Dilma Rousseff: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/08/dilma-rousseff-e-entrevistada-no-jornal-nacional-.html>

a Dilma Rousseff (17min28s).

Em entrevistas, os envolvidos na interação verbal sempre correm o “risco de exibir o que desejam ver resguardado e deixar de colocar em evidência o que têm a intenção de mostrar” (GALEMBECK, 1999, p. 173). Para que isso não ocorra, os interlocutores da conversação adotam estratégias que proporcionam controle da construção de face, podendo ocorrer preservação ou ameaça da autoimagem, dependendo das exigências do contexto de interação. A preocupação com a imagem social sempre acompanha os indivíduos, e esse fenômeno pode ser claramente observado nas entrevistas objeto deste artigo. Daí a escolha por investigar o gênero entrevista, em especial, a política, na televisão, posto que é através desse evento comunicativo, que a população, ademais das propagandas, pode conhecer o ponto de vista de candidatos sobre temas fundamentais e polêmicos.

As estratégias interacionais possuem o objetivo de estabelecer, manter e garantir o bom desempenho de um evento numa interação. Dentre elas, apresentaremos as estratégias de preservação das faces as quais envolvem estratégias de negociação e de polidez, estratégias de polidez positiva, estratégias de polidez negativa, estratégias de polidez indireta, ameaça à face positiva e ameaça à face negativa. Buscamos mostrar, por meio da análise dessas entrevistas, como as faces positiva e negativa estão envolvidas na conversação do entrevistado, como são construídas, mantidas e ameaçadas pelos interlocutores, por meio do uso, ou não, de estratégias linguísticas de polidez. (ROSA, 1992)

Para fundamentar o exercício analítico que procuramos desenvolver, partimos das teorias de base para a polidez linguística, inicialmente o princípio da cooperação de Paul Grice (1982); a seguir, referimo-nos brevemente à noção de *footing*, a qual foi originalmente utilizada por Erving Goffman (1979) para análise de situações de interação face a face, bem como do conceito de face. Por fim, tratamos da teoria da polidez, a partir do desenvolvimento que Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987) proporcionaram ao conceito de face de Erving Goffman, mostrando que ela pode ser perdida, mantida ou intensificada, visto que é um conceito que possui um investimento emocional. Apresentamos um quadro com as estratégias de polidez linguística propostas por Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987) que, no todo, totalizam 40; e, em seguida, trazemos o exercício analítico.

Tal exercício analítico está dividido em estratégias de polidez po-

sitiva e negativa, estratégias de polidez indireta e atos ameaçadores de face positiva e negativa. Analisamos os referidos pontos a partir de excertos da entrevista feita a cada candidato.

2. Conversação e preservação de faces: alguns conceitos importantes

O modelo de comunicação de Paul Grice (1982) pressupõe que as pessoas aderem a uma certa regra de conduta para a conversação, buscando serem cooperativas umas com as outras. Esse procedimento envolve o respeito ao turno, esperam a sua vez de falar, fazem perguntas e esperam respostas, fornecem as informações necessárias ao serem solicitadas. Para Paul Grice (1982), portanto, os diálogos, geralmente, não consistem em uma sucessão de frases e observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até certo ponto, esforços cooperativos.

O referido autor elabora o chamado *princípio cooperativo*, ressaltando que os interlocutores fazem a sua contribuição de modo que a conversação seja otimizada, no momento em que ela deve acontecer com o objetivo em andamento. Estrategicamente, para a ocorrência dessa forma comunicacional, Paul Grice sugere um conjunto de quatro máximas para que a conversação seja eficiente e bem-sucedida: A *máxima de quantidade*, que se refere à necessidade de que as informações sejam dadas em quantidade suficiente para que o texto seja compreendido; a *máxima de qualidade*, a qual explica que em uma interação verbal deve-se utilizar somente informações que sejam importantes para a manutenção da interação; a *máxima da relevância*, a qual é a adequação das informações ao contexto de interação; e, por fim, a *máxima de modo*, que se refere às formas de informações e expressão de ideias. (GRICE, 1982)

Arelado às máximas de Paul Grice, o conceito de *Footing* é importante por demais para a compreensão da polidez linguística. *Footing* foi introduzido por Erving Goffman (1979; 2002) e este “representa o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (GOFFMAN, 2002, p. 107). A abordagem do *footing* foi originalmente utilizada pelo teórico para análise de situações de interação face a face; assim, buscamos utilizar essa ideia para a análise da interação que se efetiva nas entrevistas dos presidenciais de 2014, Dilma Rousseff e Aécio Neves, no período da campanha eleitoral.

Erving Goffman (1979; 2002) afirma que os participantes mudam constantemente seus *footings* enquanto falam, o que, segundo o autor, faz com que a mudança de alinhamentos esteja relacionada à linguagem. De acordo com o que afirma o autor (2002, p. 17), qualquer análise sobre *footing* exige que consideremos as situações socioespaciais envolvidas. Dentro desta perspectiva, é importante ressaltarmos que, apesar de as pesquisas de Erving Goffman estarem centradas em interações presenciais, o autor já fazia referências às formas indiretas de interação, mediadas por meios de comunicação de massa, conforme assevera Jordão Horta Nunes (2005).

3. A entrevista e as estratégias de polidez linguística

O momento político de uma democracia atinge o auge quando há eleições. É durante esse período que o povo pode avaliar as propostas dos candidatos aos cargos políticos, sobretudo o de presidência. É, assim, nesse contexto que ocorrem várias práticas de linguagem específicas desse momento, quais sejam: entrevistas, debates, propagandas. Cada manifestação carrega em si as marcas do gênero que serve como meio/ação para a obtenção do voto do eleitor. Agregadas a isso, também, há as marcas do posicionamento ideológico que os discursos por parte dos candidatos, quer queiram demonstrá-lo, ou não, evidenciam.

Aqui, especificamente, trabalharemos em torno do gênero entrevista e as marcas de polidez linguística que se evidenciam nos discursos dos candidatos já mencionados, com isenção de cunho político, uma vez que nossa tarefa é estritamente de cunho linguístico-analítico, embora saibamos que as estratégias utilizadas evidenciam determinados posicionamentos políticos e ideológicos. A escolha pelos candidatos mencionados explica-se pelo fato de estarem, à época, com os mais altos índices de intenção de votos. Antes, necessitamos compreender o porquê do trabalho analítico com o gênero entrevista.

Na esfera jornalística, ao lado dos gêneros *notícia* e *reportagem*, a *entrevista* parece ser um outro gênero bastante utilizado, seja de cunho oral ou escrito. Partindo do pressuposto de que a linguagem não é neutra, a entrevista, assim, dá voz ao entrevistado, fazendo com que este possa expor suas ideias, com suas próprias palavras, do fato tratado. É claro que estamos falando, nesse caso, de um jornalismo sério, que não trabalhe a serviço do poder hegemônico, que é comprometido com a ética e com as informações verdadeiras.

A entrevista se configura como um gênero do discurso que possui variadas formas: entrevista de emprego, entrevista científica, entrevista política; assim, suas formas diversas possibilitam, também, diversas finalidades e estilos (FREITAS, 2009). Quanto à sua manifestação, a entrevista aparece primordialmente como gênero oral (HOFFNAGEL, 2002). Por outro lado, tal gênero se apresenta, primordialmente, por “perguntas” e “respostas”, ou seja, em turnos de fala; as perguntas, por sua vez, de modo geral, são feitas previamente, a fim de que haja um direcionamento, desenvolvimento coerente dos temas e organização do gênero.

Dentre as várias formas de entrevista, detemo-nos, especialmente, na entrevista jornalística a políticos, que, conforme Patrick Charaudeau (2006, p. 215), define-se “pelo propósito de concernir à vida cidadã, e pela identidade do entrevistado”.

Portanto, pela relevância que possui o entrevistado, bem como pelo conteúdo exposto, a entrevista política é importante na tomada de posição do cidadão/eleitor ante os políticos/candidatos. Geralmente, quando se trata de uma entrevista a candidatos a cargos públicos, as entrevistas políticas lançam mão de temas polêmicos que possam, de certa forma, pôr em xeque determinados posicionamentos tomados pelos candidatos. É dentro desse contexto que ocorrem variadas estratégias de cunho linguístico-discursivo na preservação/manutenção de faces e, também, variadas estratégias no tocante à polidez linguística.

A entrevista é uma situação de interação em que os interactantes estão, constantemente, monitorando seu discurso. É nessa situação que os indivíduos mantêm e constroem a face, positiva ou negativa, tanto do interactante enunciadador quanto do coenunciador, ou seja, deve haver uma cooperação por parte dos interactantes nesse processo. Assim, é através das estratégias de polidez linguística que os interactantes podem construir/manter suas faces ou desconstruir a face do outro.

A polidez linguística, por seu turno, tem seu realce nos estudos de Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987). Sua base teórica é variada: encontram-se nos princípios da cooperação de Paul Grice e, sobretudo, nos estudos de Erving Goffman sobre a imagem social – teorias já discorridas anteriormente; outrossim, tal teoria dialoga com a sintaxe e a análise da conversação.

Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987) desenvolvem o conceito de face de Erving Goffman, mostrando que ela pode ser perdida, mantida ou intensificada, visto que é um conceito que possui um inves-

timento emocional. Assim, se não mantida, o interactante pode ser humilhado, ficar em uma situação embaraçosa ou *perder sua face*. O que Erving Goffman nomeou de face e território, Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987) usam, respectivamente, face positiva e face negativa. Enquanto aquela diz respeito a tudo o que o enunciador quer que seja aprovado, que seja respaldado; esta, por sua vez, é tudo o que o enunciador quer preservar, ou seja, quer manter seu “território” em defesa.

Se a face, de acordo com os autores supracitados, precisa ser mantida, preservada ou intensificada, é porque existe o discurso que a ameaça. A conversação é uma prática de linguagem profundamente monitorada por essa preservação: interagir significa lançar-se ao perigo de *perder a face*. Assim, há os atos *ameaçadores de face*, que podem ameaçar ora a face positiva (crítica, insulto) ou negativa (ameaça, conselho, ordem) do ouvinte, ora a face positiva (desculpa, confissão) ou negativa (proposta, promessa) do locutor (BROWN & LEVINSON, 1987). Ademais, agregamos, aqui, o posicionamento de Guimarães (2010), de que os atos ameaçadores de face podem ameaçar, também, a face de uma terceira pessoa.

Quando um dos interactantes usa um ato ameaçador de face, que pode ter várias influências no seu uso, o outro usa, em geral, uma estratégia como defesa, ou seja, usa-a a fim de manter sua face “intacta”, longe de qualquer comprometimento.

Os interactantes, ao escolher uma estratégia, podem fazê-lo de acordo com um menor grau de comprometimento com a fala até um total comprometimento com o dito. Há as estratégias *on-record*, pelas quais o falante se compromete com o dito e há as *off record*, pelas quais o falante evita se comprometer com o dito. No caso das *off-record*, fica a cargo do outro interactante fazer a devida interpretação do enunciado, sendo, assim, uma estratégia *indiretiva*. Por fim, há as estratégias *bald on-record*, pelas quais o falante não se importa com o “como será dito” e sim com o próprio “dito”. A importância é dada, então, à informação, em detrimento da maneira como essa informação é enunciada (BROWN & LEVINSON, 1987). Para esta última, os autores não propõem estratégias.

Na estratégia *on-record*, especialmente, há a polidez positiva, que focaliza manter a fase positiva do ouvinte, de modo que o falante procura não confrontar o interlocutor e, por outro lado, há a polidez negativa, pela qual o falante procura manter a fase negativa do ouvinte. Como apontam Leonardo Lennertz Marcotulio e Sabrina Lima de Souza (2007, p.

2), “há um desejo básico de manutenção do território e de autodeterminação”.

A seguir, há as estratégias de polidez linguística propostas por Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987). O quadro a seguir é uma versão adaptada do trabalho de Leonardo Lennertz Marcotulio e Sabrina Lima de Souza (2007).

Estratégias de polidez	
On-record – Polidez positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.
	2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.
	3. Intensifique o interesse pelo outro.
	4. Use marcas de identidade de grupo.
	5. Procure acordo.
	6. Evite desacordo.
	7. Pressuponha, declare pontos em comum.
	8. Faça piadas.
	9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.
	10. Ofereça, prometa.
	11. Seja otimista.
	12. Inclua o ouvinte na atividade.
	13. Dê ou peça razões, explicações.
	14. Simule ou explícite reciprocidade.
	15. Dê presentes. (simpatia, qualidades)
On-record – Polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto.
	2. Questione, seja evasivo.
	3. Seja pessimista.
	4. Minimize a imposição.
	5. Mostre respeito.
	6. Peça desculpas.
	7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes "eu" e "você".
	8. Declare o FTA como uma regra geral.
	9. Nominalize.
	10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.
Off-record – Indiretividade	1. Dê pistas.
	2. Dê chaves de associação.
	3. Pressuponha.
	4. Diminua a importância.
	5. Exagere, aumente a importância.
	6. Use tautologias.
	7. Use contradições.
	8. Seja irônico.
	9. Use metáforas.

	10. Faça perguntas retóricas.
	11. Seja ambíguo.
	12. Seja vago.
	13. Hipergeneralize.
	14. Desloque o ouvinte.
	15. Seja incompleto, use elipse.

Fonte: Brown & Levinson (1987); Marcotulio & Souza (2007).

É importante frisar que Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987) propõem essas estratégias com base em seus estudos e, assim, possuem o ponto de vista de que tais estratégias são universais, ou seja, há a visão de que a cultura é homogênea. É nesse quesito que sua proposta sofre mais crítica. Nesse trabalho, não obstante, não negamos o fato da heterogeneidade cultural, porém é dentro do caminho epistemológico proposto pelos referidos autores (1987) que trabalhamos na análise do *corpus*, que se dá na seção seguinte.

4. Exercício de análise

Como já mencionado, nosso *corpus* é composto por duas entrevistas cedidas pelos candidatos, à época, à presidência da república brasileira Aécio Neves, do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em agosto de 2014, a um telejornal da Rede Globo de televisão. Apesar de a entrevista haver sido oralmente, o portal de notícia da rede televisiva disponibiliza, na íntegra, sua transcrição; é com essa transcrição que trabalharemos na análise.

4.1. Estratégias de polidez positiva

4.1.1. Candidato Aécio

No discurso do senador Aécio Neves, as estratégias de polidez positiva foram as mais utilizadas. Essas estratégias evitam um embate direto com o ouvinte, que, nesse caso, é o entrevistador. Nesse contexto, o telespectador também é um ouvinte direto na entrevista, por mais que ele não participe fisicamente da expressão do gênero. Ora, a entrevista política a candidatos a cargos políticos, feita pelo jornalismo, tem como principal destinatário o leitor/telespectador, uma vez que as perguntas são de interesse público e, mais ainda, as respostas dos entrevistados são direcionadas não ao entrevistador, especificamente, mas ao público do qual ele

quer conquistar o voto. Daí o uso em sua maioria dessas estratégias. Vejamos alguns exemplos:

1. Bonner, eu tenho que **agradecer muito a oportunidade** que você me dá de tocar nesse tema (...)

2. (...) Porque **essa desconfiança** em relação ao nosso país **afugenta os investimentos**. E os investimentos indo embora, **os empregos vão embora**. Olha, o saldo da balança comercial de manufaturados, dos produtos que mais agregam valor, produzidos no Brasil, no ano passado, foi negativo em R\$ 107 bilhões. Sabe o que isso significa? **Que os empregos que deveriam estar sendo gerados no Nordeste brasileiro, no Centro-Oeste, no Norte, estão sendo gerados na Ásia e em outras partes do mundo.**

No exemplo 1, há o uso da estratégia de exageração de interesse, o que é normal nesse tipo de entrevista. Isso é demonstrado pelo intensificador “muito”, que eleva a importância de esclarecer determinado tema naquela ocasião. Esse ato dá credibilidade no que diz respeito à não-fuga por parte do entrevistado às questões mais polêmicas, mantendo, de certa forma, a face positiva do entrevistado. Já no exemplo 2, há o uso da estratégia de inclusão do ouvinte: quando o senador diz que desconfiança no país afugenta os investimentos, ele traz à entrevista o eleitor investidor que não estaria gostando dessa situação e, mais adiante, quando assevera que empregos estão desaparecendo, ele traz algumas regiões que estariam sofrendo com a falta de desemprego. Essa estratégia, o que seria um ato ameaçador de face do ouvinte, é atenuada pela aproximação dele à situação e pelo entendimento que os ouvintes podem fazer entorno da compreensão que o candidato possui sobre sua possível situação.

4.1.2. Candidata Dilma

1 Não. Não *acho*, não *acho*, até porque, Patrícia, o Brasil precisa também de uma reforma federativa, porque há responsabilidades federais, estaduais e municipais.

2 Eu só estou querendo dizer que, *pra mim*, nós estamos superando a dificuldade de enfrentar uma crise sem demitir, gerando emprego e renda.

Na língua, dentre as várias estratégias de polidez, há os verbos modais (acredito, penso, acho etc.). Nesses fragmentos da entrevista, Dilma Rousseff faz uso de marcadores de atenuação. Quando utiliza “não acho” deixa claro que sua fala é a sua opinião, ela não objetiva ser a dona da verdade. Por outro lado, segundo Rosa (1992), a expressão “para mim”, utilizada no exemplo 2, é um dos tipos de marcadores usados nas interações cotidianas para reduzir os efeitos indesejados e serve para

exemplificar sua opinião, bem como estratégia de polidez.

Estratégias de polidez negativa

4.1.3. Candidato Aécio

É muito recorrente, nas entrevistas, haver um respeito entre entrevistado e entrevistador. Isso se materializa, por exemplo, pelo uso do pronome de tratamento “senhor” ou “senhora” por parte do entrevistador, que é uma estratégia clara de preservação da face negativa do entrevistado. Vejamos um exemplo:

1. Candidato, quando o *senhor* critica a situação da economia brasileira, o senhor tem dito que (...)

Quando se usa as estratégias de polidez negativa, quer-se manter o “território”, de modo a não *perder a face*, nos termos de Penelope Brown e Stephen C. Levinson (1987), principalmente quando os assuntos são polêmicos, como é o caso de corrupção política. Na entrevista a Aécio Neves, ao ser indagado sobre uma possível corrupção na construção de um aeroporto em terras de sua família e pelos escândalos do PT sobre a corrupção e, também, sobre a não confiança do povo em relação a ambos partidos, PSDB e PT, o candidato responde:

4. [...]No caso do *PT* houve uma condenação pela mais alta corte brasileira (...). [...] O que eu posso garantir é que, no caso do *PSDB*, se eventualmente alguém for condenado, não será, como foi no *PT*, tratado como herói nacional (...)

No trecho acima, o candidato usa a impessoalidade para falar dos escândalos em que o partido do qual faz parte e do partido de sua adversária estão envolvidos. O uso dessa estratégia minimiza a responsabilidade com o enunciado, de modo que o falante se distancia do tema, evitando, assim, expor sua face.

4.1.4. Candidata Dilma

1 *Nós criamos* as condições para o país dar um salto, colocando a educação no centro de tudo. E isso significa, Bonner, que *nós queremos continuar* a ser um país de classe média.

No exemplo, Dilma Rousseff opta pela impessoalização, embora a pergunta do entrevistador houvesse sido direta. Dessa forma, ela adota a estratégia de polidez negativa e “impessoaliz[a] o falante e o ouvinte,

evit[ando] os pronomes eu e você”. (BROWN & LEVINSON, 1987, p. 322)

Estratégias de polidez indireta

4.1.5. Candidato Aécio

Em relação a essas estratégias, são uma forma de indiretividade e, por vezes, fuga ao tema exposto, posto que o falante não se compromete com o seu enunciado e, assim, preserva sua face, passando a responsabilidade de entendimento do que está sendo dito ao ouvinte. (BROWN & LEVINSON, 1987)

Segundo os entrevistadores, os economistas de Aécio Neves concordavam com sua medida para o setor, porém também reconheciam que tais medidas não eram o bastante, de modo que quando o senador Aécio foi indagado sobre as medidas econômicas que tomaria junto com seus economistas, se caso ganhasse as eleições, o candidato respondeu:

1. Bonner, eu tenho dito em todos os fóruns e aqui, a vocês, de forma muito clara. Vou tomar as *medidas necessárias* a que o Brasil retome o ritmo de crescimento minimamente aceitável. [...] O que o brasileiro quer? Transparência. Um governo que tenha coragem de *fazer aquilo que seja necessário*. Nós vamos, sim, enxugar o estado.

O candidato, claramente, usa a estratégia *off-record* de vagueza, de imprecisão, denotado pelo sintagma “medidas necessárias”. A pergunta feita pelo entrevistador ameaça a face positiva do senador e foi uma indagação direta, que, de certo modo, requeria uma resposta objetiva. No entanto, o senador se exime de uma resposta categórica em relação às “medidas impopulares”.

4.1.6. Candidata Dilma

1. *Muitas pessoas*, inclusive, se afastaram porque é muito difícil resistir à pressão da família ou à apresentação da pessoa como tendo praticado um crime.

2. *Eu não vou tomar nenhuma posição que me coloque em confronto, conflito, ou aceitando ou não*. Eu respeito a decisão da Suprema Corte brasileira.

No excerto 1, a candidata sabe que citar nomes dos condenados de seu partido pode ser perigoso à sua face, são ameaçadores por natureza,

assim, ela adota polidez indireta para não se comprometer, para deixar o ouvinte fazer interpretações e se esquivar da responsabilidade de seus enunciados. Da mesma maneira, Dilma Rousseff utiliza um recurso de polidez indireta no exemplo 2, pois não quer ser responsabilizada por enunciados comprometedores, deixando ao ouvinte o papel interpretativo.

4.2. Atos ameaçadores de face positiva

4.2.1. Candidato Aécio

Praticamente todas as perguntas feitas ao entrevistado Aécio Neves foram atos de ameaça à sua face positiva. A pergunta a seguir representa um ato de ameaça à face positiva do candidato tucano, pois se trata de uma questão polêmica.

1. A minha pergunta é sobre usar um aeroporto que foi construído pelo estado de Minas Gerais para visitar uma fazenda sua. Isso não lhe constrange?

4.2.2. Candidata Dilma

1. Nenhum procurador-geral da República foi chamado, no meu governo ou no do presidente Lula, *de engavetador-geral da República*. Por quê? Porque também *escolhemos, com absoluta isenção, os procuradores*.

2. Bonner, primeiro, nós enfrentamos a crise, *pela primeira vez no Brasil, não desempregando, não arrochando os salários, não aumentando os tributos*, pelo contrário, diminuímos, reduzimos e desoneramos a folha. *Nós enfrentamos a crise, também, sem demitir*.

Em entrevistas, muitas vezes, a harmonia interacional é impossível de ser conservada, e os interactantes ameaçam suas faces, as de seu interlocutor e as de outras pessoas que surgem como tópico conversacional da entrevista. Notamos que no exemplo 1, o uso de “engavetador-geral da República”, que faz referência aos procuradores-gerais da república do governo antecessor, PSDB, reforça que todos os procuradores de seu governo, o PT, são escolhidos com isenção, responsabilidade, inferindo-se que os de seu opositor não o seriam.

No trecho 2, a candidata à reeleição, à época, diferencia o modo dos dois governos de enfrentar a crise, afirmando que pela primeira vez o país não precisou desempregar, aumentar tributos, sem “arrochar” salários e sem demitir. Ao tempo que ela qualifica seu governo, desqua-

lifica a oposição, configurando-se como ameaça à face positiva do PSDB.

4.3. Atos ameaçadores de face negativa

4.3.1. Candidato Aécio

No exemplo a seguir, o entrevistador faz uma pergunta ao candidato Aécio, indagação essa que ameaça a face negativa do senador, posto que há uma certa divergência de atitudes por parte do presidenciável, segundo o entrevistador. Logo, instaura-se uma divergência de opiniões. Vejamos:

1. A sensação que dá para muitos eleitores, é que *o senhor, sim, aprova o desempenho do PT* nessa área, na área social. *Por que então esses eleitores iriam querer mudar de presidente?*

4.3.2. Candidata Dilma

1. Veja bem, Bonner. Eu *não sei*, eu *não sei* da onde que estão seus dados, mas nós estamos...

Dilma Rousseff usa, em sua resposta, um marcador de atenuação, um *hedge* (ROSA, 1992) indicador de incerteza, deixando claro que não reconhece as informações do entrevistador, mas não quer comprometê-lo diretamente dizendo que os dados apresentados por ele estão errados. Ela, então, minimiza esse provável “erro” tentando não criar uma situação constrangedora, preservando, assim, sua face em relação ao ato ameaçador.

5. Considerações finais

Neste trabalho, verificamos como as estratégias de polidez linguística bem como os atos ameaçadores de face positiva e negativa são convocados numa entrevista televisiva política. Percebemos, de modo geral, que as estratégias *on-record* de polidez positiva e as estratégias *off-record* são mais utilizadas nas entrevistas as quais utilizamos como *corpus*, quicá pelo caráter parcialmente de concordância da primeira e indiretivo da segunda, posto que há o desejo de convencer e ganhar o voto do eleitor, e, por outro lado, o embate direto com o entrevistado e com o público, que por vezes é convocado de modo indireto a participar da entre-

vista.

As estratégias estão diretamente relacionadas aos *princípios de cooperação* de Paul Grice, especialmente porque os candidatos dão informações suficientes e importantes para a manutenção da comunicação, ao mesmo tempo em que preservam suas faces e, por vezes, ameaçam a face de terceiros, mantendo, na medida do possível, suas faces (*footing*).

É pertinente, também, ao analisar as estratégias de polidez, um olhar para o contexto enunciativo de produção do texto, bem como para o gênero no qual o evento comunicativo foi produzido, a fim de, por um lado, fazer uma análise mais acurada dos discursos e, por outro, conclusões pertinentes, posto que essas variáveis favorecem o uso de determinadas estratégias, como é o caso da entrevista jornalística a políticos, gênero este sobre o qual nos detemos e investigamos como as estratégias de polidez linguística e preservação de faces funcionam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen. Recorrências e rupturas no gênero discursivo entrevista: uma análise a partir do texto acadêmico. In: *Anais dos V SIGET – Simpósio de Estudos de Gêneros Textuais*. 5, Caxias do Sul, 2009.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino Fioravante. (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1999.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Teles; GARCÉZ, Pedro de Moraes. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Les rites d'interaction*. Paris: Les editions de Minuit, 1979.

GRICE, Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Unicamp, 1982.

GUIMARÃES, Sílvia Bragatto. *A construção de face e a (im)polidez lin-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guística em entrevistas da Veja. 2010. Dissertação (de Mestrado em Estudos Linguísticos). – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos/Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Entrevista: uma conversa controlada. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 180-193.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; SOUZA, Sabrina Lima de. A teoria da polidez de Brown e Levinson aplicada ao português brasileiro: desafios e propostas. In: *Anais da I Semana Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos*. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Departamento de Letras da FFP/UERJ. São Gonçalo, 2007.

NUNES, Jordão Horta. *Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman*. São Paulo: Humanitas; Goiânia: UFG, 2005.

ROSA, Margaret. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

**MARCAS DO CONTATO LINGUÍSTICO/CULTURAL
RETRATADAS EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA MACUXI**

Alessandra de Souza Santos (UERR)
alessandradess@gmail.com

RESUMO

O escopo deste trabalho é apresentar uma análise inicial das marcas do contato linguístico e cultural, entre os indígenas da etnia macuxi e os não indígenas, presentes em dicionários de língua macuxi. Os dicionários ora analisados são: *Dicionário da Língua Makuxi*, de Raposo (2008) e *Makuxi Maimu, Língua Makuxi Guia para a Aprendizagem e Dicionário Makuxi*, de Amódio & Pira (2007). O dicionário é por excelência um instrumento capaz de armazenar informações importantes sobre determinado sistema linguístico. Com base nas relações intrínsecas existentes entre língua e cultura, em uma análise mais apurada de dicionários de língua, podemos identificar traços de interferência cultural e linguística entre povos que estiveram, ou que permanecem, em situação de contato. Desta forma buscamos, nos dicionários citados, verbetes que permitam perceber e analisar as marcas que o contato linguístico e cultural entre os macuxis e os não indígenas deixaram na língua e na cultura macuxi.

Palavras-chave: Língua. Macuxi. Contatos linguístico e cultural.

1. Introdução

O foco central deste trabalho é apresentar uma análise das marcas do contato linguístico e cultural entre os indígenas da etnia macuxi e os não indígenas, presentes no *Dicionário da Língua Makuxi*, de Celino Alexandre Raposo (2008) e no *Makuxi Maimu, Língua Makuxi Guia para a Aprendizagem e Dicionário Makuxi*, de Emanuele Amódio e Vicente Pira (2007). O contato linguístico e cultural é tido na literatura como um dos fatores que proporcionam mudanças no sistema das línguas em questão, que serão proporcionais ao tempo e forma de contato.

O *Dicionário da Língua Makuxi* foi escrito por Celino Alexandre Raposo, índio macuxi e professor da Universidade Federal de Roraima. De acordo com informações contidas na apresentação da referida obra, as entradas e verbetes são construídos em macuxi, porém, acrescentou-se a cada uma das entradas uma breve “contextualização cultural” em língua portuguesa. Essa decisão é justificada pela intenção de atingir, além dos falantes de macuxi, aqueles que desejam aprender mais sobre a língua e cultura do povo.

O dicionário *Makuxi Maimu, Língua Makuxi Guia para a Apre-*

dizagem e Dicionário Makuxi, de Emanuele Amódio e Vicente Pira (2007), é constituído de duas partes: a primeira traz informações sobre a estrutura gramatical da língua, organizadas em forma de guias para aprendizagem e a segunda apresenta um dicionário bilíngue macuxi/português/macuxi.

A ocorrência de palavras de origem indígena presentes no léxico da língua portuguesa falada no Brasil é assunto bastante discutido e analisado por linguistas, tanto das ciências do léxico quanto por pesquisadores das línguas indígenas. No entanto, poucos são os trabalhos que possuem como alvo o estudo das influências que a língua portuguesa teve, e tem, nas línguas indígenas brasileiras. Este trabalho propõe a apresentação e análise das contribuições da língua portuguesa na construção do léxico da língua indígena macuxi (caribe). Aqui será considerada como língua receptora dos empréstimos o macuxi, e como língua fonte a língua portuguesa. Inicialmente apresento um breve relato sobre a língua indígena em questão e uma rápida revisão da literatura sobre o conceito de cultura e as relações entre contato linguístico/cultural com as mudanças passíveis de ocorrer nos sistemas linguísticos que se encontram na situação de contato linguístico.

2. Contextualizado: os macuxis e o contato linguístico e cultural

A língua macuxi, de acordo com a classificação proposta por Arion Dal'Igna Rodrigues (1986), pertence à família caribe, e é falada em Roraima por indígenas da etnia de mesmo nome e por outros indígenas e não indígenas que convivem com comunidades falantes dessa língua. Esta família linguística indígena possui outros representantes no estado de Roraima como os taurepangues, os uaiuais, os ingaricós e os iecuanas.

As comunidades macuxis, em geral, são formadas por indígenas de outras etnias, que podem ser da mesma família linguística – como os taurepangues – ou de outra família – e o caso de comunidades mistas de macuxis e uapixanas, bem comuns nas áreas correspondentes aos municípios de Cantá, Bonfim e Normandia.

Os primeiros contatos entre os macuxis e os colonizadores ocorreram no início da segunda metade do século XVIII, sendo intensificados somente no século XIX. Os primeiros contatos com os colonizadores ocorreram por conta da pecuária. Os índios foram a mão de obra necessária para desenvolver a atividade pecuarista na região onde hoje está loca-

lizado o estado de Roraima. Apesar da aparente tranquilidade do contato, os macuxis – de forma semelhante às demais populações indígenas do Brasil – tiveram seu território invadido, e sua cultura e língua alteradas, às vezes de maneira inconsciente e em outras de forma mais agressiva.

Os macuxis possuem na atualidade uma população de aproximadamente 20 mil indivíduos. A maioria da população vive ao norte do Estado de Roraima, sendo o maior povo indígena do estado. Um menor contingente desta população reside na República Cooperativista da Guiana, a antiga Guiana Inglesa, mais precisamente em áreas próximas a fronteira com o Brasil.

3. *Conceito de cultura*

Como suporte teórico, utilizamos o conceito antropológico de cultura, proposto inicialmente por Tylor, no qual todo comportamento humano socialmente adquirido é considerado como parte integrante da cultura, deixando esta última de ser determinada genética e hereditariamente para ser determinada coletivamente.

Durante a Conferência Internacional de Educação realizada em Genebra (1994), cultura foi assim definida:

Cultura engloba os modos de vida, as tradições, as crenças, as artes e as letras, integrando ao seu sistema de valores os direitos fundamentais do ser humano. A cultura de um país não se restringe à cultura culta, mas compreende igualmente uma cultura popular. Não se resume à herança, mas se enriquece e se desenvolve tanto pela criatividade como pela memória.

4. *Contato linguístico e mudança linguística: empréstimos linguísticos*

O contato linguístico é comprovadamente um motivador para mudanças no sistema linguístico das línguas que, por alguma razão, estão ou estiveram em situação contato. Essas mudanças podem ocorrer em qualquer dos níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático e no lexical, e frequentemente atinge mais de um nível linguístico. O quanto uma língua poderá interferir na outra, dependerá do tempo de contato e de fatores externos como importância econômica e política de um dos povos ou nações.

A necessidade de estudar o contato linguístico encontra justifica-

tivas tanto no eixo diacrônico, pela história das línguas, quanto no eixo sincrônico, por sociedades bilíngues ou multilíngues. Ao analisar uma situação de contato linguístico, o linguista, quando possível, deverá considerar em seu trabalho, além dos sistemas das línguas em questão, o quadro que envolve a situação de contato, ou seja, qual o contexto social, econômico e histórico que influenciou ou influencia, a direção do empréstimo. Quanto maior for o prestígio de uma determinada língua/nação maior a influência que essa poderá causar no outro sistema linguístico envolvido no contato.

Para tratar de contato entre línguas, é preciso diferenciar dois níveis de ocorrência de contato linguístico:

- a) Nível ou contexto individual: quando um mesmo indivíduo fala duas línguas, aqui as transferências fonológicas, gramaticais e lexicais atingem apenas o sistema linguístico do próprio indivíduo;
- b) Nível ou contexto social: quando um grupo de falantes de uma língua X entra em contato com outro grupo de falantes da língua Y, existindo a ocorrência de interferência no sistema linguístico que atinja todos os falantes de uma determinada língua.

Normalmente os indivíduos carregam traços de sua primeira língua, L1, para a segunda língua, L2, que venha a adquirir¹⁷. Os traços fonológicos, tais como acento e ritmo, são os mais facilmente transmitidos da L1 para a L2, marcando a diferença entre falantes nativos e falantes de segunda língua. Podem ocorrer também erros na distribuição de alofones ou fonemas em particular que levem a violações no sistema fonológico da “língua-alvo”.

Como dito acima, tais transferências podem abranger também a estrutura gramatical, sintaxe e morfologia – podendo envolver inversões na ordem dos constituintes da oração, ou na generalização de regras de formação de palavras – e o sistema semântico e lexical. Segundo Frans Van Coetsem (1988), a fonologia e a gramática – incluindo aqui a sintaxe e a morfologia – são geralmente mais estáveis do que o léxico. Neste trabalho, analisaremos os itens lexicais da língua macuxi que tiveram origem provável em empréstimos da língua portuguesa.

¹⁷ São excluídos aqui os casos de “bilinguismo perfeito” onde o falante tem a aquisição simultânea de duas línguas, ou quando a L2 é adquirida ainda no período considerado ótimo para aquisição de línguas.

De acordo com Einar Haugen (1950) o empréstimo linguístico é uma tentativa de reprodução numa língua de padrões pertencentes a outra língua, esta tentativa não é uma simples imitação, mas ao contrário, consiste na tentativa de reprodução natural da palavra original. O empréstimo linguístico pode ser entendido como a transferência de traços de um sistema linguístico para outro sistema linguístico.

Na literatura sobre empréstimos e contato linguístico encontramos os termos língua receptora, para referir-se àquela que recebe a influência, ou seja, admite em seu sistema elementos que originalmente pertencem a outro sistema linguístico, e língua fonte para aquela que influencia, ou seja, "doa" elementos linguísticos para outra língua.

No caso de itens lexicais "emprestados", a palavra que passa da língua fonte para a língua receptora pode sofrer um processo de re-análise, uma adequação ao padrão silábico ou uma adaptação fonológica, na língua receptora é chamado de empréstimo. Outra possibilidade pode ocorrer: o item lexical transplantado pode sofrer um processo de adaptação semelhante ao processo de tradução, o que é chamado de decalque na literatura especializada.

Como dito anteriormente, a adoção de empréstimos linguísticos pode ser motivada pela necessidade de atribuir nomes a novos conceitos, nomes de pessoas, lugares e objetos e a introdução de produtos importados de outra cultura.

A palavra que passa pelo processo de empréstimo possui um padrão em sua língua original, o chamado modelo, que sofrerá uma re-análise na língua receptora. Assim desde o início do processo de empréstimo este modelo está sujeito a modificações, pois causa em sua importação uma inovação na língua que o recebe. Assim, na tentativa de reproduzi-lo, o falante pode substituir um traço fonológico por um padrão similar em sua língua. Este fenômeno ocorre pela comparação linguística que o falante faz entre os dois sistemas linguísticos. O tipo de substituição mais descrito na literatura é a substituição de padrões fonéticos. No entanto, em menor escala, podemos observar a existência de substituição de padrões morfológicos e sintáticos.

Einar Haugen (1950, p. 230-231), analisando os itens lexicais, menciona a seguinte classificação para os empréstimos linguísticos:

- a. *Loanword*: inclui quase todos os tipos de empréstimos, onde os falantes importam o significado e a fonologia da palavra.

- b. *Loanblend*: a palavra importada sofre processo de adaptação parcial, que inclui os chamados híbridos.
- c. *Loanshifts*: onde ocorre a adaptação completa da palavra.

Utilizando uma ótica diferente sobre os empréstimos, Agostinus Staub (1983) apresenta outra classificação para os empréstimos linguísticos: empréstimos diretos, aqueles que migram diretamente da língua fonte para a língua receptora, e empréstimos indiretos, aqueles não nativos na língua fonte, possuindo, desta forma, um estágio intermediário de migração.

Nesta análise dos empréstimos lexicais presentes no uapixana e no macuxi baseamo-nos nos conceitos de língua fonte (português) e língua receptora (macuxi), e para a classificação dos empréstimos as análises propostas por Einar Haugen (1950) e Agostinus Staub (1983).

Adotamos a visão de empréstimo presente em Uriel Weinreich (1974), onde ele afirma que o contato linguístico gera uma situação de bilinguismo e, como este bilinguismo não é perfeito, gerará uma interferência linguística. A interferência linguística que ocorre nas situações de contato linguístico pode ser considerada o primeiro passo do surgimento dos empréstimos.

5. *Análise dos dados*

A língua, como parte integrante da cultura, também pode revelar aspectos desse contato, e o dicionário, como elemento que guarda uma fração da língua, pode constituir-se em uma fonte de informações relativas à língua e à cultura de um povo. De acordo com Krieger (2007)

o dicionário de língua assume o papel de código normativo de um sistema linguístico, além de ser um componente de expressão cultural e ideológica. Isto porque o léxico, em virtude de sua natureza primeira de nomear, é, semanticamente, coextensivo à cultura que o suporta e à realidade por ele recortada.

Assim, as marcas do contato linguístico e cultural, que podem ser encontradas em diversos aspectos da vida das comunidades que estão ou estiveram em situação de contato, podem também ser encontradas no dicionário.

Os dados utilizados para esta análise foram retirados dos dicionários de língua macuxi: *Makuxi Maimu Língua Makuxi Guias para Aprendizagem* e *Dicionário da Língua Makuxi* (AMÓDIO & PIRA,

2007) e do *Dicionário da Língua Makuxi*. (RAPOSO, 2008)

Para realizar a análise proposta neste artigo foi necessário conhecer a estrutura gramatical das línguas indígenas receptoras dos empréstimos de língua portuguesa. Utilizamos: Emanuele Amódio e Vicente Pira (2007) e Ronald Beaton MacDonell (2003), o primeiro se refere às duas primeiras partes do livro *Língua Makuxi Makuxi Maimu Guias para Aprendizagem*, e o segundo é uma tese de PhD sobre empréstimos e alternâncias de código ocorridas no contato entre o macuxi e o português.

Ao analisarmos os dicionários de língua macuxi, pudemos perceber um número significativo de itens de origem portuguesa, principalmente itens relativos à cultura material que eram estranhos a estes povos. No quadro abaixo citamos alguns:

"akusa" – agulha
"su"ka" – açúcar
"areruya" – aleluia
"kamixa" – pano
"kaixa" – caixa
"kanka" ¹⁸ – canga
"kuire" – colher
"prattu" – prato
"carineru" – carneiro

Quadro 1: Empréstimos

Consideramos tais palavras como empréstimos linguísticos por referirem itens que foram inseridos na cultura macuxi pelo contato com outros povos e não que faziam parte de seu mundo, como papel, cavalo e agulha. Era necessário criar um item lexical para referir-se a estes novos objetos, e a solução linguística foi o empréstimo. Em menor escala outro fator considerado para a seleção dos dados foi a semelhança da forma dicionarizada com a língua fonte, o português.

Os empréstimos do macuxi que apresentam claramente algum tipo de adaptação fonética e/ou fonológica ao sistema linguístico macuxi: "camixa" – pano, "*cauare*" – "cavalo", "*curara*" – "curral" e "areruia" – aleluia. No macuxi, o item "*careta*" que inicialmente poderia ser usado para significar *carta* passou pelo processo de extensão semântica e hoje significa também "livro", e "papel".

¹⁸ A letra "k" neste contexto de ocorrência é pronunciada como [g]

De acordo com a proposta de Einar Haugen (1950), podemos classificar os empréstimos aqui citados em *loanword*, *loanblend* e *loanshifts*. Vejamos as tabelas abaixo:

<i>Loanword</i>	<i>Loanblend</i>	<i>loanshifts</i>
"Kaixa" - caixa "Kanka" - canga	"akusa" - agulha "su"ka" - açúcar "areruya" - aleluia "kamixa" - pano	

Tabela 1: Classificação dos empréstimos do português na língua macuxi segundo Einar Haugen (1950)

Um dado chama atenção e merece ser citado e discutido: a palavra para denominar gato em macuxi é "*pisana*". Em língua portuguesa temos a palavra "bichano" utilizada, frequentemente, como sinônimo de "gato". O que nos faz considerar este item como empréstimo não é somente a semelhança fonológica entre "bichano" e "pisana", mas o fato deste animal não ser natural da região onde habitam os macuxis, sendo o próprio animal uma inovação na cultura deste povo.

Numa segunda análise dos dados aqui expostos, e através da comparação com dados apresentados por Lessa (2003), identificamos que alguns empréstimos considerados inicialmente como empréstimos diretos do Português, seriam na realidade empréstimos oriundos da língua geral amazônica. E estes itens de língua geral amazônica teriam sido originados no contato do tupi com a língua portuguesa. São eles:

"kamixá" - "camisa"
"kaware" - "cavalo"
"kurara" - "curral"

Quadro 2 – Empréstimos originários da língua geral amazônica

Retomando a proposta de Agostinus Staub (1983) para a classificação de empréstimos linguísticos, apresentada na seção 3 deste artigo, teremos que subdividir os empréstimos de língua portuguesa em dois grupos: os empréstimos diretos e os indiretos. Vejamos a tabela abaixo:

<i>Diretos</i>	<i>Indiretos</i>
"kaixa" - caixa	"kamixá" → "camixá" → camisa
"kanka" - canga	"kaware" → "cavaru" → cavalo
"manka" - manga	"kurara" → "curára" → curral
"prattu" - prato	
"pisana" - gato	

Tabela 3: Classificação dos empréstimos do português na língua macuxi segundo Agostinus Staub (1983)

Assim os itens apresentados acima constituem empréstimos indiretos do português no léxico macuxi, pois passaram por um estágio intermediário em língua geral amazônica, e sofreram nesta língua os processos de regularização fonológica e foi esta forma que migrou para a língua macuxi. Sem considerar este percurso classificamos inicialmente estas palavras como sendo *loanblends*, como propõe Einar Haugen (1950), ou seja, como palavras da língua portuguesa que foram adaptadas aos sistemas linguísticos receptores. O percurso de tais itens então seria:

(i) *Português > Nheengatu > macuxi*

A análise preliminar dos dicionários de língua macuxi confirmou a existência de empréstimos linguísticos originários da língua portuguesa, quer de forma direta ou indireta, e revelou ainda a existência de contribuições lexicais de outras línguas indígenas, em especial de línguas da família tupi, em especial da língua geral amazônica e do espanhol e inglês, que não foram tratados neste artigo por não ser esta a proposta.

6. Considerações finais

Como resultado da análise realizada, podemos constatar que, no dicionário de língua macuxi, a presença de empréstimos linguísticos, citados na literatura como marcas da interferência cultural, e de relatos que nos dão informações sobre o quanto o contato com não-indígenas trouxe mudanças em diversos aspectos da cultura deste povo.

A existência de empréstimos linguísticos em uapixana e macuxi que possuem origem em outras línguas, no caso específico deste artigo os itens com origem na língua portuguesa, revelam o quadro histórico de intenso contato destes povos com outros povos indígenas e não-indígenas, provavelmente a partir de seu primeiro contato com o colonizador no século XVIII. É reveladora a existência de empréstimos em áreas distintas tendo o português como língua fonte: itens de cultura material, termos de parentesco e preposição, o que prova linguisticamente a situação de contato, bilinguismo e interferência como origem dos empréstimos, de acordo com Uriel Weinreich (1974).

Em razão da complexa interface que o léxico possui, uma interface tanto linguística, interagindo com os demais níveis de análise linguística, quanto extralinguística, nos mostrando dados a respeito da história, da cultura e da forma de pensar dos povos. Estudos mais aprofundados sobre a constituição do léxico das diversas línguas, aqui em especial do

macuxi, poderiam então revelar bastante da história, da situação linguística e das formas de pensar dos povos indígenas.

Aqui apresentamos uma análise de algumas contribuições lexicais da língua portuguesa para a língua macuxi, muitos dados não foram utilizados neste artigo por julgarmos necessário confirmar com falantes nativos de macuxi as impressões linguísticas que tais itens revelam.

Muitas perguntas ainda precisam ser formuladas e respondidas, mas de certo estudos mais detalhados sobre o léxico das línguas aqui analisadas trarão muitas contribuições para a história destas etnias, da língua portuguesa e da construção do estado de Roraima. Poderemos também contribuir para a teoria linguística e para a linguística indígena sul-americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKHENVALD, Alexandra Yurievna. The Arawak language family. In: DIXON, Robert Malcolm Ward.; AIKHENVALD, Alexandra Yurievna. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: CUP, 1999.

AMÓDIO, Emanuele; PIRA, Vicente. *Língua makuxi makuxi maimu guias para aprendizagem e dicionário da língua makuxi*. 3. ed. Manaus: Valer, 2007.

BAINES, Stephen Grant. *Os índios makuxi e wapichana e suas relações com estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana*. Brasília: Série Antropologia 338, 2003.

CENTRO de Informação Diocesana (CIDR). *Índios de Roraima: makuxi, taurepang, ingarikó, wapixana*. Boa Vista: Coronário, 1989.

COETSEM, Frans Van. *Loan phonology and the two transfer types in language contact*. Holland: Foris Publication, 1988.

CUNHA, Carla Maria. *Um estudo da fonologia da língua Makuxi (Karib): inter-relações das teorias fonológicas*. Campinas: [s.n.e.], 2004

HAUGEN, Einar. The analysis of linguistic borrowing. *Language*, vol. 26, n. 2, p. 210-231, 1950.

LESSA, Antônio Luis Salim. *Análise dos empréstimos do português de um dicionário tupi de 1771*. 2003. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da UFPA

para obtenção do título de Licenciado em Letras, UFPA, Belém.

MACDONELL, Ronald Beaton. *Le renard et le singe: les emprunts et les alternances de code entre le Makuxi, langue caribe, et le portugais du Brésil*. 2003. Thèse présentée à la Faculté des études supérieures de l'Université Laval pour l'obtention du grade de Philosophiae Doctor (Ph.D.). – Département De Langues, Linguistique et Traduction Faculté des Lettres Université Laval, QUÉBEC.

PAYNE, David Lawrence. A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. *Handbook of Amazonian languages*. Berlin: Mouton; New York: De Gruyter, n. 3, p. 355-499, 1991.

RAPOSO, Celino Alexandre. (Org.). *Dicionário da língua makuxi*. Boa Vista: UFRR, 2008

RODRIGUES, Arion Dal'Igna. *Línguas brasileiras – para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, Alessandra de Souza. Léxico da língua wapichana: Um olhar sobre os empréstimos da língua portuguesa. In: *Abralin em Cena Roraima*. Boa Vista, 2008.

STAUB, Agostinus. *O empréstimo linguístico: um estudo de caso*. Brasília: Acadêmica, 1983.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact: findings and problems*. The Hague: Mouton, 1974.

**O PRONOME CONOSCO NO SUL DO BRASIL:
UM ESTUDO GEOLINGUÍSTICO¹⁹**

Antonio José de Pinho (UFSC)
ajdepinho@gmail.com

RESUMO

No presente artigo analisa-se a variação entre *conosco*, *com a gente* e *com nós* com base no *corpus* do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS). Trata-se de um estudo geolinguístico sobre como se dá a variação do pronome oblíquo tônico tanto na dimensão diatópica (pelo espaço geográfico) quanto na dimensão diastrática (pelos estrados sociais). Estuda-se a variação diatópica em todos os três estados do sul, e centra-se foco da análise de dados diastráticos apenas no contexto urbano de Santa Catarina. Nesse aspecto de variação linguística, nos ALERS há dados de contexto urbano de seis cidades catarinenses – Joinville, Blumenau, Florianópolis, Lages, Criciúma e Chapecó. Estuda-se de que modo o elemento étnico da colonização predominante em cada uma destas cidades pode ser correlacionado à variação pronominal do *conosco*.

Palavras-chave: Geolinguística. Variação pronominal. ALERS.

1. Introdução

No artigo que publicamos no n° 64 da *Revista Philologus*, intitulado "Forças estruturais da mudança linguística", analisamos a evolução histórica dos pronomes oblíquos tônicos da língua portuguesa (por exemplo: *nobiscum* → *noscum* → *nosco* → *conosco*). O que aconteceu diacronicamente com este paradigma pronominal é um bom exemplo sobre como não apenas forças sociais promovem a mudança, mas que há também forças estruturais – oriundas da própria gramática – que a impulsionam. "Forças estruturais da mudança" são entendidas como quando a mudança num elemento da gramática gera outra mudança noutra elemento estrutural da língua. Mudanças fonológicas podem gerar mudanças morfológicas, e estas geram mudanças sintáticas. Um caso conhecido é a perda de certas consoantes latinas em final de palavras, fato que gerou uma simplificação na morfologia de caso. Esse é apenas um exemplo de quando mudanças no sistema gramatical se tornam força propulsora de novas mudanças. A mudança inicial é o gatilho, a força, que impulsiona a mudança seguinte. Essa, por sua vez, num segundo momento, pode se

¹⁹ Este artigo é uma adaptação da segunda parte de Pinho (2009).

tornar um novo gatilho a gerar novas modificações gramaticais, numa cadeia complexa de causa e efeito que se estende pela diacronia do sistema.

No artigo anterior (PINHO, 2016), defendemos que a mudança na ordem sintática básica do latim SOV (sujeito-verbo-objeto) para a ordem românica SVO fez com que o português deixasse de ter posposição da partícula *cum* nos contextos em que esta rege pronomes pessoais – *me-cum*, *tecum*, *nobiscum*, *vobiscum*. O fenômeno não é exclusivo do português, pois ocorreu também no espanhol, francês e italiano, dentre outras línguas românicas. De acordo com universais linguísticos (SLOBIN, 1980, p. 95), a ordem SOV permite posposição das partículas, ao passo que a ordem SVO privilegia a preposição. Sendo assim, a mudança SOV → SVO, ocorrida na passagem do latim às línguas românicas, configura-se como uma força estrutural a gerar uma completa reorganização no paradigma dos pronomes oblíquos tônicos. A partícula *cum* deixou de ser posposta aos pronomes para ocorrer como preposição, ou seja, houve uma inversão na ordem dos constituintes desse sintagma:

pronome + *cum* → *cum* + pronome

mecum → *comigo*

A partícula *cum* posposta aglutina-se ao pronome e perde sua função original. A sílaba *-go* que ocorre ao final de *comigo* é o resultado de uma evolução fonética regular da posposição latina *cum*. Posteriormente, com a entrada de novos pronomes pessoais por meio de processos de gramaticalização – *você*, *vocês*, *a gente* – os oblíquos tônicos entram novamente numa fase de reestruturação, tornando-se mais regulares: *conosco* → *com a gente*, *contigo* → *com você*, *convosco* → *com vocês*. Isso nada mais é do que parte de um processo mais amplo de perda dos resquícios de caso no sistema pronominal português.

Feita a análise história do fenômeno e levantada a causa estrutural da mudança (PINHO, 2016), falta analisar como se dá o processo de variação/mudança nos oblíquos tônicos no português atual. Há três variantes possíveis para o oblíquo tônico da primeira pessoa do plural. Ao lado da forma canônica *conosco*, cuja origem remonta ao *noscum* do latim vulgar, temos as variantes *com nós* e *com a gente* no português do Brasil.

O *Atlas Linguístico-Etnográfico do Sul do Brasil* (ALERS) fez um levantamento dessa variação nos três estados da região sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo deste artigo é

justamente apresentar uma análise dos dados levantados pelo ALERS sobre a variação diatópica e diastrática do pronome *conosco*.

2. Variação em zonas rurais do sul do Brasil

No paradigma dos pronomes oblíquos tônicos não ocorre algo muito diferente do que aconteceu (e continua acontecendo) com outros paradigmas, tais como as flexões verbais ou os pronomes, ou seja, há uma tendência generalizada à regularização das formas. É o que têm mostrado os estudos históricos feitos sobre o português e outras línguas neolatinas. A entrada de novos pronomes – *ocê, vocês e a gente* – na posição de sujeito simplificou (regularizou) profundamente o sistema flexional dos verbos e levou, em muitos contextos, à perda dos resquícios de caso nos oblíquos.

O *corpus* do ALERS pode, em relação ao uso do pronome *conosco*, lançar uma luz sobre a variação diatópica no sul do Brasil. E não apenas isso, os dados disponíveis nesse atlas linguístico podem revelar uma tendência de mudança no português brasileiro.

O ALERS busca registrar as variedades dialetais dos estados meridionais do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ressaltamos que o inquérito do ALERS foi aplicado focando mais as regiões rurais que as urbanas; por isso há mais pontos pesquisados no contexto rural do que no urbano. Acrescenta-se que em cada ponto foi entrevistado um informante. Destaque-se que o *corpus* do ALERS foi formado no início dos anos 90 do século XX.

Abaixo está a tabela 1, na qual são mostrados somente os dados empíricos registrados pelo ALERS *em meio rural*. Nessas regiões rurais foram pesquisadas 100 localidades do Paraná, sendo 80 de Santa Catarina e, finalmente, 95 do Rio Grande do Sul.

As três variantes – *com nós, com a gente e conosco* – foram registradas no sul do Brasil. A variante mais difundida geograficamente pelo sul, em meio rural, é *com nós*, perfazendo um total de 72,36% de uso da variante nesses três estados. E esta variante do *conosco*, ao que tudo indica, não pode ser classificada como estando intimamente vinculada a este ou àquele dialeto, pois seu uso é muito difundido em todo o espaço geográfico em questão.

	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
conosco	10/100 = 10 %	12/80 = 15 %	22/95 = 23,16 %	16%
com nós	70/100 = 70%	63/80 = 78,75%	66/95 = 69,5 %	72,36%
com a gente	1/100 = 1%	0/80 = 0 %	2/95 = 2,1%	1,1%
Dados não obtidos	11/100 = 11%	15/80 = 18,75%	5/95 = 5,26%	11,27%

Tabela 1 – Porcentagens na variação entre as formas *conosco*, *com nós* e *com a gente* nos três estados do sul do Brasil em regiões rurais.

Destaquemos, aqui, que o ALERS registra que, em vários pontos (dezesete no total) os informantes utilizaram a forma padrão *conosco*, mas também a não padrão *com nós*. Esse fenômeno mostra que muitos dominam as duas variedades, ou seja, *conosco* e *com nós* estão em sua gramática interna, portanto, na sua competência. Porém, o uso (a performance do falante) de uma ou de outra variedade vai depender de fatores externos, como o grau de formalidade em que a pessoa estiver, ou a sua posição hierárquica em relação ao interlocutor – se é superior ou inferior a este. Supomos, obviamente, que a variante padrão *conosco* seja utilizada em momentos de elevadíssimo grau de formalidade e monitoramento, em contexto rural no sul. Contudo, deixemos claro que tal afirmação não passa, no fundo, de uma *suposição, porque a natureza dos dados do ALERS não nos permite sustentá-la com absoluta certeza*. Apenas a pequena taxa percentual de ocorrência de *conosco* revela que essa forma possui um uso muito restrito, e esse uso deve se dar em situações conversacionais bem determinadas, como o maior ou menor distanciamento entre os interlocutores, a posição social destes etc.

Pode se tratar, nesse caso, muito mais de uma verdadeira variação diafásica do que diatópica, ou seja, na variação o fator geográfico tem menor importância do que o fator diafásico – situacional.

Contudo, segundo as porcentagens da tabela acima, há *indícios* de uma pequena correlação entre a variação no uso do *conosco* e o espaço geográfico. Vemos claramente que, quanto mais ao sul, maior é a ocorrência de *conosco*. Dessa forma, o Paraná apresenta a menor taxa no uso dessa variante, apenas 10%, ou melhor, ocorreu em dez pontos, num total de cem. No outro extremo, temos o Rio Grande do Sul com a mais elevada porcentagem de ocorrência dessa variante, ou seja, houve pouco mais de 23% de uso de *conosco*, configurando um total de vinte e dois pontos. Já Santa Catarina ficou numa posição intermediária entre os ou-

tros dois estados, havendo o registro de doze ocorrências da forma *conosco*, totalizando uma média de 15%. Assim como o estudo de Pinho et Margotti (2009), este trabalho acaba confirmando “as afirmações de Altenhofen (2002) que entendeu o território catarinense como uma região de transição entre padrões dialetais tipicamente gaúchos, de um lado, e paranaenses, de outro”. (PINHO & MARGOTTI, 2009, p. 61)

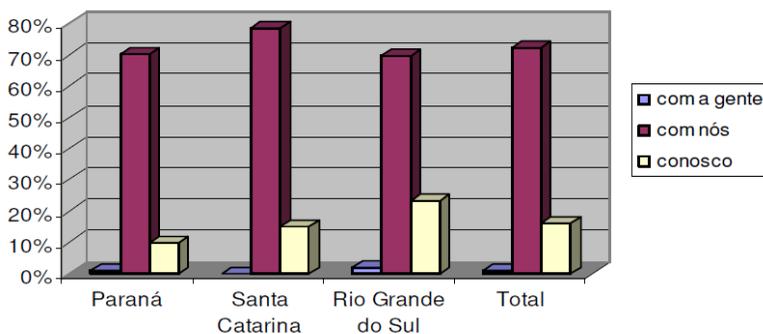


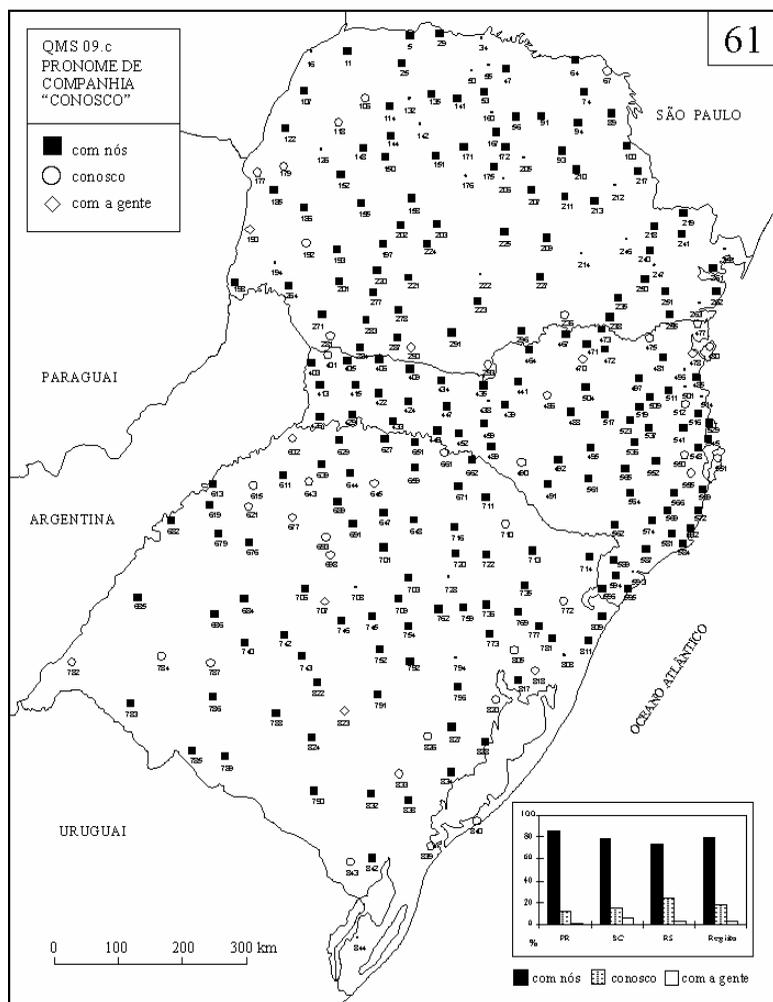
Gráfico 1 - Variação entre *com nós*, *com a gente* e *conosco* no sul do Brasil em regiões rurais

Em suma, percebemos que, na esfera diatópica da língua portuguesa em suas variedades faladas no sul do Brasil, uso da forma *com a gente* é muito restrito em meio rural: há somente três registros, num total de 275 localidades pesquisadas, resultando numa média de apenas 1,1%. Já a forma *com nós* possui uma difusão muito maior pelo espaço geográfico do que as outras variantes.

Vimos que o fator espaço geográfico pouco influenciou na variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente*. Por isso é muito provável que a variante mais difundida no sul do Brasil também esteja muito presente em outras variedades dialetais de diferentes regiões do território nacional. Mas somente a finalização do projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) e futuros trabalhos interpretativos poderão indicar com muito maior precisão para onde se direciona o português do Brasil, ou seja, se para a manutenção do conflito entre as três formas, ou para uma mudança linguística em que a forma clássica *conosco* caia em desuso, tornando-se um arcaísmo devido ao seu baixíssimo uso. Nessa última hipótese, ainda as formas *com nós* e *com a gente* estariam em disputa. Mas qual delas prevalecerá no português do Brasil? Eis uma pergunta que, por ora, não possui resposta.

Contudo, de qualquer maneira, compreendendo que o português está evoluindo no sentido da eliminação dos resquícios de caso em seus paradigmas pronominais (MONTEIRO, 1994), não é precipitada a afirmação de que o pronome *conosco* tende, mais cedo ou mais tarde, a se tornar uma forma arcaica do português brasileiro.

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



Mapa 1 - A variação do pronome *conosco* em regiões rurais do sul do Brasil

3. Variação nas áreas urbanas de Santa Catarina

Após a análise da variação no uso do pronome *conosco* em regiões rurais do sul do Brasil, aprofundaremos o estudo centrando foco em regiões urbanas de Santa Catarina, o que permitirá fazer uma comparação entre o urbano e o rural.

Lembremos que não será feita a análise dos dados de fala urbana do Paraná e do Rio Grande do Sul, pelo fato de eles ainda não estarem disponíveis para estudo, ou seja, as gravações que foram feitas nestes estados ainda não estão transcritas. O que, evidentemente, acaba impossibilitando que o estudo da variação no uso do *conosco*, em meio urbano, se estenda aos estados vizinhos de Santa Catarina.

Mesmo com esse problema, a análise dos dados linguísticos disponíveis de área urbana pode muito bem revelar-nos fatos importantes, como também mostrar-nos indícios de como o mesmo fenômeno deve ocorrer no restante do sul. Porque, de acordo com o que vimos, Santa Catarina caracteriza-se como uma região de transição dialetal entre os falares tipicamente gaúchos, de um lado, e falares tipicamente paranaenses, de outro. De tal forma, o estado da variação pronominal em Santa Catarina pode representar “valores médios” da variação em relação aos outros estados do sul. Indícios disso puderam ser observados na análise que foi efetuada das áreas rurais, na qual Santa Catarina ficou no meio dos extremos, na variação dos usos de *conosco*, com 15% de ocorrência desta variante. Enquanto no Paraná registrou-se 10%, e, no outro extremo, no Rio Grande do Sul obteve-se mais de 23% no uso da variante *conosco*.

3.1. A descrição do corpus urbano

Como é próprio da geolinguística tradicional, o ALERS prioriza claramente o registro das variedades dialetais do português brasileiro falado em regiões rurais. Tal análise volta-se fundamentalmente à variação da língua em sua dimensão horizontal, ou seja, importa muito mais o conhecimento das variedades dialetais pelo espaço geográfico, do que a variação nos usos da língua entre os diferentes extratos sociais – entre diferentes faixas etárias, entre os sexos, entre pessoas com níveis diferentes de escolaridade etc. O ALiB, por exemplo, avança metodologicamente neste sentido ao incluir as dimensões diastrática e diafásica no estudo da variação dialetal.

Essa preferência metodológica pelas regiões rurais fica evidente

no número de pontos pesquisados em tais áreas. Foram 275 pontos de sondagem em áreas rurais contra somente 19 pontos em áreas urbanas, no sul do Brasil. Destes, destaquemos que 6 localizam-se em Santa Catarina – os quais serão aqui analisados. Há ainda 6 pontos de sondagem no Paraná, e, por fim, outros 7 no Rio Grande do Sul.

As cidades catarinenses pesquisadas pelo ALERS foram:

- 1) *Florianópolis* e *Lages*, de colonização predominantemente lusa;
- 2) *Blumenau* e *Joinville*, de colonização alemã;
- 3) *Criciúma* e *Chapecó*, de colonização italiana em sua maioria.

Diferentemente do modo como ocorreu a coleta de dados em regiões rurais, nas quais se entrevistou, por ponto, um informante que fosse um típico representante do falar de sua localidade, em regiões urbanas foram entrevistadas três pessoas por localidade, podendo, assim, ser analisada a variação linguística entre três extratos sociais distintos. Destes 3 informantes, o primeiro é não escolarizado, preferencialmente, ou tem pelo menos a 4ª série do primário; o segundo informante tem entre a 5ª e 8ª séries do 1º grau; e o último informante, por sua vez, tem o 2º grau.

Em áreas urbanas do sul do Brasil, o ALERS controla, portanto, a variável social “nível de escolaridade”. Desta forma, não se tem o controle de outras variáveis sociais importantes como faixa etária, por exemplo. Porém, outro projeto de natureza sociolinguística, o VARSUL, surgido na mesma época que o ALERS, aprofunda-se na questão do estudo vertical da variação linguística, no sul, em regiões urbanas, complementando, desta forma, o que os estudos geolinguísticos têm feito para a compreensão do português falado nos três estados meridionais do Brasil.

3.2. Análise da variação

Coincidentemente, a alternância no uso de *conosco*, *com nós* e *com a gente* manteve as mesmas proporções que encontramos em áreas rurais. Isto significa afirmar que, estatisticamente, a variante *com nós* continua predominando na fala urbana de Santa Catarina, assim como também predomina em regiões rurais. No ALERS registraram-se 10 ocorrências desta variante em 5 das 6 cidades catarinenses, o que significa dizer-se que a variante *com nós* não foi registrada somente em Joinville. Assim, essas 10 ocorrências dessa variante totalizam mais de 55%, o

que quer dizer que *com nós* continua predominando na fala urbana em mais da metade dos registros.

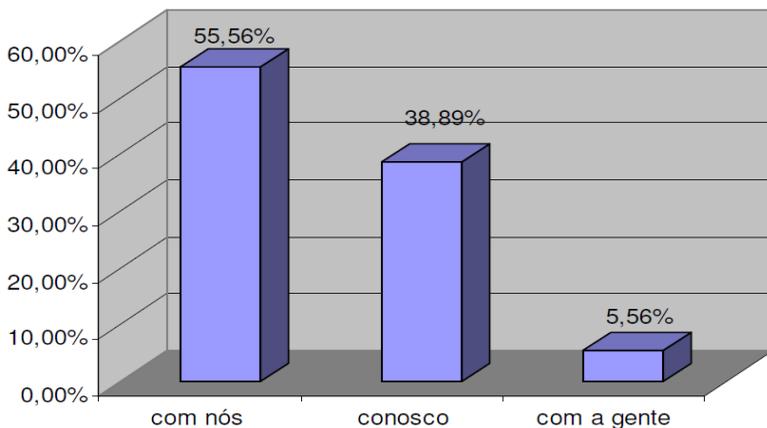


Gráfico 2 - Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* em regiões urbanas de Santa Catarina

A variante *com a gente*, respectivamente, continuou com baixíssimo índice de ocorrências. Se ela ocorreu em só 3 localidades, de um total de 275, no sul do Brasil, em regiões urbanas de Santa Catarina não foi diferente. De um total de 18 informantes pesquisados, um apenas a utilizou, o que resulta somente em pouco mais de 5% do total.

Ressaltemos, aqui, pois, que *com a gente* ocorreu em região urbana só em Joinville. A mesma cidade onde não houve o registro da variante *com nós*.

Por último, considerando agora a variante canônica prescrita pela tradição gramatical, *conosco*, em áreas urbanas ela ocupa ainda uma posição intermediária entre as variantes mais e menos frequentes. Temos quase 39% de ocorrências de *conosco*, o que significa 7 registros.

Fatos importantes surgem no momento em que comparamos a variação no uso de *conosco* entre as regiões rurais e urbanas.

Na geografia linguística já se pôde constatar a tendência que as zonas urbanas apresentam, de certo modo, a “repelir” traços dialetais considerados não pertencentes à fala considerada culta. O que significa dizer que a fala das populações urbanas tende a estar mais próxima do

padrão adotado como culto em determinado momento histórico da língua. Dizendo de outro modo, a norma socialmente avaliada como culta é formada no contexto urbano a partir do qual ela se irradia para o interior.

Claro que nunca há uma coincidência perfeita entre a língua ideal (prescrita pelas escolas e nas gramáticas normativas) e a realidade oral dos falantes nativos. Porém, o abismo que há entre estas duas línguas – a ideal que é prescrita e a real que é falada – torna-se um pouco menor nos contextos urbanos.

Vejamos, por exemplo, o caso da monotongação do ditongo latino *ae* – *caelum*, *poetae*, *aecllesia*, *aeternitas* etc. – que, desde cedo, havia se transformado na vogal média-baixa [], um fenômeno de mudança fonológica do latim que acabou tendo consequências na morfologia flexional dos nomes. O genitivo singular dos nomes de primeira declinação passou de *poetae* para *poetê*. O próprio Varrão, famoso gramático da língua latina, comentou, em meados do século I a.C., que esta mudança no sistema fonológico do latim havia ocorrido primeiro nas regiões rurais do *Latio*: “in Latio rure *edus* qui in urbe, ut in multis a addito, *aedus*”.²⁰ (VARRÃO, *apud* COUTINHO, 1974, p. 108)

Ao que tudo indica, o *sermo urbanus* – a modalidade dialetal que ditava o padrão culto do latim – repeliu, no início, tal pronúncia durante o período áureo da língua e da literatura latina. Contudo, Coutinho comenta que “um século depois essa pronúncia penetrou em Roma e se espalhou pelas províncias”. (COUTINHO, 1974, p. 108)

Vemos, de tal forma, que o latim urbano, no princípio, esteve mais próximo da modalidade culta e ideal da língua, como a encontramos registrada nos grandes escritores clássicos – Virgílio, Cícero e Ovídio, por exemplo. Somente depois é que a nova pronúncia – a princípio inculta ou própria de grupos de menor *status* na sociedade – penetra, com o passar do tempo, na fala urbana. Mas, a partir do momento em que o meio urbano a adota como padrão, ela passa a se expandir para as outras regiões do império, chegando à Península Hispânica no século I de nossa era, segundo atestam as inscrições do período encontradas pelos arqueólogos. (COUTINHO, 1974, p. 108)

Isso ocorre porque os centros urbanos constantemente se configu-

²⁰ Tradução: “em regiões rurais do Lácio é *edus* o que na cidade, como em muitas outras regiões, por acréscimo, é *aedus*”.

ram como centros nos quais se define a variedade da língua que os grupos sociais detentores do poder adotam por padrão culto. São nos grandes centros urbanos que estão as elites políticas, econômicas e intelectuais.

Matoso Câmara Jr. (1979) defende que a norma linguística do latim foi estabelecida em Roma, donde irradiavam às outras regiões as mudanças sociais primeiro estabelecidas na capital. Podemos supor que as atuais mudanças linguísticas seguem essa mesma lógica: as mudanças socialmente aceitáveis irradiam do centro político para o interior.

Roma era a cabeça política, social e cultural do Império, o grande centro irradiador das inovações linguísticas, que trabalhavam em medida crescente o seu latim vulgar. Ora, essas inovações atingiram em grau diferente as diversas províncias, conforme a distância e a posição de cada uma dentro ou à margem das grandes correntes de comunicação do Império. (CAMARA JR, 1979, p. 23)

Uma situação análoga vemos hoje quando constatamos que as populações de regiões urbanas de Santa Catarina tendem a se expressar em uma modalidade dialetal, em certos aspectos, mais próxima daquilo que se entende como padrão, do que as populações rurais.

Brandão (1991, p. 23) também confirma essa constatação quando afirma, ao tratar da questão da variação dialetal das línguas, que existe uma “força niveladora das normas que se irradiam dos grandes centros”. Compartilhando da mesma opinião, para Alkmin (2006, p. 40)

Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade linguística falada pela nobreza, pela burguesia, pela habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante.

Ou seja, encontramos mais “riqueza dialetal” no interior do que nas grandes cidades, principalmente no campo de variação lexical e morfosintática. É justamente por isso que o questionário do ALERS inclui mais de 600 questões que procuram levantar o léxico específico de cada região rural nos diversos campos temáticos – fauna, atividades agropastoris, partes do corpo humano, crenças e religião, dentre outros.

O estudo de Pinho & Margotti (2009), no qual se analisam alguns aspectos de variação lexical no sul do Brasil, utilizando-se do *corpus* do ALERS, constatou que as regiões urbanas tendem a possuir um léxico com menos variantes para uma mesma palavra; ou seja, há nas grandes cidades uma menor presença de regionalismos. Neste estudo se pode

constatar um expressivo maior número de regionalismos para a palavra *demônio* em meio rural do que em contextos urbanos em Santa Catarina.

	Região Rural	Região Urbana
com nós	63/80 = 78,75%	10/18 = 55,56%
conosco	12/80 = 15 %	7/18 = 38,89%
com a gente	0/80 = 0 %	1/18 = 5,56%

Tabela 2 – Comparação da variação no uso do pronome *conosco* entre regiões rurais e urbanas de Santa Catarina

No caso específico dos usos do pronome *conosco*, esta forma, que é a padrão, é muito mais registrada na fala urbana do que na rural, em Santa Catarina. Há, pois, um aumento significativo de mais de 23% no uso de *conosco* em contexto urbano, em comparação ao contexto rural. Da mesma forma, a variante *com nós*, que não é padrão – por estar excluída dos registros formais da língua –, sofre um decréscimo percentual significativo na fala urbana.

Portanto, neste ponto do presente estudo, podemos concluir que o confronto dos dados urbanos com os dados rurais de Santa Catarina evidencia um significativo aumento das variantes pronominais da norma culta nas cidades mais populosas. Por outro lado, as regiões rurais apresentam maior índice no uso da variante que não padrão, *com nós*.

3.3. A variação entre os grupos étnicos em contexto urbano de Santa Catarina

Se o fator escolaridade não se revelou como algo muito significativo, o mesmo não podemos dizer quando se leva em conta a etnia predominante que colonizou a cidade.

Como foi dito anteriormente, no ALERS temos seis pontos de sondagem em regiões urbanas de Santa Catarina. Mas essas cidades podem ser reunidas em três grupos de acordo com a etnia majoritária. São, pois, cidades de maioria alemã, italiana e lusa. Falamos aqui em *maioria*, porque, é claro, nenhuma dessas cidades foi formada exclusivamente por descendentes de alemães, italianos ou portugueses.

Para um maior detalhamento da composição étnicas destas seis cidades e, também, para uma melhor compreensão dos dados urbanos,

apresentamos abaixo uma tabela com dados percentuais do IBGE de 1991, disponíveis nos volumes ainda inéditos do ALERS.

Chapecó	Italianos: 70%; Lusos: 27%; Outros: 3%
Lages	Lusos: 70%; Alemães, italianos e poloneses: 30%
Joinville	Alemães: 60%; Lusos: 30%; Outros: 10%
Blumenau	Alemães: 80%; Lusos: 20%
Florianópolis	Lusos: 70%; Outros: 30%
Criciúma	Italianos: 60%; Lusos: 30% Outros: 10%

Tabela 3 – Composição étnica dos pontos urbanos pesquisados em Santa Catarina

Tendo, portanto, em mente a constituição étnica dos pontos urbanos de sondagem do ALERS, em Santa Catarina, podemos agora relacioná-los com o fenômeno de variação dos pronomes oblíquos tônicos.

Na tabela abaixo agrupamos os dados de variação no uso do pronome de acordo com a maioria étnica da respectiva cidade.

	conosco	com nós	com a gente
Alemães: Blumenau, Joinville	4	1	1
Italianos: Chapecó, Criciúma	2	4	0
Lusos: Florianópolis, Lages	1	5	0

Tabela 4 - Relação entre a variante e o grupo étnico predominante da cidade, em número total de ocorrências

Ao se efetuar tal confronto – entre as variantes e as etnias -, vemos que a variante *conosco* está muito vinculada às duas cidades de maioria alemã, nas quais há apenas uma ocorrência das outras duas variantes. É interessante ainda notar que em Joinville a variante *com nós* nem ocorre. Já em Blumenau esta é registrada, porém, o que nos chama atenção, é que aqui podemos fazer uma pequena correlação com o nível de escolaridade, pois *com nós* foi a variante pronunciada pelo informante menos escolarizado. Assim, a única vez que a variante não padrão ocorre em contexto de colonização germânica foi associada ao informante com menos anos de ensino formal.

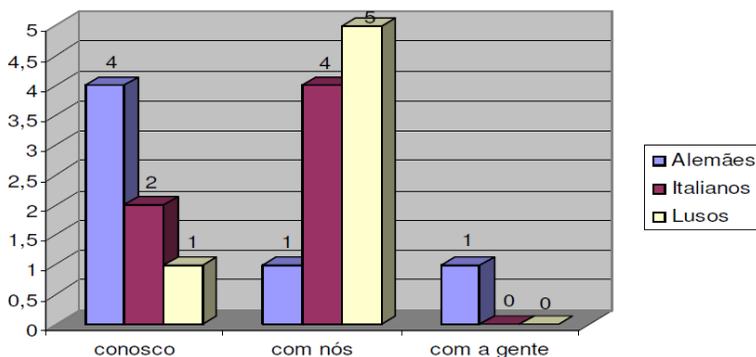


Gráfico 3 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* com relação à etnia no contexto catarinense

Por outro lado, a variante *com nós* está muito mais presente nos dialetos falados por descendentes de portugueses e italianos, ou seja, esta forma do pronome é muito mais produtiva nas cidades de Chapecó, Criciúma (italianos), Lages e Florianópolis (portugueses).

No caso dos descendentes de italianos, será que não teríamos aqui uma interferência da língua de origem dos colonizadores? Pois os pronomes *com nós* e *con noi* são estruturalmente bem semelhantes. Como, por ora, não temos base empírica para confirmar, ou não, esta possibilidade, deixaremos a questão em aberto. Mas, com certeza, este seria um bom tema a ser pesquisado em futuros trabalhos. Constatou-se a influência italiana na neutralização fonológica entre *carro* e *caro*, *forro* e *foro*, por exemplo, em certas localidades do oeste de Santa Catarina (BORTOLANZA SPESSATTO, 2003). Se o italiano influencia na variação fonológica, podemos conjecturar que o mesmo pode muito bem ocorrer em outros aspectos da língua.

Interessante seria, no futuro, tendo o projeto ALiB colocado à disposição dos pesquisadores os dados do sul do Brasil, ampliar esta relação entre variação e etnia com mais dados empíricos, verificando (ou não) a validade dessa relação em outras regiões, até fora do Sul, que tenham colonos alemães, italianos, polacos, portugueses etc.

No mapa abaixo podemos ver a distribuição diatópica e diastrática das variantes de *conosco* no contexto urbano de Santa Catarina.



Mapa 2: Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* em região urbana de Santa Catarina

4. Conclusões

Para sintetizar a análise de cunho dialetal da variação nos usos do pronome *conosco*, vimos que há indícios do fator geográfico influenciando esse fenômeno de variação. Quanto mais ao sul, mais frequente é a ocorrência da variante *conosco*. Mas, de forma geral, a variante *com nós* é incontestavelmente a mais presente nas variedades do português falado no sul do Brasil, em contexto rural.

Já nos contextos urbanos do estado de Santa Catarina, crescem significativamente as porcentagens da variante *conosco* em cidades de maioria étnica alemã. E, por sua vez, a variante *com nós* está mais associada às cidades cujos colonizadores são de maioria portuguesa e italiana. Mas, no total das ocorrências do pronome, a variante *com nós* é ainda a mais registrada em áreas urbanas.

É relevante destacar que a variante fixada como padrão pelas gramáticas normativas, *conosco*, se faz mais presente no português falado nas grandes cidades do que em meio rural, pelo menos no contexto catarinense.

Com a publicação do ALiB, será interessante comparar os dados deste atlas aos do ALERS, o que possibilitará ver a evolução da variação, visto que entre os dois atlas há uma distância de mais de duas décadas. Será possível visualizar uma pequena diacronia do *conosco* e suas variantes. Será que haverá mudanças significativas? Possivelmente deverá haver um aumento significativo na presença da variante *com a gente* em virtude da expansão do pronome *a gente* na posição de sujeito, entre as novas gerações, como apontam vários estudos, dentre os quais se destacam Lopes (1998, 1999, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Áreas linguísticas do português no sul do Brasil: um balanço das fotografias linguísticas do ALERS. In: VANDRESEN, Paulino. (Org.). *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: Educat, 2002.

_____; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter. (Orgs.). *Atlas linguístico-etnográfico da região sul do Brasil (ALERS)*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Curitiba: UFPR, 2002.

BORTOLANZA SPESSATTO, Mary. *Linguagem e colonização*. Chape-có: Argos, 2003.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Nós e a gente no português falado cul-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to do Brasil. *DELTA*, vol. 14, n. 2, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 10-09-2009.

_____. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. 1999. Tese (de Doutorado em Língua Portuguesa). – UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.

_____. A gramaticalização de a gente em português em tempo real e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. *Fórum Linguístico*, vol. 4, n. 1, p. 47-80, 2007.

MONTEIRO, José lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: UFC, 1994.

PINHO, Antonio José de. *Um estudo diacrônico do pronome conosco*. 2009. Trabalho de conclusão de curso. – UFSC, Florianópolis.

_____. Forças estruturais da mudança linguística: a diacronia dos pronomes oblíquos tônicos. *Revista Philologus*, n. 64, p. 72-88, 2016.

_____; MARGOTTI, Felício Wessling. Aspectos de variação lexical no sul do Brasil. *Interdisciplinar: Revista de Estudos de Língua e Literatura*, vol. 9, p. 51-66, 2009.

SLOBIN, Dan Isaac. *Psicolinguística*. São Paulo: Edusp, 1980.

O USO DA LINGUAGEM LÚDICA ATRAVÉS DO IPAD NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE AUTISTAS

Márcio de Moraes Saraiva (UENF)

moraes.ms@ig.com.br

Luciana Rocha dos Santos (UENF)

lurochas@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo explora o universo autista dentro de uma perspectiva educadora. Seus objetivos são demonstrar como o *iPad* pode ser utilizado para alavancar o processo de alfabetização e desenvolver as capacidades cognitivas de crianças portadoras do transtorno do espectro autista, e, para isso, referencia a importância do lúdico no processo educacional de autistas e crianças típicas. O trabalho tem natureza qualitativa e busca mostrar, baseado na literatura, a importância do uso dos aplicativos “Escrever” e o “1der Math” como ferramentas de construção de sentido para os conteúdos primordiais nos primeiros anos de educação básica, alavancando o processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Autismo. Alfabetização. Jogos

1. Introdução

Uma das características mais marcantes nas crianças portadoras do transtorno do espectro autista (TEA) é a sua dificuldade de relacionamento. Essa deficiência se constitui num fator complicador para a sua alfabetização, visto ser este um processo dinâmico e construído junto a um facilitador.

De acordo com Limberger & Pellanda (2014), o autismo é uma síndrome da família dos transtornos de neurodesenvolvimento, em que processos fundamentais de socialização, comunicação e aprendizagem, são rompidos, e possui um início entre 0 a 3 anos de idade.

O comportamento das crianças com transtorno do espectro autista é diversificado, segundo Nunes (2014), podendo variar em aspectos como: dificuldades ou recusa de regras e normas estabelecidas; dificuldades de relação com os colegas e professores; ausência ou pouco contato visual; movimentos contínuos e repetitivos; recusa em verbalizar; e timidez excessiva.

Para Nunes (2014), estas crianças necessitam de estímulos que precisam fazer parte da zona de interesse deles para que tenha significa-

do, e por isso, é importante o uso constante de recursos diferenciados em sala de aula.

A falta de interação social do autista deve ser compensada por meio de outros caminhos que efetivamente façam chegar ao educando os conteúdos desejados. Neste cenário, o *iPad* surge como um forte aliado, graças à ludicidade que proporciona.

Senhorinha Teixeira e Altina Ramos (2015) expõem que os recursos digitais podem ser vistos como um fator de interatividade entre a criança e o meio social, visto que, os benefícios que desempenham nas crianças em idades precoces no contexto da educação pré-escolar, têm sido bastante apontados em estudos atualmente.

Nunes (2014), evidencia que o uso do *Tablet* chama muita atenção das crianças com transtorno do espectro autista, e pode ajudar a melhorar o tempo de concentração e seu desenvolvimento cognitivo. Porém, não se trata simplesmente de utilizar as tecnologias a qualquer custo, mas avaliar as potencialidades educativas, reconhecendo que implicam em mudanças pedagógicas e práticas para uma aprendizagem construtivista.

Assim, Fichtner (2010) destaca que, o ensinar é um processo bastante complexo, e pode ser considerado como uma aprendizagem de construção do conhecimento permanente. O aprender também é complexo, envolvendo fatores como variáveis cognitivas, afetivas, sociais, econômicas e até políticas; porém, se desencadeia a partir da motivação, ocorrendo dentro do indivíduo e está ligado às relações de troca com o meio em que vive.

Este artigo tem como objetivos explorar o universo autista dentro de uma perspectiva educadora, e demonstrar como o *iPad* pode ser utilizado para alavancar o processo de alfabetização, além de desenvolver as capacidades cognitivas de crianças portadores do transtorno do espectro autista. Inicialmente, busca-se definir o autismo e algumas peculiaridades; a *posteriori*, destaca-se a importância do lúdico na aprendizagem; em seguida aborda o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na educação de autistas; na sequência, o uso do *iPad* na aprendizagem; e finalmente, as considerações finais.

2. O autismo

Segundo o *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (2013), o autismo é classificado como transtorno do espectro autista (TEA). De acordo com Sacrey *et al.* (2014), o desenvolvimento, planejamento, execução e correção motora, apresentam-se prejudicados nestes indivíduos, dificultando diversos processos, incluindo a alfabetização.

O transtorno do espectro autista provoca déficits de comunicação, tais como, responder de forma inadequada em conversas, leitura errada das interações não verbais ou dificuldade em construir amizades adequadas à sua idade. Além disso, as pessoas com TEA podem ser excessivamente dependentes de rotinas, altamente sensíveis a mudanças no seu ambiente e intensamente focadas em itens inadequados, (DSM-V, 2013).

De acordo com Bosa (2006), o atendimento à criança com autismo deve estar dentro do nível de desenvolvimento dela. Assim, em crianças pequenas deve-se priorizar a fala, a interação social, a linguagem e a educação.

Segundo Gauderer (1993), devido às características variadas e causas desconhecidas, além de pouca pesquisa específica sobre o tema, o autismo ainda não tem cura, por isso o tratamento deve ser diversificado para tentar atingir de forma efetiva seus objetivos.

O autor ainda afirma que a melhor maneira de se abordar a criança autista é através da flexibilidade e ecleticismo. Ele sugere uma adaptação de métodos diversos a fases e problemas diferentes, e ainda que os pais e as crianças se beneficiam, acima de tudo, quando existe um plano a longo prazo, com uma orientação clara e específica, levando em consideração mudanças evolutivas e regressões espontâneas.

Estas oscilações, ainda segundo Gauderer (1993), devem ser reconhecidas para não serem confundidas com progressos ou falhas de um plano terapêutico. É importante, sobretudo que o plano seja realista.

3. A importância do lúdico

A declaração elaborada pela Associação Internacional pelo Direito da Criança Brincar – IPA (1989), afirma que brincar é de extrema importância para que as crianças se desenvolvam dentro de parâmetros adequados de saúde física e mental.

Santos afirma que:

Através das atividades lúdicas a criança assimila valores, adquire comportamentos, desenvolve diversas áreas de conhecimento, exercita-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. No convívio com outras crianças aprende a dar e receber ordens, a esperar sua vez de brincar, a emprestar e tomar como empréstimo o seu brinquedo, a compartilhar momentos bons e ruins, a fazer amigos, a ter tolerância e respeito, enfim, a criança desenvolve a sociabilidade. (SANTOS, 2008, p. 56)

Desta forma, entende-se que o processo de ensino aprendido das crianças de uma forma geral, e especificamente dos autistas, torna-se mais dinâmico e funcional quando parte de uma perspectiva lúdica, usando o imaginário do aluno e integrando-o no processo. O aluno deixa de ser objeto e se torna parte do processo de educação.

Alves *et al.* (2014), demonstra que o jogo pode ser ferramenta de auxílio a aprendizagem, pois estimula a criança ao inserir a ludicidade e o desafio na aprendizagem de conceitos e conteúdo. No processo de aprendizagem, articular racionalidade, ludicidade e acessibilidade demandam conhecimento e competências profissionais para estimular a aprendizagem e inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Os brinquedos são parceiros silenciosos que desafiam a criança, possibilitando descobertas e estimulando a autoexpressão. É preciso haver tempo para eles e espaço que assegure o sossego suficiente para que a criança brinque e solte a sua imaginação; inventando, sem medo de desgostar alguém ou de ser punida, neste caso, brincando com seriedade. (CUNHA, 2007, p. 12)

4. TICS e educação

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação de maneira organizada. Esse conceito enquadra-se na visão de gestão da tecnologia da informação e do conhecimento.

Cruz (1998), registra que a tecnologia da informação pode ser todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade para tratar dados e ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada ao produto, quer esteja aplicada no processo

Segundo Teodoro e Freitas (1992):

As TICs permitem disponibilizar ferramentas que ajudam a deslocar o

centro do processo ensino/aprendizagem para o aluno, favorecendo a sua autonomia e enriquecendo o ambiente onde a mesma se desenvolve. Permitem a exploração de situações, que de outra forma seria muito difícil realizar.

As crianças portadoras de transtorno do espectro autista necessitam de estímulos variados, e esses estímulos precisam estar adequados ao conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) de Vygotsky (1991), para efetivamente atingirem o interesse deles, e para que tenha real significado.

De acordo com Fichtner (2010), Vygotsky denomina a capacidade de realizar tarefas de forma independente como o nível de desenvolvimento real. O nível de desenvolvimento potencial representa a sua capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda de adultos ou de companheiros mais capazes. A distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível potencial Vygotsky o define como “a zona de desenvolvimento proximal”.

Fichtner (2010) afirma que as crianças da pré-escola não estão desenvolvidas. O professor cria só as condições, o real desenvolvimento da criança ocorre quando a criança se torna consciente de seus próprios atos e pode representar objetos ausentes. A aprendizagem capacita para uma série de processos de desenvolvimento. Desenvolvimento cognitivo nunca se pode ensinar diretamente. Desenvolvimento psíquico representa uma função autônoma da criança, mas esta função precisa do contexto social, das formas sociais de ensino-aprendizagem.

Na educação especial fica muito claro o aspecto negativo deste ponto de vista. Crianças consideradas mentalmente atrasadas têm pouca capacidade de pensamento abstrato. Os professores decidiram limitar todo o seu ensino aos meios visuais. O ensino baseado em meios visuais exclui o pensamento abstrato. Este sistema de ensino não só não ajudava a criança a superar uma incapacidade natural, mas na realidade consolida extremamente tal incapacidade. Isso analogamente vale também para a criança típica. Segundo Fichtner (2010), para Vygotsky “O único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento”.

Senhorinha Teixeira e Altina Ramos (2015), destacam que o professor pode trabalhar práticas pedagógicas com o auxílio das tecnologias da informação e comunicação que venham a desenvolver competências cognitivas com recurso a diferentes tipos de software aplicativos para as crianças numa base de interdisciplinaridade.

Para Alves *et al* (2014), as tecnologias hoje ocupam todos os es-

paços da vida contemporânea. Na educação, visa prover diferentes instrumentos pedagógicos que permitem novas possibilidades de experiências e aprendizagem, porém, não se trata somente de utilizar tecnologias, é necessário atentar para todo o processo, desde a preparação dos materiais até a avaliação dos resultados.

Uma alternativa interessante são os jogos educativos, pois a interatividade proporcionada pelos jogos permite maior participação do aluno nas atividades propostas e os vincula às suas experiências cotidianas permeadas por tecnologias e jogos digitais, como aduzem Alves et al. (2014).

O autor considera a inclusão dos jogos na escolarização e no envolvimento de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, desde que direcionando o olhar para à peculiaridade do desenvolvimento e aprendizagem destes indivíduos. Conforme Vygotsky, citado por Alves et al (2014), o desenvolvimento incompleto dessas funções psíquicas, consideradas superiores, ocorre numa estrutura que é secundária a limitação. Ela resulta muito mais do “isolamento ou exílio” do sujeito da coletividade.

A tecnologia assistiva, definem Alves et al (2014), constituem um amplo leque de recursos e serviços que contribuem para aprendizagem, mobilidade, comunicação e ampliação das habilidades funcionais de pessoas com necessidades especiais e consequentemente promove vida independente e inclusão, termo surgido nos Estados Unidos em 1988.

Como encontrado em Limberger (2014), alguns jogos simulam a hora do banho, de escovar os dentes, de cuidar de animais de estimação. Outros se tornam mais fantasiosos e simulam como fugir de um monstro, como escapar de um labirinto encantado e como salvar a princesa. Sempre há a manutenção de elementos reais em suas fantasias, que fazem com que as crianças se reconheçam em certo nível enquanto personagem principal e busquem formas de ultrapassar as barreiras impostas pelos jogos.

Neste contexto, o *iPad* apresenta-se como uma alternativa para unir o lúdico ao aprendizado eficiente dos conteúdos propostos, uma vez que possibilita uma abordagem diferenciada e altamente atrativa do conteúdo didático.

5. O uso do iPad na aprendizagem

Podemos utilizar o *iPad*, através de uma variedade de aplicativos com finalidade educacional, a fim de se trabalhar todas as disciplinas básicas através de jogos educativos que, pelo viés lúdico que abordam, se tornam atraentes para as crianças, autistas ou não autistas.

Nunes (2014), em seu trabalho, relata experiência realizada com alunos TGD (transtorno global do desenvolvimento), modalidade autista, para o reconhecimento das consoantes e associação das letras às palavras e figuras. Inicialmente, a professora abordou o conteúdo de forma expositiva, os alunos ficaram irrequietos e não prestaram muita atenção. Quando mostrou figuras, houve mais atenção somente nas figuras. Ao utilizar o *tablet*, com aplicativos voltados para o conteúdo, com figuras, letras grandes e sons, os alunos ficaram muito interessados, mas só queriam utilizar os aplicativos que gostaram. Depois de um intenso trabalho da professora para adquirir confiança do aluno, foi possível que ele realizasse a atividade proposta no aplicativo selecionado, em alguns momentos sozinho, com autonomia e atenção, e estimulou a oralidade, pois o estudante muitas vezes tentou imitar os sons emitidos pelo aplicativo. Além de aumentar o seu tempo de concentração e tolerância à atividade, também trabalhou a coordenação motora.

Limberger e Pellanda (2014), apresentam dois ângulos para o uso dos jogos para autistas: (i) o uso dos jogos tende a colocá-lo cada vez mais fundo dentro de sua concha; (ii) o jogo age como um simulador de realidade, há uma diminuição da ansiedade que permite à criança entender melhor como funcionam as relações, pois, acreditam que as crianças se projetam quando exploram ambientes virtuais, e começam a obter maior sucesso quando elas se tornam concretas.

Um exemplo na área de linguagem e alfabetização é o aplicativo “Escrever”, do fabricante FizzBrain. Este Aplicativo disponibiliza a oportunidade de as crianças aprenderem a grafia correta dos números e letras, tanto em maiúsculas quanto minúsculas. Nele, o caractere deve ser traçado com o dedo, seguindo um caminho de *cupcakes* que são devorados por um monstro. Ao final da grafia correta das palavras, um reforço visual e auditivo é ofertado através da repetição das letras, até formar a palavra completa.

O aplicativo “Escrever” possui um enfoque didático-pedagógico interessante dentro do cenário da alfabetização. De certa forma, ele substitui os tradicionais cadernos de caligrafia. A estrutura do jogo funda-

menta-se na necessidade de traçar corretamente os caracteres. Cada caractere deve ser desenhado na posição, direção e sentido exatos para que seja validado pelo aplicativo. Toda tentativa de grafar o caractere ferindo alguma destas regras será bloqueada e uma nova tentativa será reiniciada. Desta forma, a mecânica da grafia correta pode ser solidificada e, este conhecimento, ainda que realizado com a ponta do dedo, transferido para o movimento de pinça, característico da escrita convencional.

A vantagem observada pela utilização deste método reside na ludicidade e no clima de desafio característico dos jogos em geral. Não se escreve apenas por escrever. Ao final da grafia da palavra considera-se um objetivo alcançado e uma recompensa em forma de balões coloridos é apresentada na tela de jogo. Estes balões são responsáveis também pelo reforço visual e auditivo, logo após o término de cada tarefa, recurso este que não se torna possível no método tradicional de escrita com papel e lápis.

Seguem abaixo algumas capturas de tela do jogo:



Figura 1 – Tela inicial



2 – Modelo de letra maiúscula

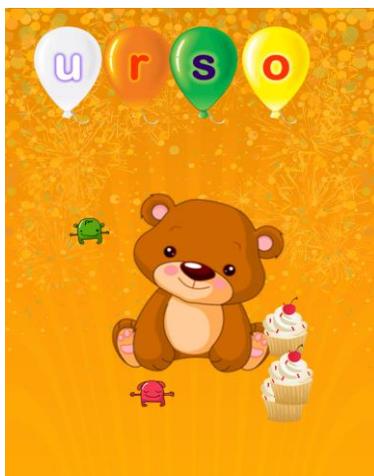


Figura 3 – Balões. Fonte: Aplicativo Escrever da FizzBrain

Outro elemento que torna o jogo atraente para as crianças é a possibilidade de customização. O *background* pode ser alterado conforme a preferência do usuário. Parede de tijolos, pele de onça, arco-íris e grama são algumas das opções disponíveis. Além disso, o material utilizado para a escrita também pode ser alterado. Creme de barbear, *ketchup* e gelatina de limão, entre outros, estão disponíveis, conforme pode ser visto nas figuras abaixo:



Figura 4: Background

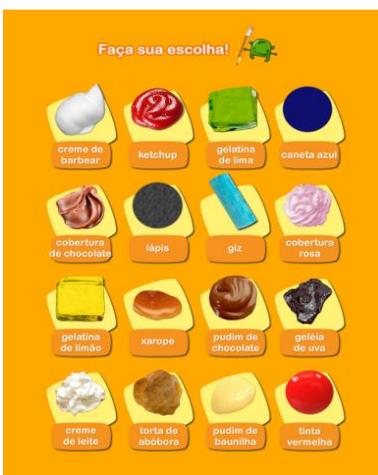
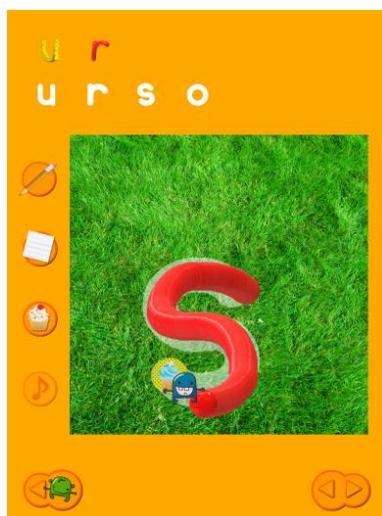


Figura 5: Opções Figura



6: Exemplo de customização. Fonte: Aplicativo Escrever da FizzBrain

O segundo aplicativo proposto neste trabalho é o “1der Math”, criado pela GoodIdev, empresa brasileira, que aborda os conteúdos de matemática e raciocínio lógico através de questões no topo da tela. A dinâmica do jogo é interessante. Na parte de cima da tela aparecem sentenças matemáticas – soma, subtração, divisão e multiplicação – e vários balões com opções de respostas. As opções de respostas surgem na parte de baixo da tela de jogo, dentro de balões coloridos que sobem, *a priori* em baixa velocidade. O jogador deve tocar no balão que contém a resposta correta.

Neste aplicativo, a velocidade aumenta a cada fase conquistada. Os balões vão subindo e a criança tem de ser rápida para furar o balão com a resposta correta. Os cálculos vão ficando mais complexos conforme o jogador vai acertando e avança de fase.

O ambiente gráfico é extremamente atraente (Figura 7 e 8). Árvores, castelos e montanhas formam o *background*. As primeiras fases oferecem somente questões de soma. Posteriormente, as demais operações matemáticas vão sendo adicionadas aumentando consideravelmente a dificuldade, e demandando cada vez mais atenção por parte do jogador.



Figura 7: Tela inicial do jogo. Figura 8: Balões com as opções de resposta subindo. Fonte: Aplicativo 1der Math da GoodDeV

Limberger e Pellanda (2014) verificam que com o uso do jogo no *iPad*, ocorre um processo de transformação do comportamento pela experiência vivencial. A plasticidade cerebral é potencializada pelas experiências vividas, ao resistir às mudanças, limitamos novas possibilidades de estímulos ambientais, que interferem na plasticidade cerebral e, conseqüentemente, na aprendizagem.

Evidentemente a tecnologia deve ser utilizada como uma ferramenta nas mãos de um profissional capacitado. Não se trata de uma solução definitiva para a educação de autistas, mas sim, de mais um meio para se despertar o interesse dessas crianças que demonstram resistência ao contato social com seus pares, familiares e educadores.

6. Considerações finais

O processo de ensinar é bastante complexo por envolver vários aspectos, metodologia, ambiente, objeto de ensino, ferramentas, etc. Aprender também é complexo, pois envolve, questões afetivas, cognitivas, sociais e motivação.

Como apresenta Nunes (2014), para o professor José Manuel Moran:

Um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tomar a informação significativa, a escolher os dados verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e torná-las parte do referencial. A utilização das tecnologias abre novas possibilidades para que professores e alunos possam superar barreiras físicas, colocando o mundo mais acessível à ponta dos dedos. (NUNES, 2014, p. 33)

A criança com TEA (transtorno do espectro autista) apresenta di-

ficuldades que podem variar como, por exemplo, o desenvolvimento e correção motora, déficits de comunicação, problemas com a fala, leitura errada das interações não verbais, dificuldade em interagir e formar amizades, podem ser dependentes de rotinas, ser sensíveis a mudanças no ambiente e focar em itens inadequados; que atrapalham seu desenvolvimento em diversos aspectos, inclusive na alfabetização.

A tecnologia pode ser uma grande aliada, desde que os recursos sejam utilizados de acordo com as características da criança, pois estas necessitam de estímulos constantes, porém estes precisam fazer parte da zona de interesse deles para que tenha significado.

O uso da tecnologia como instrumento de aprendizagem também é matéria em tramitação no Senado Federal (2013). O *Projeto de Lei do Senado Nº 109 - PLS 109/2013*, citado por Nunes (2014), propõe a disponibilidade de *tablets*, para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, conforme explicação da ementa:

Determina que, até o início do ano letivo de 2023, as escolas públicas disponibilizem *tablets* para uso individual, a todos os seus alunos, a partir do 6º ano do ensino fundamental, até a conclusão do ensino médio; estabelece que os referidos equipamentos deverão ter acesso à internet e contar com programas e aplicativos de natureza didática, inclusive aqueles específicos para os alunos com necessidades especiais; dispõe que a União, no cumprimento de sua função redistributiva supletiva, criará condições técnicas e financeiras para que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam cumprir as normas estabelecidas na Lei. (LUCENA, 2013).

Aplicativos do *iPad*, como “Escrever” e “1der Math”, são jogos que estimulam o interesse e o aprendizado da criança com transtorno do espectro autista (TEA), pois elas buscam realizar as tarefas propostas, que apresentam recursos visuais e sonoros configuráveis. Ao iniciar nova jogada sempre encontra algo novo, cores e sequências variadas, que motivam e predem sua atenção, mas que induzem a conhecimento de letras e sons, que numa forma tradicional de ensino explanatório não despertam sua atenção para o conhecimento como ocorre com o auxílio da tecnologia.

O planejamento pedagógico deve ser feito de modo a utilizar o aplicativo ou jogo de acordo com o conteúdo que se quer trabalhar, associado a uma metodologia de trabalho adequada as características da criança, pois não se trata apenas de uma brincadeira, mas de aprender brincando, e, deste modo, perceber a evolução ou buscar através das experiências com a criança como despertar seu interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adriana Gomes et al. Jogos digitais inclusivos: Com o Dino todos podem jogar. *Computer on the Beach 2014*: artigos completos. Disponível em:

<<http://www6.univali.br/seer/index.php/acotb/article/view/5321/2782>>.

Acesso em: 25-09-2015.

BOSA, Cleonice Alves. *Autismo: intervenções psicoeducacionais*. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, n. 28 (Supl. I), 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>>. Acesso em: 25-04-2011.

CRUZ, Tadeu. *Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a empresa do século XXI*. São Paulo: Atlas, 1998.

CUNHA, Nylse Helena Silva. *Brinquedoteca: um mergulho no brincar*. 4. ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

FICHTNER, Bernd. *Introdução na abordagem histórico-cultural de Vygotsky e seus colaboradores*. Alemanha: Universidade de Siegen, 2010. Disponível em:

<http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/docente/PDF_SWF/226Reader_Vygotskij.pdf>. Acesso em: 25-09-2015.

GAUDERER, Ernest-Christian. *Autismo*. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

_____. *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais*. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

LIMBERGER, Letícia Staub; PELLANDA, Nize Maria Campos. O iPad e os aplicativos de jogos como instrumentos complexos de cognição/subjetivação em autistas. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul, vol. 4, n. 1, p. 149-158, 2014. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/4492/3369>>. Acesso em: 25-09-2015.

LUCENA, Cícero. *Projeto de Lei do Senado nº 109 – PLS 109, de 2013*. Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em:

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/111979>>.

Acesso em: 25-09-2015.

NUNES, Andréia Nascimento Bezerra de Abreu. *O uso do tablet como ferramenta de apoio a inclusão e alfabetização de crianças autistas*. 2014. Monografia (Especialização em Gestão Escolar). UnB, Brasília. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9098/1/2014_AndreiaNascimentoBezerradeAbreuNunes.pdf>. Acesso em: 25-09-2015.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. *Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TEIXEIRA, Senhorinha; RAMOS, Altina. Narrativa digital no jardim de infância: motivação, dificuldades e interação presencial e online. In: GOMES, Maria João; OSÓRIO, António José; VALENTE, António Luís. (Orgs.). *Challenges 2015: meio século de TIC na educação*, Braga: Universidade do Minho, 2015, p. 1367-1380. Disponível em:

<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35255/1/NARRATIVA%20DIGITAL%20NO%20JARDIM%20DE%20INFANCIA.pdf>>.

Acesso em: 25-09-2015.

TEODORO, Vitor Duarte; FREITAS, João Correia de. *Educação e computadores: desenvolvimento dos sistemas educativos*. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

YIGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**PARA ALÉM DAS TRAÇAS:
DESDOBRAMENTOS CONTEMPORÂNEOS
DAS PESQUISAS FILOLÓGICAS**

Luiz Eleildo Pereira Alves (UECE)
eleildo@gmail.com

Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

Hugo Leonardo Gomes dos Santos (UECE)
prof.hugoleo13@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir questões referentes às novas tendências de pesquisas filológicas que vêm incorporando cada vez mais um caráter multidisciplinar ao lado dos estudos linguísticos. A nosso ver, os estudos contemporâneos têm dado conta de sanar a antiga querela que alguns estudiosos insistentes ainda faziam entre filologia e linguística, demonstrando, assim, que essas ciências podem dialogar pacificamente. Assim, a discussão que aqui trazemos se ancora nos trabalhos apresentados por membros do grupo PRAETECE na X Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, ocorrida em 2015, na qual esses pesquisadores apresentaram seus estudos ligados ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE), propondo diversas interfaces entre a filologia e os demais estudos do campo linguístico. Fazem parte desse leque de pesquisas, estudos do léxico atrelados às ferramentas computacionais; estudos da linguística textual, com base nos processos referenciais; e pesquisas de gêneros do discurso sob o viés das correntes sociorretóricas. Todos esses estudos têm como princípio a edição de manuscritos referentes ao período colonial cearense e, através de uma concepção mais moderna de língua, levantam uma discussão a respeito dos desdobramentos contemporâneos das pesquisas filológicas.

Palavras-chave: Filologia. Linguística. Interdisciplinaridade.

1. Introduzindo a discussão

Desde sua gênese, a prática filológica está fortemente ligada ao passado de um povo, sua cultura, suas tradições e seu modo de pensar, tudo isso manifestado através da língua escrita. Frequentemente, quando ouvimos falar do *labor filológico*, lembramo-nos apenas do estudo comparativo das línguas, desenvolvido sobretudo, no século XIX, ou de forma mais restrita, da atividade de edição de textos, reduzindo essa atividade a uma concepção estanque. No entanto, o fazer filológico é muito mais dinâmico e pode abranger diversas áreas da língua e também do âmbito extra-linguístico.

Neste ponto, é conveniente para nós ressaltarmos que ainda existem alguns conflitos a despeito do problema da própria concepção de filologia. Sobre esta questão vale citar aqui as definições apresentadas no dicionário *Houaiss* (2001), que satisfaz uma amplitude assaz importante para as atividades desenvolvidas sob diversos vieses.

1. estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos.
2. estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos.
3. estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p.ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica.
4. estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.) esp. para edição de textos.

As definições apresentadas pelo dicionário levam-nos a perceber que a prática filológica é vista a partir de dois clássicos campos de alcance: *o estudo comparativo das línguas* (acepção 3) e *o estudo crítico dos textos e das sociedades* (acepções 1, 2 e 4). Tais definições aproximam-se do que propõe Santiago-Almeida (2011, p. 1-2), para quem a filologia é vista com base em dois sentidos, um *lato* e outro *stricto*:

No sentido mais amplo (*latu sensu*), a filologia dedica-se ao estudo da língua em sua amplitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. –no tempo e no espaço, tendo como objeto de estudo o texto escrito, literário e não-literário. [...]

No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação.

Na tentativa de também estabelecer uma definição de filologia, Dubois et al. (2014, p. 258) afirmam que esta é: “uma ciência histórica que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram; estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas”.

Mesmo com as diferentes concepções apresentadas para o termo filologia, é inegável que esta é uma ciência que sempre se preocupou com a linguagem em suas diversas manifestações: na produção literária,

nos costumes, nas lendas, nas tradições, nas leis e na organização social de um povo em todas as épocas e lugares. Neste aspecto, compreendemos que até mesmo se tomada sob o prisma puramente literário, a filologia não deixa de ser uma ciência da linguagem, pois é através da linguagem que os homens se organizam e estabelecem relações sociais; não podemos analisar um texto literário sem passar pelo campo da linguagem, dos elementos semióticos e estilísticos que constituem esse texto. Assim, podemos afirmar que desde o ato de editar um texto de testemunho único à atividade de edição crítica de um texto com vários testemunhos o foco do filólogo é sempre a língua e suas modificações por razões sejam elas sociais ou espaço-temporais.

Entendemos que, pensando dessa forma, estamos coerentes ao pensamento de Said-Ali (2007), pois também acreditamos que:

uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica acreditar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós. Nessa visão da linguagem as palavras não são marcadores significantes passivos que representam despreziosamente uma realidade mais elevada, mas antes uma parte formativa integrante da própria realidade. (SAID-ALI, 2007, p. 82-83, grifo nosso)

Ao compreendermos essa estreita relação entre linguagem e filologia, achamos seja possível dissolver os limites entre esses campos de estudos que há tempos vêm sendo tomados como distintos, pois para nós, essas ciências dialogam pacificamente. Tal afirmação, já defendida por Said-Ali (2007) pode ser atestada em recentes trabalhos filológicos que buscam, através da exploração dos fenômenos linguísticos, analisar textos oficiais e literários, descobrindo-se, assim, diversas possibilidades de contribuição para outras áreas das ciências humanas pelo próprio caráter interdisciplinar que a filologia possui.

No Brasil, por exemplo, grande parte dos estudos filológicos voltam-se para os textos oficiais produzidos no período colonial que são encontrados espalhados em arquivos públicos das antigas capitanias. Tais textos registram fatos históricos de quando o europeu lusitano aqui fez morada e instituiu sua religião, seus costumes e, principalmente, sua língua.

Em alguns estados do Brasil, como na Bahia, no Rio de Janeiro e

em São Paulo, diversos filólogos ligados a grupos de pesquisas²¹ detêm sua atenção na edição e preservação de documentos importantes para nossa história, além de realizarem estudos dos aspectos linguísticos desses textos. No Ceará, o grupo do qual fazemos parte – PRAETECE – Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará, já possui diversas pesquisas com a mesma proposta. Ximenes (2004; 2006; 2009; 2013), Loiola (2014) e Josino (2015) e outros são exemplos de pesquisadores que se detiveram, a partir de edição semidiplomática de manuscritos referentes ao período colonial cearense, ao estudo dos aspectos linguísticos nesses documentos.

Foi refletindo sobre as questões anteriormente apresentadas que desenvolvemos este trabalho, objetivando discutir aspectos referentes às novas tendências de pesquisas filológicas que vêm incorporando cada vez mais um caráter multidisciplinar ao lado dos estudos linguísticos. A discussão que aqui realizamos ancora-se nos trabalhos apresentados por membros do grupo PRAETECE na X Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, ocorrida em 2015, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará (FECLESC-UECE),²²na qual esses pesquisadores apresentaram seus estudos ligados ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE), propondo diversas interfaces entre a filologia e os demais estudos do campo linguístico. Fazem parte desse leque de pesquisas os seguintes trabalhos: estudos do léxico atrelado às ferramentas computacionais; da linguística Textual, como o estudo dos processos referenciais e das pesquisas de gêneros do discurso sob o viés das correntes sociorretóricas. Todos esses estudos têm como base a edição de manuscritos referentes ao período colonial cearense e, através de uma concepção mais moderna de língua, levantam uma discussão a respeito dos desdobramentos contemporâneos das pesquisas filológicas.

²¹Destaque-se os trabalhos desenvolvidos pelo grupo Para a História do Português Brasileiros (PHPB), que possui membros desenvolvendo pesquisas em quase todos os estados do país.

²²Salientamos que esse evento foi promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e ocorreu simultaneamente em diversas unidades acadêmicas em todo o Brasil, no dia 5 de novembro de 2015, em comemoração ao “Dia Nacional da Língua Portuguesa”. No Ceará, o evento aconteceu na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará (Feclesc-UECE), sob a coordenação local dos Profs. Drs. Expedito Eloísio Ximenes e Júlio César Dinoá do Nascimento.

Assim, para sistematizar o percurso que trilhamos neste trabalho, apresentamos, na seção a seguir, nosso ponto de partida, em que lançamos um olhar para o passado dos estudos filológicos, buscando compreender de onde viemos. Em seguida, discutimos como atualmente têm se encaminhado as pesquisas no âmbito filológico-linguístico e, por fim, ousamos vislumbrar o futuro das pesquisas nos campos da linguística e da filologia a fim de prevermos o lugar aonde iremos que, cremos nós, pode ser cada vez mais longe.

2. De onde viemos

Como já salientamos na introdução deste artigo, o papel e a definição de filologia sempre foram muito controversos entre os estudiosos que em um momento a tomam em seu caráter *stricto* e em outro em seu caráter *lato* (conforme vimos em Santiago-Almeida (2011)). Porém, apesar das incertezas quanto à precisão do termo, é inegável que a filologia ocidental tem seu berço entre os povos gregos, por volta do século III a.C. Naquela época, o labor filológico tratava da leitura e da edição dos poemas homéricos e tinha como finalidade preservar e divulgar esses textos.

Câmara Júnior (1975) ressalta que essa atividade de edição dos textos dos antigos poetas da Grécia, principalmente Homero, se fazia muito necessário, pois a literatura grega usava dialetos locais. Assim, a atividade dos filólogos era também a de estudar as fases da língua grega, comparar esses dialetos e produzir um manuscrito mais ou menos consensual através de um grande processo de crítica textual e dos estudos de caráter comparativo. Segundo o referido autor, os principais filólogos do período alexandrino foram Zenodoto, Aristarco e Apolônio Díscolo (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 27).

A Biblioteca de Alexandria era o grande centro ocidental das pesquisas filológicas. Borges e Souza (2012) afirmam, que Alexandria, dentre as tradições culturais que desenvolveram “práticas filológicas”, foi a que mais se destacou, chegando a se tornar parâmetro para os intelectuais do humanismo renascentista, por volta do século XVI, na Europa. De acordo com Auerbach (1972),

os esforços dos humanistas se orientavam no sentido de estudar e imitar os autores da antiguidade grega e latina, e a escrever num estilo semelhante ao deles, quer em latim, que ainda era a língua dos eruditos, quer em sua língua materna. (AUERBACH, 1972, p. 12)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A tarefa dos humanistas era, então, encontrar os manuscritos que ainda existissem, compará-los e tentar extrair o texto original, “aquele redigido pelo autor”. Tal trabalho se fazia pertinente porque, na atividade de copiar à mão inúmeros textos, os erros de cópia eram muito comuns, muitas vezes por uma atitude involuntária do copista, que ao tirar os olhos da folha acabava perdendo uma palavra (o salto-bordão), ou mesmo por uma atitude maliciosa de quem queria realmente alterar o manuscrito.

Assim, a tendência dos estudos filológicos ainda no século XVI era muito parecida com aquela atividade exercida pelos helenísticos, em Alexandria. Essa forma de unicamente pensar a atividade filológica perdurou até o século XIX, passando pelo surgimento do método de edição crítica de Karl Lachman, durante os anos finais do século XVIII, até as críticas feitas por Bédier e Quentin. Percebemos que esses estudiosos ainda tinham uma latente preocupação com a preservação do “sentido” do texto ideal. Aquele que não estaria corrompido. “Portanto, caberia ao filólogo resgatar esse sentido verdadeiro”. (BORGES & SOUZA, 2012, p. 16)

No início do século XX, a atividade de edição de manuscritos foi lançada ao ostracismo e, em seu lugar, emergiram a linguística e a literatura como as ciências do século. A partir de então, a filologia passa a ser concebida puramente como uma atividade de crítica textual, e os estudos literários vão se voltar para a crítica das estruturas textuais. Como exemplo, podemos citar o *Formalismo Russo* e o *New Criticism* (BORGES E SOUZA, 2012).

No final do século XX, Erich Auerbach define filologia como: “conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem” (AUERBACH, 1972, p. 11). Para o autor, “como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia é muito amplo e abrange atividades assaz diversas” (AUERBACH, 1972, p. 11)

No Brasil, a partir da década de 1960, a linguística torna-se disciplina obrigatória nos cursos de letras e a atividade filológica fica restrita praticamente ao estudo de gramática histórica, voltada para as mudanças fonéticas e morfossintáticas da língua latina para a língua portuguesa.

Porém, no final do século XX, os estudos filológicos encontraram no viés interdisciplinar uma âncora para a retomada das pesquisas na

área, tendo como ponto de partida a edição de textos manuscritos. Como já dissemos em outro momento neste trabalho, esses documentos são, em grande parte, relativos aos anos iniciais de nossa colonização.

A seguir, exemplificamos através de alguns trabalhos apresentados durante a *X Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa* como a filologia vem atualmente estabelecendo interfaces com outras áreas da ciência linguística.

3. Onde estamos

Conforme dissemos, dentro do atual mosaico das pesquisas filológicas no Brasil, diversos estudos buscam, através da edição de manuscritos e do estudo de aspectos linguísticos desses textos, conservar a história dos anos iniciais de nossa colonização. Especificamente no grupo PRA-ETECE, diversas pesquisas voltam-se para esse fim. Como exemplo, podemos citar a edição e o estudo linguístico dos *Autos de Querela e Denúncia* estudados por Ximenes (2004; 2006; 2009; 2013); o viés do estudo lexicográfico realizado por Nunes (2014) a partir do mesmo *corpus*; a edição e o estudo fraseológico dos autos de arrematação da Vila de Sobral realizados por Josino (2015); o estudo dos aspectos formais e linguísticos em editais do século XVIII realizado por Loiola (2014); dentre diversas outras pesquisas que visam relacionar as teorias linguísticas à prática de edição filológica de manuscritos. No Brasil inteiro trabalhos dessa natureza vêm sendo realizados dando um caráter de renovação e outras perspectivas aos estudos filológicos. Também há muitas atividades de crítica textual no sentido mais próximo do método lachmanniano e outras que abordam o processo genético de obras literárias.

Podemos afirmar que os estudos filológicos e linguísticos no Brasil, embora recentes, têm encontrado um amplo caminho exploratório justamente porque os documentos são ricos em informações sobre nossos antepassados. Assim, diversas correntes científicas encontram apoio para suas análises nas informações fornecidas por esses textos.

Ximenes (2013) nos aponta que o texto escrito é o objeto de estudo da filologia, considerando que a escrita foi e tem sido, durante milênios, a principal forma de representação da história e da memória da humanidade. Ao estudar os documentos, a filologia resgata a importância dos textos, não só atestando sua autenticidade, mas também salvando-os dos estragos acometidos pelo tempo. Não podemos deixar de mencionar

que ao resgatar os textos, a filologia cumpre um papel importante, pois resgata também, grande parte da memória da humanidade.

Nesta seção, apresentamos como se tem pensando o “fazer filológico” tendo em mente que o exercício do filólogo nos dias atuais não se detém simplesmente à edição de manuscritos, mas, também, à investigação de diversas informações submersas nas entrelinhas dos grandes oceanos que são os textos.

Mas o que podemos entender por texto? Uma primeira definição que nos parece ser cara diz respeito, justamente, ao que se tem chamado de *texto* no campo dos estudos linguísticos. Atualmente, sob uma ótica sociocognitiva e interacional, esse objeto passou a ser compreendido como um “evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais (BEAUGRANDE, 1997)”. Na esteira dessas discussões, Koch (2008, p.31) considera o texto “como o próprio *lugar* da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos”.

Tal percepção nos convida a reclamarmos para a filologia uma definição bem mais complexa e abrangente que a meramente referida à materialidade objetiva, ou seja, o que está escrito nos fólhos. Logo, se pensamos o texto para além dessa realidade estanque e incorporarmos a esse objeto de estudo da filologia o *status* que ele vem adquirindo, por exemplo, no âmbito da linguística textual, daremos um salto na nossa forma de vermos o trabalho filológico bem como ampliaremos enormemente seu campo de atuação.

Na mesa-redonda, cujo título denomina este artigo, apresentada durante a *X Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa*, os trabalhos apresentados visavam mostrar como a filologia pode estabelecer interfaces com outras ciências²³. O primeiro deles, intitulado “*Filologia e Linguística de Corpus: o uso do léxico religioso em relatos de crimes dos Autos de Querela do século XIX*”, apresentado por Hugo Leonardo Gomes dos Santos e Luiz Eleildo Pereira Alves, versava sobre o conteúdo posteriormente publicado em Alves; Santos e Ximenes (2015). No trabalho em questão, os autores buscaram aliar as ferramentas da linguística de *corpus* a fim de investigar como o léxico religioso está

²³Resumos da *X Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/x_jnlflp/>. Acesso em 01/08/2016.

presente nos relatos de crimes que constam nos autos de querela. Para tanto, os autores estabelecem relações entre teóricos dos estudos filológicos, como Ximenes, (2006; 2013), e da linguística de *corpus*, como Sardinha (2004).

Em suas análises, além de aspectos linguísticos e filológicos, os autores sentiram a necessidade de incorporar discussões de cunho social e contextual. Mostrando, assim, mais um viés interdisciplinar para esses estudos.

Como outra proposta interdisciplinar para os estudos filológicos, destacamos o trabalho apresentado por Luiz Eleildo Pereira Alves, sob a orientação do Prof. Dr. Exedito Eloísio Ximenes, intitulado “A recategorização dos objetos do discurso em cartas administrativas do período colonial brasileiro”. Em sua fala, o autor estabeleceu relações entre a filologia e a linguística textual, chamando a atenção, sobretudo, para as discussões a respeito dos processos referenciais implicados na leitura de cartas administrativas do século XVIII, do Ceará. O trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em curso no PosLA/UECE e apresenta importantes discussões no que tange à relação entre filologia e linguística textual.

A terceira e última fala da mesa, propunha uma discussão a respeito da análise sociorretórica do gênero carta administrativa do século XVIII. Nessa apresentação, que também é um recorte da pesquisa de mestrado de Monique Cordeiro Martins de Sousa, orientada pelo prof. Dr. Exedito Eloísio Ximenes, a autora fez uma análise do gênero carta administrativa. O *corpus* da pesquisa é constituído por 15 cartas da capitania do Ceará do século XVIII, que tratam sobre assuntos diversos e objetivam anunciar medidas administrativas.

Destaque-se a relevância dessa pesquisa pela cuidadosa edição dos documentos realizada conforme as normas de edição do grupo PRA-ETECE, sendo, portanto, um estudo que, além de salvaguardar e conservar para a posteridades os documentos importantes para a história cearense, também estabelece relações importantes entre a filologia e a linguística aplicada, mais especificamente quanto ao estudo de viés sociorretórico de gêneros textuais.

Através dos trabalhos apresentados, pudemos ter uma noção, embora que superficial, do quanto os estudos filológicos estão, atualmente, mesclando-se a diversos outros campos de estudo linguístico, estreitando ainda mais os laços entre essas ciências, tudo isso com vistas a “fazer

com que [a análise que empregamos] revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós”, como reclama Said-Ali (2007, p.82).

Na sessão a seguir, levando em consideração a breve discussão que realizamos, ousamos vislumbrar possíveis caminhos para as pesquisas em filologia e linguística, a fim de apontarmos outros desdobramentos do que apresentamos neste trabalho.

4. Para onde vamos?

Por muito tempo, inúmeros estudiosos detiveram-se a segmentar o campo de ação da ciência filológica e da ciência linguística. Atualmente, quando se fala muito de pluralidade das pesquisas científicas em todos os âmbitos, já não se faz mais pertinente determo-nos a segmantações. Resta-nos, sim, aceitarmos que linguística e filologia podem caminhar *pari passu*, pois esta é uma ciência da linguagem, uma vez que, conforme já citamos, “ocupa-se metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem” (AUERBACH, 1972, p. 11).

Deste modo, ao adotarmos uma perspectiva de filologia enquanto ciência interdisciplinar, podemos expandir os campos de pesquisa para estágios até agora não imaginados. Ainda há muito o que se explorar com relação a filologia e a linguística do texto; a filologia e o estudo do léxico e a filologia e o estudo de gênero. Como outras searas, podemos citar: o campo da análise do discurso, da sociolinguística, da linguística sistêmico funcional, da polidez etc. Isso tudo no campo das ciências da linguagem, mas ainda podemos falar da relação da filologia com a história, com a geografia, com o direito, com a antropologia, enfim. Diversos outras áreas do conhecimento humano que podem encontrar nos textos antigos subsídios para suas pesquisas. Acreditamos que a filologia atualmente mostra-se renovada, apta a emergir como uma área de investigações que tem muito a dizer para todos nós pesquisadores.

Concluindo esta breve discussão, ressaltamos que não negamos aqui a atividade fundamental do filólogo que é o trabalho de recuperação de textos, nem tampouco negamos as inúmeras contribuições dos estudos comparativos para a evolução das pesquisas linguísticas. O que almejamos foi “denunciar” a emergência de uma filologia moderna, presente em áreas diversificadas, não condensada apenas nos fólhos corroídos e empoeirados. Essa filologia que ressurgir parte daí, dos fundos dos arqui-

vos, de dentro das caixas de acervos, dos livros corroídos, mas não se detém a esse estágio inicial. Essa filologia renovada, certamente, está para além das traças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad.: José Paulo Paes. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

ALVES, Luiz Eleildo Pereira; SANTOS, Hugo Leonardo Gomes dos; XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia e linguística de *corpus*: o uso do léxico religioso em relatos de crimes dos autos de querela do século XIX. *Revista Philologus*, vol. 63- Supl., p. 946-960, 2015. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/067.pdf>>

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse. Freedom of access to knowledge and society through Discourse*. Norwood: Ablex, 1997.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas de; ALMEIDA, Isabela Santos de. (Orgs.). *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012, p. 15-59.

CÂMARA JUNIOR. Joaquim Matoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOSINO, Adriana Marly Sampaio. *Edição filológica e estudo fraseológico dos autos de arrematação da vila de sobral (1817-1823)*, volume II. 2015. Dissertação (Mestrado em Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LOIOLA, Wagner Rodrigues. *Estudo dos aspectos formais e linguísticos em editais do século XVIII*. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NUNES, Ticiane Rodrigues. *Glossário de termos do campo lexical violência nos autos de querela do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

SAID ALI, Manuel. *Investigações filológicas*. Com estudo e organização de Evanildo Bechara. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Para que Filologia/Crítica textual? *Revista Acta*. Assis, vol.1, 2011, p. 1-12.

SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de corpus*. Barueri: Monole, 2004.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Os clíticos nos autos de querela do século XIX, no Ceará: edição filológica e análise linguística*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Departamento de Letras Vernáculas/Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. *Autos de querella e denúncia...*: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Fortaleza: LCR, 2006.

_____. Estudo das unidades fraseológicas em documentos oficiais da administração colonial brasileira. In: IV Seminário de Estudos Filológicos, 2009, Salvador. *Anais...*, 2009.

_____. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna (I). *Revista Philologus*, v. 52, p. 93-115, 2012.

_____. Filologia: Uma ciência antiga e uma polêmica eterna (II). *Revista Philologus*, v. 53, p. 74-91-91, 2012.

_____. *Fraseologias jurídicas*: estudo filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris, 2013.

_____. Fraseologias em documentos coloniais: a cultura religiosa luso-brasileira. In: SILVA, José Pereira da; NASCIMENTO, Luciana Marina do. (Orgs.). *Textos da memória - a memória dos textos*: homenagem à profa. Ângela Vaz Leão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 227-236.

**“QUAL A SUA PROFISSÃO?”:
VOCABULÁRIO ONOMASIOLÓGICO
REFERENTE AO CAMPO DO TRABALHO
CONSTANTE EM UMA AÇÃO DE DESQUITE
DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (UEFS)
nilce11.barreto@gmail.com

RESUMO

Apresentamos, neste artigo, parte do estudo do vocabulário de uma ação de desquite datada de 1919 a 1922, que foi lavrada na cidade de Feira de Santana – BA e que possui 97 fólios escritos no recto e verso já editados filologicamente. Assim, a partir da edição, lançamos mão do estudo do léxico, pautando-nos na teoria do sistema racional de conceitos, proposta por Hallig e Wartburb ([1952] 1963), a qual apresenta uma sistematização das palavras pertencentes a uma língua natural agrupadas em três esferas conceituais, a saber: a) o universo, b) o homem e c) o homem e o universo. Ao analisarmos o texto, constatamos que as lexias alocadas na esfera b) o homem (III – O homem, ser social), mais especificamente a “subesfera b) o homem no trabalho”, destacam-se em grande parte, por constar, no documento, uma quantidade significativa de palavras referentes aos ofícios desempenhados pela sociedade da época em questão.

Palavras-chave: Ação de desquite. Lexicologia. Sistema racional de conceitos.

1. Introdução

Editar documentos é o ofício principal de qualquer filólogo. Ao realizar edição textual, aspectos da língua também são trazidos à tona, o que se configura como conhecimento amplo do sistema linguístico atestado em documentos. Após a realização da edição semidiplomática (na qual há a conservação de todas as características linguísticas e estilísticas do texto, excetuando-se o desdobramento de abreviaturas e a junção de palavras separadas e a separação de palavras unidas), enveredamos pelo léxico, verticalizando para o estudo do vocabulário a partir da teoria do sistema racional de conceitos proposta por Hallig & Wartburg em 1952 e ampliada em 1963.

Para o estudo lexicológico, nós nos apropriamos da segunda versão da teoria do sistema racional de conceitos, a qual preconiza o estudo de uma língua a partir de uma perspectiva não científica, ou seja, as conceituações dadas às lexias são feitas tomando-se como base os conhecimentos extralinguísticos, pertencentes a um determinado grupo social.

Dessa maneira, ao sistematizarmos, alocarmos e analisarmos as lexias constantes na ação de desquite utilizada como *corpus* para este trabalho, acabamos conhecendo um pouco sobre o modo de pensar e de ver o mundo daqueles que produziram tal texto.

2. O conteúdo da ação de desquite (1919-1922)

O documento que serviu de *corpus* para este trabalho está depositado no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), órgão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, no qual estão disponíveis, para pesquisas, documentos das esferas cível e criminal doados pelo Fórum Desembargador Filinto Bastos também da cidade de Feira de Santana – BA.

O conteúdo da ação de desquite utilizada neste trabalho retrata a estória de Dona Albertina da Motta Barretto, que solicita o desquite judicial ao Estado, a fim de separar-se do seu marido, que havia abandonado o lar conjugal por mais de dois anos, o que configurava, na época, motivo suficiente para a solicitação do desquite.

Dona Albertina da Motta Barretto casou-se com o senhor Antonio Alves Barretto em 1895 e conviveram juntos durante treze anos, sendo que em 1913 o marido saiu de casa alegando a existência de “contrariedades”, atentado contra a sua integridade física e “incompatibilidade de gênios” entre o casal. Eles passaram seis anos separados de corpos, mas ainda casados judicialmente, o que só mudaria em 1919 quando a, até então, esposa solicitou legalmente a separação judicial. Entretanto, uma questão sobressai-se neste meandro: por que a solicitação de desquite demorou seis anos para acontecer? O motivo principal seria o recebimento da herança materna da parte da esposa e como naquele período o homem era quem representava a mulher político-social e judicialmente, então seria o senhor Antonio Alves Barretto quem receberia legalmente a herança da referida esposa.

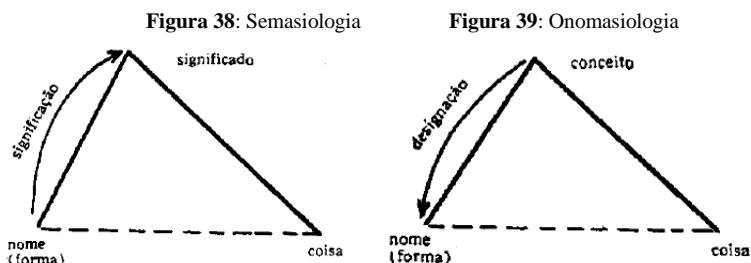
Após três anos de processo, o juiz sentencia o julgamento a favor da autora (Dona Albertina da Motta Barretto), concedendo-lhe o desquite judicial. Entretanto, descobrimos que, posteriormente, o réu pediria a reabertura do processo até que a herança da esposa fosse recebida e ele, de sua parte, também recebesse o seu quinhão.

3. O sistema racional de conceitos ([1952] 1963)

A língua pode ser vista como o reflexo cultural de uma sociedade. Estudar uma língua, a partir de suas características puramente linguísticas, é uma atividade que se resumiria apenas à observação e estudo dos aspectos fonéticos, morfológicos e/ou sintáticos. Contudo, para se compreender a cultura e a sociedade, é preciso ir além daqueles e adentrar também no nível do léxico, o qual nos permite detectar particularidades relacionadas àquelas. Neste sentido, a língua se torna

[...] o interpretante da sociedade [...] pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas. Neste sentido a língua inclui a sociedade [...]. (BENVENISTE, 2006, p. 97-98)

Indiscutivelmente, é através da língua que são refletidas a cultura e a sociedade de um povo. Diante disso, buscamos identificar, através do vocabulário, aspectos socioculturais presentes no documento analisado. A fim de alcançar tal objetivo, enveredamos pelas subáreas da lexicologia²⁴: a semasiologia e a onomasiologia e em seus critérios de classificação lexical, sendo que a semasiologia parte do significante para o significado, já a onomasiologia, em uma relação opositiva àquela, toma o conceito/significado dos objetos ou coisas como ponto de referência para se chegar ao significante. A seguir, trazemos duas figuras que representam o tratamento dado pela semasiologia e pela onomasiologia ao nome e ao significado/conceito.



Fonte: (BALDINGER, 1966, p. 28)

²⁴ De acordo com Abbade (2006), a lexicologia possui seis subdivisões ou ciências afins, a saber: a lexicografia, a terminologia, a semântica, a etimologia, a semasiologia e a onomasiologia.

A partir das figuras elaboradas por Baldinger (1966), constatamos que a semasiologia e a onomasiologia se opõem e se complementam ao mesmo tempo. Essa duplicidade de aspectos nos remete ao signo linguístico, que é composto por um significante e um significado, ou melhor, a união entre a imagem, que elaboramos do objeto em nossa mente e o objeto representado no mundo real.

Apropriando-se da onomasiologia e com o intuito de fazer um possível levantamento e análise do léxico, os autores do Sistema Racional de conceitos desenvolveram a sua primeira proposta em 1952, na qual defendiam a criação de dicionários ideológicos que classificassem os conceitos, os quais, segundo eles, são mais estáveis e mais tendentes à generalização do que a palavra (Cf. CASTILHO & CARRATORE, 1967). Contudo, mesmo depois de sofrerem críticas assaz diversas sobre a eficiência do Sistema Racional de Conceitos em trabalhos científicos que envolviam línguas naturais diferentes, Rudolf Hallig e Walther von Wartburg não se deram por vencidos e, ao invés disso, fizeram modificações no sistema racional de conceitos, em 1963. Assim, para a realização deste trabalho, apropriamo-nos da segunda versão.

Esta teoria trata do estudo de qualquer língua natural partindo, primordialmente, de conceitos pré-científicos, que abarcam os conhecimentos de mundo adquiridos a partir de experiências cristalizadas nas palavras, a fim de estabelecer uma classificação lexical centrada no significado, ou seja, parte-se, a *priori*, do conhecimento que se tem sobre determinado objeto para se chegar ao seu significante. Trata-se, portanto, do uso dos princípios da onomasiologia – cujo “[...] método permite ver a cultura do povo cuja língua se estuda, costumes, ocupações, instrumental, crenças e credences, moradia, enfim, sua mundividência. Permite sentir a linguagem viva, traduzindo a vivência cultural do povo [...]” (BASSETTO, 2005, p. 77) – a qual classifica as lexias a partir dos significados e não dos significantes.

Assim, o sistema racional de conceitos foi desenvolvido a partir de uma pirâmide tripartite, composta por três esferas que se distinguem e se completam simultaneamente, a saber: esfera a) o universo, esfera b) o homem, e esfera c) o homem e o universo, sendo que para cada esfera há subdivisões ou subesferas, que fazem referência àquelas.

Na primeira esfera, *o universo*, os autores partem do universal para as especificidades, atribuindo àquele um lugar de destaque e independente da existência humana. Essa divisão conceitual é subdividida em

quatro partes, as quais são: I) o céu e a atmosfera; II) a terra; III) as plantas e IV) os animais.

Na segunda esfera, *o homem*, é atribuída ao ser humano uma espécie de consciência de si mesmo, incluindo todos seus pensamentos, seus sentimentos, sua vontade, seu trabalho e seu poder criador. Essa esfera também é subdividida em quatro partes, a saber: I) o homem, ser físico; II) a alma e o intelecto; III) o homem, ser social e IV) a organização social.

Na primeira parte – o homem, ser físico – são tratados conceitos referentes ao homem, enquanto ser que tem um corpo com funções, órgãos e forma. São abordadas também a vida, a morte, a saúde e a reprodução.

Na segunda parte – a alma e o intelecto – são abordados conceitos concernentes à alma e ao intelecto, como, por exemplo, a memória, a consciência, a imaginação, os sentimentos, as vontades, a moral e as sensações.

Na terceira parte – o homem, ser social – os autores destacam os fatos sociais do ponto de vista das relações estabelecidas a partir do convívio social, tais como: as relações trabalhistas, as atividades práticas, as relações de parentesco e de amizade, casamento e diversão e lazer.

Na quarta parte – a organização social – são apontados os conceitos relacionados com a vida em sociedade, como, por exemplo, as crenças e a religião, o Estado, o ensino e a instrução, a organização judiciária e as guerras/conflitos sociais.

Na terceira esfera, *o homem e o universo*, são apresentados os conceitos baseados na relação existente entre o homem e o universo. Esta esfera é subdividida em duas partes: I) a *priori* e II) a ciência e a técnica. Em I) a *priori* são delimitados conceitos sobre os objetos, referindo-se ao seu estado, forma, dimensão, matéria, qualidade, quantidade, valor, causalidade, tempo e movimento. Já em II) a ciência e a técnica há conceitos no tocante à ciência e à técnica e à ciência e indústria. (PAULA, 2007; QUEIROZ, 2002)

No entanto, as esferas e suas respectivas subdivisões nem sempre conseguem dar conta das especificidades encontradas em cada trabalho, mas isso não invalida e nem diminui a proposta de estudo do léxico elaborada por Hallig & Wartburg (1963), muito pelo contrário, mostra que ela é flexível, passível de adaptações e, portanto, acabam atendendo,

mesmo que indiretamente, à ideia de que podem ser aplicadas a qualquer língua natural, porque apesar de sofrerem possíveis adaptações, realizadas por pesquisadores, a essência da proposta inicial se mantém.

Partindo dessa teoria, neste artigo, apresentamos apenas as lexias concernentes à subesfera *b) o homem no trabalho*, em que são apontadas as profissões e os ofícios presentes no *corpus* utilizado para este trabalho.

3.1. Critérios para a organização do vocabulário

Adotamos e, em alguns casos, adaptamos as divisões e subdivisões do sistema racional de conceitos, atendendo aos seguintes critérios:

- ✓ Para as entradas lexicais, as lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito, seguidas pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem;
- ✓ As entradas dos nomes (substantivos e adjetivos) foram feitas pelo masculino e feminino singular;
- ✓ Após a entrada e a classificação, apresentamos a significação (a partir de dicionários da língua portuguesa) da lexia no contexto específico, seguida de um exemplo do texto e, na medida do possível, as demais indicações presentes na ação de desquite e os respectivos fólios e linhas;
- ✓ Os exemplos foram apresentados de acordo com a ordem em que aparecem no texto, com a lexia destacada em negrito (QUEIROZ, 2002).

3.2. Vocabulário onomasiológico

b) Homem no trabalho

b.1. Profissões e ocupações diversas

CORONEL (s.m.): indivíduo que controla o poder político de uma região.

Contexto: “[...] o seu pai – **Coronel** Agostinho Froes da Motta [...]” (f. 2v, l. 7; f. 7r, l. 1, 6, 30; f. 10v, l. 29; f. 30v, l. 21; f. 35r, l. 4);

PROMOTOR PÚBLICO (lexia composta): indivíduo do Ministério Público que atua como acusador.

Contexto: “[...] A *Supplicante* requer também a citação do *Excelentissimo / Senhor Dou-*

tor **Promotor Público**, nesta comarca, para / na forma disposta no § 9º do artigo 205 - [...]” (f. 3v, l. 28-30; f. 8r, l. 10-11; f. 8v, l. 6; f. 12v, l. 3-4; f. 32r, l. 28; f. 32v, l. 1; f. 33r, l. 19-20);

TABELIÃO (s.m.): indivíduo que escreve ou subscreve autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública.

Contexto: “[...] Certifico eu, João Carneiro Vital, **Tabellião** [...]” (f. 5r, l. 6, 14-15, 25; f. 6v, l. 12, 21);

PROCURADOR (s.m.): indivíduo que possui procuração para resolver ou administrar negócios de outrem.

Contexto: “[...] seu **Procurador** e Advogado abaixo declarado [...]” (f. 5r, l. 18; f. 5v, l. 1-2; f. 45r, l. 19);

ADVOGADO (s.m.): indivíduo habilitado a prestar assistência profissional em assunto jurídico.

Contexto: “[...] Procurador e **Advogado** abaixo declarado [...]” (f. 5r, l. 18, f. 2v, l. 17, 28; f. 4r, 31; f. 5r, l. 18; f. 5v, l. 2, 5; f. 6r, l. 18, 23; f. 10r, l. 17-18; f. 10v, l. 1; f. 11r, l. 13, 28; f. 29r, l. 12, 14; f. 32r, l. 27; f. 32v, l. 2; f. 33r, l. 12; f. 34, l. 9, 15, 26; f. 35r, l. 10; f. 35v, l. 1, 7, 18, 25; f. 36v, l. 15; f. 44v, l. 30; f. 46v, l. 2, 9, 25, 30);

BACHAREL (s.m.): indivíduo que concluiu o curso de graduação em faculdade de Direito; advogado.

Contexto: “[...] o **Bacharel** Agnello Ribeiro de Macêdo, brasileiro, vi- / uvo, advogado, residente nesta cidade [...]” (f. 5v, l. 4-5; f. 10r, l. 19; f. 29r, l. 15; f. 45v, l. 19);

JUIZ DE DIREITO (lexia composta): indivíduo que administra a justiça em primeira instância.

Contexto: “[...] Excellen- / tissimo Senhor Doutor **Juiz de Direito** [...]” (f.6r, l. 13-14; f. 2r, l. 1; f. 7r, l. 27; f. 7v, l. 6; f. 8r, l. 1, 26; f. 8v, l. 15-16; f. 10r, l. 11, 27; f. 26v, l. 25; f. 28r, l. 11; f. 29r, l. 9-10; f. 31r, l. 10, 28; f. 32r, l. 7, 29);

ESCRIVÃO (s.m.): indivíduo que escreve ou subscreve autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública.

Contexto: “[...] Senhor, Juiz de Direito da Co-/ marca, comigo **escrivão** de / seu cargo adiante nomeado [...]” (f. 7r, l. 27-29, 9; f. 7v, l. 11; f. 8r, l. 18, 30; f. 9r, l. 1; f. 29r, l. 11, 21; f. 31r, l. 23; f. 32r, l. 8; f. 32v, l. 17; f. 33r, l. 9; f. 33v, l. 19; f. 34r, l. 21; f. 35r, l. 6);

OFICIAL DE JUSTIÇA (loc.): indivíduo encarregado de fazer intimações, citações etc.

Contexto: “[...] Mando ao **Oficial de Justiça** [...]” (f. 10r, l. 13; f. 9r, l. 5-6; f. 10r, l. 13; f. 32r, l. 11; f. 33r, l. 16; f. 35r, l. 3; f. 45v, l. 27, 29; f. 46r, l. 9);

NEGOCIANTE (adj.): indivíduo que faz negócios; comerciante.

Contexto: “[...] Joaquim Anacleto de Oliveira, / com sessenta e cinco anos / de idade, casado, **negociante** [...]” (f. 27r, l. 12-15; f. 29v, l. 8-9; f. 45r, l. 15);

DOUTOR (s.m.): indivíduo diplomado em curso superior.

Contexto: “[...] Dada a pa-/ lavra ao **Doutor** José Maria Ne-/ ves advogado do réu [...]”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(f. 27v, l. 15-17; f. 29r, l. 13; f. 32r, l. 5-6, 13, 26, 27, 30; f. 33r, l. 11, 19; f. 34r, l. 5, 9; f. 35r, l. 8, 10; f. 35v, l. 6, 24; f. 44r, l. 9; f. 46r, l. 1, 8, 29);

PROFISSÃO (s.f.): ocupação; ofício.

Contexto: “[...] Perguntado qual a sua/ **profissão**?/ Respondeu ne-/ goçante [...]” (f. 29v, l. 6-9; f. 63r, l. 13);

PORTEIRO (s.m.): indivíduo que controla a portaria dos edifícios, distribui a correspondência etc.

Contexto: “[...] com o dito advogado e o **porteiro** [...]” (f. 32v, l. 2-3);

ARTE (s.f.): ofício; profissão.

Contexto: “[...] o cirurgião se insensibiliza com-/ tra as emoções mais violentas no exercício de/ sua **arte**; enquanto que o poeta e o pintor pelo/ mesmo motivo, argumentam a delicadeza de/ sua Sensibilidade [...]” (f. 39v, l. 30 – f. 40r, l. 7-10);

PINTOR (s.m.): indivíduo que exerce a arte da pintura.

Contexto: “[...] o cirurgião se insensibiliza com-/ tra as emoções mais violentas no exercício de/ sua arte; enquanto que o poeta e o **pintor** pelo/ mesmo motivo, argumentam a delicadeza de/ sua Sensibilidade [...]” (f. 39v, l. 30 – f. 40r, l. 7-10);

POETA (s.m.): indivíduo que compõe poesia.

Contexto: “[...] o cirurgião se insensibiliza com-/ tra as emoções mais violentas no exercício de/ sua arte; enquanto que o **poeta** e o pintor pelo/ mesmo motivo, argumentam a delicadeza de/ sua Sensibilidade [...]” (f. 39v, l. 30 – f. 40r, l. 7-10);

CIRURGIÃO (s.m.): indivíduo que se dedica à prática da cirurgia.

Contexto: “[...] o **cirurgião** se insensibiliza com-/ tra as emoções mais violentas no exercício de/ sua arte; enquanto que o poeta e o pintor pelo/ mesmo motivo, argumentam a delicadeza de/ sua Sensibilidade [...]” (f. 39v, l. 30 – f. 40r, l. 7-10);

PROFESSOR (s.m.): indivíduo que leciona.

Contexto: “[...] Um ministro discute/ uma questão política com a mesma facilidade/ com que um **professor** de collegio uma questão/ grammatical [...]” (f. 40r, l. 14-17; f. 49v, l. 17);

MINISTRO (s.m.): indivíduo que chefia um ministério.

Contexto: “[...] Um **ministro** discute/ uma questão política com a mesma facilidade/ com que um professor de collegio uma questão/ grammatical [...]” (f. 40r, l. 14-17);

MÚSICO (s.m.): indivíduo que exerce atividades ligadas à música.

Contexto: “[...] o **musico** dá a/ seus dedos uma flexibilidade e uma agilidade/ que o dispensão depois de toda reflexão [...]” (f. 40v, l. 15-17);

CAÇADOR (s.m.): indivíduo que pratica a caça.

Contexto: “[...] o **caça-** **dor** adquire a precisão e a rapidez do tiro [...]” (f. 40v, l. 17-18);

FILÓSOFO (s.m.): indivíduo que investiga os princípios, fundamentos ou essências da rea-

lidade circundante.

Contexto: “[...] Eis em linhas acima tudo quanto ensina o **philosopho** A. Pellissier a respeito da faculdade/ a vontade [...]” (f. 41v, l. 16-18);

MATEMÁTICO (s.m.): indivíduo versado em matemática.

Contexto: “[...] A repetição voluntaria dos mesmos actos [...] augmenta no/ **mathematico** a aptidão para achar soluções/ ou methodos de demonstração. [...]” (f. 49r, l. 22, 25-27);

LEGISLADOR (s.m.): indivíduo que é membro de órgão legislativo.

Contexto: “[...] ‘As palavras de que se serviu o **legislador** cla-/ ramente mostram que só quis visar o caso de um/ dos conjuges sair do domicilio conjugal contra/ a vontade do outro’ [...]” (f. 49v, l. 19-22);

JULGADOR (s.m.): indivíduo que está habilitado para exercer julgamentos.

Contexto: “[...] Confiado no alto saber e muito critério do honrado **Julgador**, esperamos justiça. [...]” (f. 51r, l. 4-5);

CONTADOR (s.m.): indivíduo que é formado em contabilidade; contabilista.

Contexto: “[...] Remessa do **Contador**:/ Aos seis (6) dias do/ mez de Abril do anno de mil/ novecentos e vinte faço remes-/ sa destes autos ao *Senhor* Manuel/ Araujo **contador** do Juizo [...]” (f. 58r, l. 1-7);

MESTRE (s.m.): indivíduo que ensina.

Contexto: “[...] Preferimos conservar o bom senso de/ citar e mesmo transcrever as lições dos **mestres**/ de verdade a produzirmos coisa ruim como/ outros fazem sem acanhamento e até, pelo/ contrario, com muito desembaraço. [...]” (f. 63r, l. 18-22);

PATRONO (s.m.): indivíduo que advoga em relação ao cliente; advogado.

Contexto: “[...] As censuras do réo, por seu **patrono**, não/ foram contra nós somente, vale nos este con-/ solo. Elle contra nós, obscuro patrono da *Auctora*/ disse valentemente o que de melhor lhe approu-/ ve; mas, fingindo elogios ao *Doutor* Julgador/ não dissemlou o seu desejo de deixar tam-/ bem escripta a sua censura ao mesmo/ pelo erro que commettera [...]” (f. 63r, l. 23-30);

DISCÍPULO (s.m.): indivíduo convicto que segue os ensinamentos de outro.

Contexto: “[...] Cloves Bevilaqua e Cezar Spinola já alguns/ na imprensa padeceram tambem as suas cen-/ suras e quanta honra é para nós que somos/ seu **discipulo**, padecer com elles igual castigo. [...]” (f. 63v, l. 6-9);

JURISTA (s.m.): indivíduo de grande conhecimento jurídico.

Contexto: “[...] Elle, réo, fa-/ zendo applicação de ensinamentos de **juristas**/ disse que a *Auctora* havia provado a diuturni-/ dade, mas não o abandono do lar. [...]” (f. 63v, l. 26-29);

CURADOR (s.m.): indivíduo do Ministério Público a quem cabe defender por lei pessoas incapazes.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Contexto: “[...] pelo Senhor Dou- tor Promotor Publico foi/ dito que dentre as atribui- ções conferidas pela Lei de/ Organização Judiciaria./ figura á de **Curador** das/ mulheres casadas separa/ das dos maridos. [...]” (f. 67v, l. 19-26);

ESCRITOR (s.m.): indivíduo que escreve.

Contexto: “[...] Considerando o mais que des-/ tes autos consta e as oposições de/ diver- sos **escriptores** citados n’esta ac-/ ção [...]” (f. 70v, l. 2-5);

DEFENSOR (s.m.): indivíduo que defende, em juízo, os direitos de outro.

Contexto: “[...] Dos braços da cruz que remata essa laja dependuradas ficaram duas/ gotas de orvalho, lagrimas choradas pela ordem social ao perceber/ que seu **defensor** lhe atraíçoa. [...]” (f. 79v, l. 20-22);

SECRETÁRIO (s.m.): indivíduo encarregado de datilografar, digitar, classificar a corres- pondência, redigir cartas, tomar notas etc.

Contexto: “[...] faço/ remessa destes autos ao Superior de/ Justiça deste Estado por in- termedio/ do Senhor **Doutor Secretario** do mesmo/ Tribunal; do que para constar/ faço este termo [...]” (f. 86r, l. 4-9);

RELATOR (s.m.): indivíduo que, num tribunal, encarrega-se de relatar.

Contexto: “[...] Aos *Excellentissimos Senhores Comandantes Desembargadores* Esequi- / el Pondé – **relator**; Benjamim e/ Candido Leão./ Bahia, 30 de Julho de 1920. [...]” (f. 87r, l. 4-7);

DESEMBARGADOR (s.m.): indivíduo que tem assento em Tribunal de Justiça ou de Apelação.

Contexto: “[...] Aos *Excellentissimos Senhores Comandantes Desembargadores* Esequi- / el Pondé – relator; Benjamim e/ Candido Leão./ Bahia, 30 de Julho de 1920. [...]” (f. 87r, l. 4-7);

PROCURADOR GERAL DO ESTADO (s.m.): indivíduo que exerce o cargo de advoga- do da República.

Contexto: “[...] Aos onse de Fevereiro de mil novecentos e vinte/ um, neste cartorio, faço vista destes autos ao/ *Exceletissimo Senhor Doutor Procurador Geral do Estado*, do que/ lavro o presente termo; eu Ignacio Paschoal/ Bastos, Escrivão, o escrevi. [...]” (f. 87v, l. 19-23);

ADMINISTRADOR DOS HAVERES DO CASAL (lexia composta): indivíduo que é encarregado de administrar os bens da sociedade conjugal.

Contexto: “[...] Si, com effeito, o marido dispõe-se/ a não consentir mais em casa a mu- lher, si a/ repudia e expulsa — dada a sua natural/ fragilidade e a situação de inferiorida- de em que/ se acha para com o chefe da sociedade conju-/ gal e **administrador nato dos haveres do casal**/ — não lhe pode esta oppôr effizaz resistencia./ nem lhe sobram, a ella, meios com que ali pos-/ sa permanecer e subsistir. [...]” (f. 90r, l. 31-33 – f. 90v, l. 1-6).

4. Considerações finais

Analisar o léxico nos permite “ver” o modo de pensar da sociedade de uma época específica e, conseqüentemente, de seus falantes. A maneira como, as *lexias* referentes ao homem, ao longo do documento, são dispostas no trabalho, demonstra a necessidade que se tinha de estabelecer um ofício para cada pessoa presente durante o processo, ou seja, no próprio rol das testemunhas, quando estas vão depor sobre o ocorrido entre o casal, uma das primeiras informações solicitadas pelo escrivão é a profissão, o que demonstra a importância de ser ter um ofício específico. Além disso, as próprias autoridades judiciais são colocadas, a partir de seus cargos, como profissões importantíssimas para a resolução do processo, além, é claro, dos qualificadores que vão aparecendo em relação ao cônjuge como representante legal da esposa como, por exemplo: administrador dos haveres do casal.

Outras *lexias* sobre os ofícios que também vão surgindo ao longo do texto são as que são utilizadas como metáforas nos autos de argumentação dos advogados, a saber: pintor, poeta, cirurgião, defensor, professor, ministro, músico, caçador e matemático, como podem ser constatadas a partir dos exemplos citados nas análises. Também há referência de profissões relativas a nomes da literatura como forma de solidificar o plano argumentativo do advogado: filósofo, contador, escritor e discípulo. Por fim, há as profissões de generalidades (profissão e arte) e as que são usadas para cada pessoa física no processo como, por exemplo, para as testemunhas (negociante), réu (negociante), pai da cônjuge (coronel), funcionário da sala de audiências (porteiro) e autoridades oficiais (Promotor público, tabelião, procurador, advogado, bacharel, juiz de direito, escrivão, oficial de justiça, doutor, curador, legislador, julgador, jurista, defensor, secretário, relator, desembargador e procurador geral do estado).

Após a realização do estudo do léxico, mais precisamente das *lexias* referentes aos ofícios e ocupações diversas presentes na referida ação de desquite, chegamos à constatação de que há 38 *lexias* apenas na subesfera aqui apresentada, o que nos leva a afirmar que as ocupações trabalhistas se fazem presentes nas sociedades desde que o homem se entende como alguém que precisa de um ofício, visto como representação de sua honra social, haja vista que a ideia de que “o trabalho dignifica o homem” ainda se faz presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Orgs.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 213-225.

BALDINGER, Kurt. Semasiologia e onomasiologia. Tradução de Ataliba de Castilho. *Alfa*, Marília, n. 9, p. 7-36, mar. 1966.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2006.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CARRATORE, Enzo Del. A onomasiologia no léxico e na sintaxe. *Alfa*, Marília, n. 11, p. 129-149, mar. 1967.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

_____. *Novo dicionário século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HALLIG, Rudolf; WARTBURG, Walther von. *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas*. 2. Neu bearbeitete und erweiterte Auflage. Berlin: Akademie-Verlag, 1963.

PAULA, Maria Helena de. *Rastros de velhos falares: Léxico e cultura no vernáculo catalano*. 2007. 522 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). – Faculdade de Ciências e Letras/Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “*Castelo Perigoso*” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214). 2002. 468f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

**UM ESTUDO DA REFERENCIAÇÃO
NA TIPOLOGIA DISSERTATIVA**

Gelson Martins de Souza (UEM)
martins_gs@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo proposto focalizará a referência e a progressão referencial em contexto escolar. Para a realização desse estudo, inicialmente, apresenta-se uma abordagem teórica acerca da língua, da linguagem e do texto, demonstrando a intrínseca relação entre essas questões e, ainda, discutindo a heterogeneidade de ambas. No decorrer do pressuposto teórico, apresentamos uma discussão sobre a referência e a progressão textual, demonstrando suas contribuições para a produção dos textos escritos. Essas etapas foram marcadas pelos posicionamentos ideológicos de autores como Koch e Elias (2009). Com o objetivo de aplicar os conceitos expostos, escolhemos um texto dissertativo, produzido por um aluno do 5º ano do ensino fundamental I, discutindo “os aspectos relacionados aos *realities shows* no Brasil”. Ao longo da análise, constata-se que o produtor do texto fez uso da referência e da progressão referencial, confirmando, assim, que alunos do ano 5º ano são, sim, capazes de produzirem textos com progressão textual.

Palavras-chaves: Linguagem. Tipo textual. Referenciação.

1. Considerações iniciais

O presente estudo aborda o processo de referenciação e progressão textual que se pode materializar em textos escritos. Para a construção de um pressuposto teórico significativo, embasou-se em autores que já discutiram a heterogeneidade da *linguagem* tanto em textos escritos como em textos falados como: Benveniste (1966), Bakhtin (1992), Geraldí (1997), Zanini (1998), Matêncio (2006). Um dos conceitos defendidos por esses autores é de que a *linguagem* está em um constante processo de construção e reconstrução devido a sua dinamicidade.

Ao se concretizar um recuo histórico, verifica-se que a *linguagem* é definida, levando-se em consideração: o contexto histórico no qual se processa, os indivíduos que estão envolvidos nas situações discursivas, as intenções comunicativas do locutor e do interlocutor, e outros fatores de caráter interno ou externo à língua.

2. *Língua, linguagem e texto*

Na década de 60, a *linguagem* se pautava apenas no ensino de uma gramática tradicional, pois neste período o que importava, na verdade, era a carga de informações que os indivíduos iriam hipoteticamente absorver no processo educacional, caracterizando o que se conhece como “*linguagem como expressão de pensamento*”. Após alguns anos, década de 70, defende-se uma nova concepção de *linguagem*, agora esta é “*instrumento de comunicação*”, bastando que o indivíduo seja apenas exposto a uma série de exercícios modelares, para que ele consiga aprender tudo que lhe é fundamental. Ao término desse período, e com o passar dos anos, a *linguagem* se destaca como forma de interação, uma vez que os indivíduos têm necessidade de se comunicar. Neste processo, o indivíduo afeta e é afetado pela sua enunciação, como também dialoga com alguém que se deixa ou não afetar.

Diante dessa situação, torna-se explícito que a linguagem não é constituída de uma definição estanque, há uma série de fatores que determinam esse posicionamento, por exemplo, questões de cunho político. Quando os indivíduos, em suas práticas sociais, se deparam com os diferentes contextos políticos, estes entendem que seus interlocutores desejam, na maioria das vezes, convencê-los acerca de uma determinada verdade. Em alguns casos, desejam manipulá-los. Mas quem são esses indivíduos? Manipuláveis ou não? Aqui, pode-se dar o estudo da “*linguagem como meio de interação*”, tendo por princípio que

a interação é constituída do significado e reveladora das relações historicamente marcadas entre o linguístico e o social, mas acreditam também que a relação da linguagem com o social estaria simplesmente refletida na apropriação do sistema linguístico, criando uma identidade. Mas uma vez concedido um lugar ao sujeito e à situação de enunciação nos estudos da linguagem, há um deslocamento da concepção do sistema linguístico, que pode também ser visto como um sistema em estruturação. (MATÊNCIO, 2005, p. 49)

Compreende-se que a “*linguagem como meio de interação*” não anula a importância dos conhecimentos gramaticais, e até mesmo de exercícios estruturais. Partindo do pressuposto de que os estudos acerca da *linguagem* são complementados constantemente, pois “nada” ou “quase nada” deveria ser visto ou analisado de maneira isolada, há um processo de análise. Como comprovação de nossa afirmativa, tem-se a seguinte enunciação: “Pedrinho, novamente não fez a tarefa, terei que chamar seus pais no colégio?”. Para que haja uma análise dessa frase, torna-se necessário que saibamos o contexto em que foi veiculada, quem a produziu,

quais suas intenções, quem é o interlocutor direto, quais foram os vocábulos empregados etc. A partir desses conhecimentos, há condições de construir um posicionamento a respeito da enunciação.

Ao se analisar como a *linguagem* se manifesta no ensino, verifica-se que há uma série de fatores que poderá influenciar direta ou indiretamente no processo de *interação*. Um dos primeiros quesitos que influenciará diretamente no ensino/aprendizagem é a escolha do texto, já que este

não é apenas uma unidade linguística ou uma unidade contida em si mesma, mas um evento (algo que acontece, quando é processado); não é um artefato linguístico pronto que se mede com os critérios da textualidade; é constituído quando está sendo processado; não possui regras de boa formação; é a convergência de três ações: linguísticas, cognitivas e sociais. (MARCUSCHI, 1988)

Quando se focaliza essa definição, torna-se pontual que o texto tem uma função de caráter social, perpassando uma série de atividades produzidas pelos indivíduos de uma determinada comunidade linguística. É importante destacar que o locutor e interlocutor se interagem por meio de textos verbais e não verbais. Essas interações são construídas e reconstruídas constantemente, tendo por base o texto e suas situações de produção.

Transferindo o elemento texto ao contexto escolar, pode-se depreender que muitas vezes este tem seu papel pouco valorizado na escola. Algumas instituições de ensino e/ou professores fazem uso do texto apenas como subterfúgio para o ensino fragmentado da gramática normativa, outros se dedicam apenas aos aspectos semânticos que se materializam no texto. Concede-se, então, que as duas propostas de ensino caminham num terreno perigoso, uma vez que ambas deveriam estar atreladas, considerando aspectos morfossintáticos e semânticos, e ainda, agregando as concepções de leitura que deveriam perpassar pelo ensino/aprendizagem de língua materna.

Ao analisar o ensino de língua materna na escola, compreende-se que esse se torna fragmentado dia após dia. Uma parcela significativa das instituições divide o ensino de língua portuguesa em: redação, gramática e literatura.

Constata-se, aqui, uma visão extremamente fragmentada de língua, uma vez que se acredita que há interligação entre os conteúdos ministrados nas possíveis matérias. Outro posicionamento preocupante é

que a escola aborda uma terminologia – redação –, e mais do que isto, trabalha os textos dos alunos na perspectiva da redação, ou seja, o aluno produz o texto e recebe uma nota. Diante dos conhecimentos teóricos adquiridos, julga-se que a escola faça uma abordagem no nível de produção textual, já que os discentes precisam refletir sobre o que escrevem? Como escrevem? Por que escrevem? Para quem escrevem? A partir desses questionamentos, eles se tornam possivelmente indivíduos mais críticos. A produção textual não tem como objetivo estabelecer uma nota, mas sim fazer que outro pense sobre o que escreve e/ou lê.

Elaborar um texto escrito é uma tarefa cujo sucesso não se completa, simplesmente, pela codificação de ideias ou informações, através de sinais gráficos. Supõe etapas de idas e vindas, etapas interdependentes e intercomplementares, que acontecem desde o planejamento, passando pela escrita, até o momento posterior da revisão e da reescrita. (ANTUNES, 2003, p. 54)

Defende-se o princípio de que o texto é como a “linha e o linho” de Gilberto Gil, a linha perfura o tecido através da agulha e ponto a ponto é construído o bordado, este inspira na maioria das vezes fantasia, levando-nos a um mundo real ou ideal, assim, é o texto, capaz de conduzir seu produtor ou leitor aos diferentes mundos. Parece-nos que é impossível falar em texto, sem falar em escrever e ler, pois os três caminham juntos, transportando-nos a lugares previsíveis ou não. E, para isso, enquanto escritores que somos ou deveríamos ser, escolhamos as palavras que possam causar um impacto sobre o outro. Ou ainda, seremos ou deixaremos ser impactados pelo discurso do outro que é resultado: “de um trabalho de tecer, de entrelaçar várias partes menores a fim de se obter um todo inter-relacionado. Daí poder falar em textura ou tessitura de um texto: é a rede de relações que garante sua coesão, sua unidade”. (INFANTE, 1991)

É significativo salientar que, quando o professor tem uma visão mais ampliada de língua, linguagem e texto, ele irá considerar não só suas concepções, mas também as dos alunos, uma vez que estes podem ser ou não afetados pela sua instância discursiva. A construção do processo interativo só terá êxito, se houve disposição do interlocutor, aluno.

Explicitamos, então, que *linguagem como meio de interação* se desenvolve em situações nas quais o locutor e interlocutor – professor e aluno – se dispõem ao processo comunicativo, fazendo uso de construções específicas que marcam o seu discurso de forma intencional ou não intencional. Pontuando que no ensino de língua materna, professor e aluno deverão construir e reconstruir a *linguagem* de acordo com o contexto

histórico no qual se encontram, considerando o grau de instrução dos sujeitos envolvidos e suas intenções comunicativas, o que implica em afirmarmos que a *linguagem e o ensino* estão sempre em processo de reconstrução, cabe ao professor, segundo Zanini (1999),

a responsabilidade de reconhecer a situação, definir objetivos e a finalidade do próprio ensino, buscar, numa teoria consistente, respaldo, para uma prática que sempre estará orientada por uma concepção. São questões que perpassam toda uma postura docente que sempre estará associada ao momento histórico-político, à sua formação, à sua competência e à sua sensibilidade. (ZANINI, 1999, p. 87)

Investigando como se dá o processo de escrita em uma abordagem enunciativa, percebemos que o enunciado é fruto das enunciações concretizadas em outras instâncias, e estas são processadas dialógica e socialmente. Logo, para estudar as enunciações, devemos considerar a situação comunicativa realizada entre dois ou mais falantes, sendo relevantes às ideologias presentes, o momento sócio-histórico e cultural, além dos propósitos de cada parte envolvida na interação.

Essa abordagem se baseia em pressupostos teóricos de Bakhtin (1997), que defende que “eu” e “tu” são fundamentais na construção da enunciação. Para Benveniste, ao contrário, a enunciação se projetava somente no ato individual do “eu”, limitando, a enunciação, a escolha de construções formais concretizadas por esse “eu”. Em relação a essa situação, Sírío Possenti (2001) julga que Benveniste se pauta estritamente na língua, tratando-a como um sistema estático/fixo.

Possenti empenhado em construir um posicionamento próprio, explicita que a enunciação consiste numa relação entre o dito e o não dito, ou seja, os enunciados são formados por uma mensagem que, por vezes, é omitida por uma outra mensagem implícita, num contínuo jogo de presença/ausência. Existem, dessa forma, outros sentidos possíveis em uma só enunciação, que tentam direcionar o posicionamento do interlocutor.

Entendemos que a escrita só se manifesta numa abordagem enunciativa, quando se leva em consideração as marcas formais, a presença de um sujeito social e histórico e, obviamente, o discurso que se estrutura a partir de outros, e ainda, as intenções comunicativas. Se analisarmos a elaboração de textos escritos que circulam nas agências publicitárias e até mesmo na escola, constataremos que o locutor – publicitário e/ou jornalista – ao confeccionar seus textos, tem nitidamente a função de agir sobre o interlocutor. Aqui, pontua-se com eficiência a questão da escrita em

uma abordagem enunciativa, uma vez que:

A enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá depois. É esta aparição momentânea que chamo de enunciação. (BRAIT, 2005, p. 64)

Tendo em vista que já abordamos alguns aspectos a respeito de língua, linguagem e texto. Focalizaremos, agora, a importância discursiva da referenciação e da progressão referencial. Em seguida, analisaremos um texto dissertativo, buscando averiguar como se dão tais aspectos.

3. Referenciação e suas particularidades

Compreende-se por referenciação as diferentes formas de introdução de novos referentes no texto. Para Coseriu (*apud* KOCH, 2004), os referentes não são estruturas da realidade, mas, sim, impostas à realidade pela interpretação humana. Com isso, o real se torna o referente por meio da percepção/cognição, ou seja, é construído a partir da interpretação humana relacionada às condições sociais e culturais.

Ao pensarmos sobre referenciação, faz-se necessário concebê-la como uma atividade discursiva, que consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso, e estes são entendidos, tendo por base as atitudes, crenças e intuídos dos locutores discursivos. E, a partir dessa situação, há uma substituição de noção de referência por referenciação.

Segundo preconizam Koch e Elias:

A referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição e procede uma escolha para representar estados de coisas, de modo condizente com a sua proposta de sentido (KOCH, 1999, 2002). Isto é, as formas de referenciação são escolhas do sujeito em interação com outros sujeitos em função de um querer-dizer. Os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, eles a (re)construem no próprio processo de interação. (KOCH & ELIAS, 2008, p. 124)

Diante dos fatos arrolados, torna-se evidente que sujeito concretiza suas escolhas, considerando suas intenções comunicativas. Essas escolhas são marcadas, quando se faz necessária ativação de operações básicas que constituem a memória discursiva do interlocutor, são elas:

- a) *construção/ativação*: a escolha do objeto textual (tema) é introduzida por meio da expressão linguística colocada em foco na memória;

- b) *reconstrução/reativação*: é estabelecida uma referenciação para reintroduzir um objeto textual presente na memória discursiva;
- c) *desfocalização/desativação*: há uma introdução de um novo objeto-de-discurso. O objeto retirado de foco permanece (*stand by*), podendo-se usá-lo a qualquer momento.

É significativo salientar, ainda, que há dois processos de introdução de referentes textuais, são eles:

- a) *ativação ancorada*: introdução de um novo objeto-de-discurso por meio de uma associação aos elementos presentes no contexto socio-cognitivo – anáforas associativas (noção de ingrediência) e anáforas indiretas (a base está no conhecimento de mundo);
- b) *ativação não ancorada*: introdução de um objeto-de-discurso totalmente novo no texto.

De acordo com as concepções defendidas por Koch e Elias (2008), a continuidade de um texto se dá, considerando a questão da repetição (retroação) e progressão, ou seja, na elaboração de um texto, na maioria das vezes, faz-se imprescindível a retomada de referentes já mencionados, e estes são agregados novas informações que poderão constituir o suporte para outras informações.

Essas retomadas ou remissões são denominadas de progressão referencial, sendo que esta se desenvolve por meio de uma série de elementos linguísticos: formas pronominais, elipses, formas nominais reiteradas, certos advérbios locativos, numerais, formas nominais sinônimas, formas nominais hiperonímias, nomes genéricos. Gostaríamos de esclarecer que não definiremos todas as formas de progressão referencial expostas anteriormente, até porque nem todas se manifestarão no texto dissertativo que é objeto de análise. As formas mais significativas serão comentadas, tendo por base os conceitos defendidos por Koch e Elias e, ainda, outros teóricos do universo dos estudos linguísticos que abordam a temática.

4. Uma análise da referência e da progressão referencial em contexto escolar

Para a realização do trabalho analítico, escolhemos um texto produzido por um aluno do ensino fundamental I – 5º ano – em que as questões de referenciação e progressão referencial se materializam. Na se-

quência o texto e uma perspectiva de análise.

Eles realmente chegaram para ficar

Na televisão existem programas *não educativos*, que não ensinam nada de bom para os adolescentes.

Cada vez mais *os realitys shows* tomam conta da televisão brasileiras e das pessoas de todas as idades. É o caso de *Big Brother* Brasil, da *Globo*:

“*O Big Brother* não é só *um jogo* em que as pessoas têm que ganhar um milhão de reais, ele se torna *um vício* para os adolescentes que assistem” diz *Gabriela Pillonetto*, telespectadora do *Big Brother*.

Para os adolescentes, os *realitys shows* são reais, fazem parte do cotidiano.

“Muitos adolescentes sonham em entrar *na casa mais vigiada do Brasil*”. Para *alguns*, esse grande sonho se realiza, para *outros* talvez não.

Os *realitys shows* passaram a ser desenvolvidos a partir de *Casa dos Artistas*. Depois do primeiro *reality show*, foram criados outros, mas que não *deram* muito certo.

A vida dos adolescentes não foi *a mesma*, pois, todos os telespectadores vão dormir mais tarde e muitos pais não gostam *disso*.

5. Texto produzido por um aluno do 5º ano do ensino fundamental

Analisaremos, agora, os recursos de referenciação e progressão referencial que se manifestam no texto e suas possíveis intenções discursivas, partindo obviamente do princípio de que o autor de um determinado texto não faz suas escolhas de forma aleatória, mas, sim, com objetivos específicos, ainda que não marcados na superfície textual.

Percebemos, inicialmente, que o produtor do texto faz uso da forma pronominal “eles” que se caracteriza, no contexto, como catáfora, ou seja, uma remissão para frente, já que o pronome não antecipa o tema que será desenvolvido no texto, causando possivelmente um suspense no interlocutor do discurso. Eles quem? José e Pedro? Os homens? Os empregos? Quem realmente? O interlocutor só tem essa informação após a leitura do primeiro parágrafo.

Neste parágrafo, constatamos que o texto dissertativo em foco aborda a temática: “os programas não educativos da TV brasileira”. *Os programas não educativos* são retomados outras vezes no decorrer do texto pelos referentes: os *Reality Shows*; o *Big Brother*. Essas formas de retomada caracterizam a progressão referencial, já que o locutor do discurso tem como objetivo mostrar que *realitys shows* são programas não educativos como, por exemplo, o *Big Brother*.

Ao analisarmos o terceiro parágrafo da dissertação, verificamos que o referente principal *Big Brother* é retomado por: *um jogo*, *um vício* e *ele*. As formas nominais *jogo* e *vício* marcam características diretas do programa, isto é, os participantes estão em busca de ganharem o prêmio de um milhão de reais e os telespectadores não se preocupam com outra coisa, senão a vida alheia. Já forma pronominal *ele* tem um caráter anafórico, pois se refere a um elemento linguístico já presente no texto. O fato em questão repete, ainda, no parágrafo, quando *telespectadora* recupera *Gabriela Pillonetto*.

No trecho “Muitos adolescentes sonham em entrar na casa mais vigiada do Brasil”. Para *alguns*, esse grande sonho se realiza, para *outros* talvez não”, averiguamos que os pronomes indefinidos *alguns* e *outros* se referem claramente a uma parcela dos adolescentes, demonstrando, mais uma vez, que a função anafórica dos pronomes se manifesta no texto.

No penúltimo parágrafo, encontramos duas situações nas quais as referências são construídas por meio da elipse, ou seja, o sujeito está marcado no primeiro período, e não-marcado nas enunciações posteriores. Verificamos que no fragmento: “...foram criados outros, mas que não deram muito certo”, os verbos em destaque se referem diretamente aos *realitys shows*, construindo o que conhecemos como processo de referenciação. Ainda, encontramos apenas uma referência com caráter de numeração em: “Depois do primeiro *reality show*”, que recupera a construção *casa dos artistas*.

Averiguamos, no último parágrafo, que o termo *a mesma* faz uma tentativa de retomada de “a vida dos adolescentes”, ainda que a forma em negrito, não seja considerada um recurso tão polido às instâncias discursivas.

É perceptível que o texto se desenvolve por meio de ativações ancoradas, isto é, há a introdução de um novo objeto-de-discurso, baseando-se em algumas associações “com elementos já presentes no contexto ou no contexto sociocognitivo” (KOCH & ELIAS). Percebemos que na

elaboração da dissertação em estudo, o locutor discurso faz uma série de referências que caracterizam os *reality shows* como *um jogo, um vício, programa não educativo e na casa mais vigiada do Brasil*, e ainda, cita os programas *Big Brother* e *Casa dos Artistas* que são denominados: *reality shows*. As construções mencionadas fazem parte do contexto socio-cognitivo em que o programa “*Big Brother Brasil*” se desenvolve. Obviamente que os referentes citados no decorrer do texto buscam uma progressão textual mais significativa, pois não são empregados de forma aleatória.

6. Considerações finais

É inegável que o texto analisado tem uma série de falhas relacionadas aos aspectos gramaticais, mas ainda assim, podemos considerá-lo uma produção que contempla as questões de referência e progressão referencial, tendo em vista os recursos linguísticos adotados pelo locutor do discurso. Cabe ressaltar que textos de outros alunos do 5º ano apresentaram ausência de referência e progressão referencial (embora não façam parte do estudo), sendo que receberam a mesma proposta de produção textual. Torna-se evidente, então, que o docente necessitará repensar alguns pontos relacionados ao ensino/aprendizagem dos elementos linguísticos. Nossa proposta de análise faz um recorte das produções textuais do 5º ano, em que as questões de referência e progressão referencial se manifestam com um certo êxito.

Faremos um fecho geral desse esboço, lembrando aos leitores que nosso foco se pauta em discutir a *linguagem como forma de interação*, e como esta se manifesta em uma perspectiva enunciativa na escola e, principalmente, nos textos produzidos em sala de aula. É significativo explicitar que apenas construímos um recorte sobre as concepções que perpassam o texto, a interface leitura e escrita, além é claro, dos aspectos de referência e progressão referencial. Entendemos que esses pontos se interligam, sendo praticamente impossível abordá-los de forma isolada. O que nos motiva a continuar o processo investigativo de ensino/aprendizagem de língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHINOV, Valentin Nikolae-
vich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec,
1992.

BRAIT, Beth. Enunciação e intersubjetividade. *Letras*, Santa Maria, vol.
33, p. 37-50, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11922/7343>>

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
*Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino
fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. São Paulo; Martins
Fontes, 1993.

_____. (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

_____; CITELLI, Beatriz. (Orgs.). *Aprender e ensinar com textos de
alunos*, vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Ler e escrever: estratégias de produ-
ção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. A referenciação como construção sociocognitiva: o caso dos ró-
tulos. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 16, p. 200-213, 2008.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Práticas discursivas, gêneros
do discurso e textualização. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, vol.
XXXV, p. 138-145, 2006.

_____. Formação do professor e representações sociais de lingua(gem):
por uma linguística implicada. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 1,
p. 439-449, 2006.

ZANINI, Marilurdes. Uma visão panorâmica da teoria e da prática do en-
sino de língua materna. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, n. 21,
vol. 1, p. 79-88, 1999.

**USOS DO CONECTOR MAS EM INTERAÇÃO FACE A FACE:
CATEGORIA RADIAL DE ESQUEMAS DE FORÇA**

Naira de Almeida Velozo (UERJ)
naira_velozo@yahoo.com.br

RESUMO

Análise de ocorrências do conector "mas" em uma sessão de mediação, com vistas a apresentar uma proposta de descrição semântico-cognitiva do conector em interações verbais espontâneas, baseada na teoria dos protótipos (ROSCH, 1973, 1978) e nos conceitos de esquema imagético (CROFT e CRUSE, 2004) e modelos cognitivos idealizados (LAKOFF, 1987). Postula-se que os esquemas imagéticos de FORÇA são bases cognitivas estáveis que explicam os usos do conector e, por conseguinte, criam uma categoria radial cujos membros prototípicos apoiam-se no esquema de FORÇA CONTRÁRIA, enquanto os mais periféricos são fundamentados pelo esquema de DESEQUILÍBRIO, o que demonstra a manutenção do conceito de força em toda a categoria e a diminuição gradual da noção de oposição.

Palavras-chave: Conector *mas*. Categorização. Esquemas imagéticos.

1. Considerações iniciais

Neste estudo qualitativo, objetiva-se apontar análises de usos do conector "mas" em um *corpus* de mediação, bem como resultados obtidos a partir da análise integral desse *corpus* nas pesquisas de Naira de Almeida Velozo (2012, 2015)²⁵, a fim de propor uma descrição semântico-cognitiva do conector, com base, sobretudo, em duas formulações teóricas caras à *linguística cognitiva: teoria dos protótipos* (ROSCH, 1973, 1978) e *esquemas imagéticos* (CROFT e CRUSE, 2004). Pretende-se, especificamente, propor uma descrição do conector como uma categoria radial formada a partir de quatro esquemas de força: FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO e DESEQUILÍBRIO.

²⁵Os dados apresentados neste trabalho encontram-se na transcrição elaborada a partir da gravação de um caso de mediação que integra o projeto de pesquisa "Contextos de intervenção de terceiras partes em situação de conflito" (projeto SHA – APQ 2129, FAPEMIG) do Prof. Dr. Paulo Cortes Gago. Tal transcrição foi utilizada como *corpus* da dissertação intitulada *Os esquemas de força e a metáfora da guerra: uma análise sociocognitiva dos usos do mas em mediação* e da tese nomeada *Usos de mas+cláusula no gerenciamento da conversa: uma proposta de descrição semântico-cognitiva*.

O estudo partiu das seguintes hipóteses: (i) no gênero analisado, os usos do conector "mas" são fundamentados por esquemas imagéticos de FORÇA; (ii) o esquema de FORÇA CONTRÁRIA fundamenta os usos mais nucleares ou prototípicos desse conector na interação; e (iii) os usos não prototípicos afastam-se do núcleo da categoria em diferentes graus, conforme mantenham a noção de força, mas distanciem-se do sentido de contrariedade.

Espera-se colaborar com o estudo dos usos do conector "mas" no Português Brasileiro, devido à observação do comportamento semântico-cognitivo do conector em um *corpus* de interação face a face e à escolha do paradigma adotado, que permite abarcar, no objeto de estudo, tanto usos interfrásticos quanto ocorrências como inícios acessórios de um turno de fala.

A fim de cumprir com os objetivos deste artigo, na primeira seção, retomam-se alguns pressupostos da linguística cognitiva; na segunda, revisam-se postulados da teoria dos protótipos; na seção seguinte, apontam-se formulações teóricas sobre os conceitos de esquema imagético e modelos cognitivos idealizados relevantes para a análise pretendida; e na quarta, explicita-se a metodologia adotada e algumas análises de dados do *corpus* selecionado, assim como resultados encontrados por Naira de Almeida Vellozo (2012, 2015). Por fim, expõem-se considerações que apontarão caminhos para o desenvolvimento dessa proposta de descrição semântico-cognitiva do conector “mas”.

2. Linguística cognitiva: pressupostos teóricos

A linguística cognitiva, como se afirma reiteradamente, não constitui um corpo teórico unificado e claramente delimitado, ao invés disso, o arcabouço cognitivista resulta de um conjunto de posições teóricas convergentes. A união dessas posições parte da “hipótese da motivação conceptual da gramática”, segundo a qual a estrutura léxico-gramatical das línguas naturais reflete, em alguma medida, a estrutura do pensamento. Em vista disso, assume-se que a representação do conhecimento do mundo não é fundamentalmente diferente da representação semântica e que os processos cognitivos gerais, como mecanismos de categorização e de atenção, motivam os fenômenos gramaticais.

No âmbito da linguística cognitiva, a construção da significação referente ao universo cultural leva em conta a captação dos dados da ex-

periência. Sendo assim, uma das hipóteses centrais dessa abordagem é que as experiências humanas mais básicas, as quais se estabelecem a partir do corpo, fornecem as bases dos sistemas conceptuais humanos. O pensamento é compreendido, portanto, como corporificado, uma vez que sua estrutura e sua organização estão associadas diretamente à estrutura do corpo, assim como às restrições humanas de percepção e de movimento no espaço.

Tendo em vista esses pressupostos, assume-se que o significado é uma construção mental em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais. Dessa forma, acredita-se que as palavras não contêm significados, mas orientam a construção desses.

Na próxima seção, apresentam-se fundamentos da teoria dos protótipos, os quais se relacionam às noções de *perspectiva* e de *categorização* e *recategorização*.

3. Teoria dos protótipos

Antes de revisar, especificamente, considerações basilares acerca da teoria dos protótipos, é preciso tratar de um processo essencial em relação à linguagem, o processo de categorização, através do qual se agrupam entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares etc.) em classes específicas. As estratégias de categorização estão intimamente relacionadas à capacidade humana de memória, assim, percebe-se que se agrupam objetos em categorias para falar do mundo, mas não se cria um número infinito de categorias, pois isso acarretaria sobrecarga em termos de processamento e armazenamento de informações.

De acordo com o modelo clássico de categorização, para que um elemento pertença a uma categoria, deve possuir todos os atributos definidores dessa. Os membros da categoria “ave”, por exemplo, devem “ter bico”, “ter duas asas”, “ter dois pés”, “ter penas”, “poder voar” e “colocar ovos”. Desse modo, enquanto gaivotas e pardais seriam indiscutivelmente membros da categoria “ave”, pinguins precisariam ser excluídos dessa categoria, por possuírem asas atrofiadas com função de nadadeira e não possuírem pena.

Charles J. Fillmore (1975), em um exemplo bastante difundido sobre o termo inglês *bachelor* (“solteirão”), questiona o modelo clássico

de categorização, argumentando que a decomposição do item lexical com base nos traços [+MACHO], [+ADULTO], [-CASADO] não é suficiente para descrever o sentido da palavra. De acordo com Charles J. Fillmore, a definição do termo requer referência a um domínio cognitivo específico, denominado *frame*, que reúne conhecimento compartilhado acerca das expectativas socioculturais relacionadas à idade apropriada para o casamento. É a relativização do termo a esse domínio cognitivo específico que explica o fato de que a palavra não é adequada para nomear o Papa, ou um personagem que viva nas selvas, como o Tarzan, ainda que esses indivíduos compartilhem os traços mencionados. Dessa forma, percebe-se que não há um traço compartilhado por todos os membros da família, mas um conjunto de traços que permite compartilhamentos parciais, assim como não há um traço definidor das categorias em geral.

As investigações iniciais de Eleanor H. Rosch (1973, 1978), no âmbito da psicologia, tiveram grande influência nos questionamentos ao modelo clássico de categorização. Essas investigações pretendiam explorar a base psicológica das cores focais, para determinar se tais cores partiam da linguagem ou da cognição pré-linguística. Os resultados indicaram que as cores focais pareciam ter saliência cognitiva particular, provavelmente de forma independente da linguagem, e pareciam refletir certos aspectos fisiológicos dos mecanismos perceptuais do ser humano. Esses resultados motivaram Eleanor H. Rosch a estender a noção de foco, ou *protótipo*, para além da categoria cromática, ou seja, para domínios como formas, organismos e objetos.

A fim de demonstrar que todos os tipos de entidades são organizados em termos de categorias prototípicas cujos limites não são nítidos, uma das investigações de Eleanor H. Rosch (1973, 1978) partiu dos julgamentos de estudantes universitários acerca das seguintes categorias: fruta, mobília, veículo, arma, legume, ferramenta, ave, esporte e brinquedo. Os estudantes deveriam julgar se os itens apresentados eram bons exemplos das categorias indicadas e, a partir de tais julgamentos, sugeriu-se a existência de efeitos prototípicos. Cadeiras, sofás, mesas e camas, por exemplo, foram indicados como mobília e, logo, como protótipos. No entanto, cinzeiros, rádios, relógios e vasos foram considerados exemplos periféricos dessa categoria.

Entre protótipos e fronteiras categoriais, há membros intermediários, organizados em uma escala de prototipicidade. A organização categorial envolve desde representantes mais centrais, com similaridade suficiente ao protótipo, até representantes muito periféricos, que apresentam

poucos traços em comum com o núcleo categorial. Segundo Lilian Vieira Ferrari (2011), na categoria “ave”, por exemplo, o membro “sabiá” ocupa o núcleo prototípico, uma vez que possui o maior número de traços encontrados em outros membros dessa categoria: “ter bico”, “ter duas asas”, “ter dois pés”, “ter penas”, “poder voar” e “colocar ovos”. Já o “avestruz” apresenta quase todos os traços definidores da categoria, com exceção de um, “poder voar”, e encontra-se, portanto, um pouco afastado do protótipo. E o “pinguim” compartilha apenas três traços com os demais – “ter bico”, “ter dois pés” e “colocar ovos” –, ficando mais próximo à fronteira categorial. Deve-se ter em vista, entretanto, que nem sempre a avaliação de similaridade toma o protótipo como referência, posicionando os membros da categoria em função do grau de compartilhamento de atributos abstratos e independentes do elemento central.

Eleanor H. Rosch (1999) afirma que as categorias prototípicas podem ser formadas com base nos seguintes critérios: frequência estatística, calculada em termos do número ou média de vários atributos (em estruturas do tipo semelhança familiar); ideias salientes por força de fatores fisiológicos, como boa forma e cor focal; objetos específicos, como a categoria “comidas para dieta”, que tem como ideal a proximidade a zero caloria; ou experiência individual, em que o ideal se torna saliente em função do significado emocional.

É importante ressaltar ainda que o exemplar mais prototípico de uma categoria também pode depender do contexto, e os membros centrais dependentes do contexto podem ser diferentes dos protótipos não contextualizados. A fim de se compreender melhor essa relação do protótipo com o contexto, na seção seguinte, apresentam-se algumas bases estáveis de conhecimento sociocognitivo.

4. Bases estáveis de conhecimento sociocognitivo

Nesta seção, retomam-se formulações acerca de duas bases estáveis de conhecimento advindas da cognição e da cultura, os *modelos cognitivos idealizados* (4.1) e os *esquemas imagéticos* (4.2), as quais serão aplicadas à análise.

4.1. Modelos cognitivos idealizados

As estruturas de conhecimento armazenadas na memória permanente exercem um papel fundamental na construção do significado. São

essas estruturas que permitem explicar por que a interpretação envolve mais informação do que aquela codificada na forma linguística, por exemplo, entende-se que “estacionamento rotativo” não é um estacionamento giratório.

Para pensar a construção do significado a partir da linguagem, diferentes vertentes da linguística cognitiva buscam desenvolver conceitos que reflitam as estruturas de conhecimento subjacentes à linguagem. Assim, a partir das noções inter-relacionadas de *frame* e modelo cognitivo idealizado, objetiva-se descrever estruturas cognitivas permanentes e estáveis, associadas ao armazenamento de conhecimento culturalmente compartilhado.

A semântica de frames, abordagem desenvolvida por Charles Fillmore, estuda a estrutura semântica dos itens lexicais e construções gramaticais. O termo *frame* refere-se a um sistema estruturado de conhecimento, organizado a partir da esquematização da experiência e armazenado na memória de longo prazo.

Charles J. Fillmore argumenta que o significado das palavras é subordinado a *frames*. Dessa forma, a interpretação de uma palavra, ou de um conjunto de palavras, depende do acesso a estruturas de conhecimento que relacionam elementos e entidades associados a cenas da experiência humana, considerando-se as bases físicas e culturais dessa experiência, como se observa a partir da expressão “fim de semana”. Charles J. Fillmore (1982) explica que, para se compreender tal expressão, precisa-se acionar o *frame* de “calendário cíclico”, definido a partir de fenômenos naturais (a sucessão de dias e noites) e convenções culturais (a semana de sete dias e a divisão entre dias de trabalho e dias de descanso). A partir dessa base conceptual, o termo destaca os dois dias reservados para descanso do trabalho, o 7º dia de uma semana (sábado) e o 1º dia de outra (domingo), e não os dias finais da semana (6º e 7º), como se interpretaria por meio de uma leitura literal da expressão.

Percebe-se que a ideia de *frame* traz implicações ao entendimento de noções como *significado* e *conceito*, pois desafia a suposição de que os conceitos sejam termos objetivos com base no estabelecimento de listas de traços semânticos, na medida em que rejeita a visão de significado como *entidade* e propõe o tratamento do significado como *função*.

Ao associar a noção de *frame* a processos de categorização, George Lakoff (1987) desenvolveu o conceito de modelo cognitivo idealizado, definindo-o como um conjunto complexo de *frames* distintos. Em ou-

tros termos, os modelos cognitivos idealizados podem ser considerados “representações cognitivas estereotipadas” (ALMEIDA *et al.*, 2009, p.25).

Os modelos cognitivos idealizados apresentam efeitos prototípicos, definidos como efeitos emergentes da interação de um dado esquema com outros. De acordo com George Lakoff (1987), o fato de as representações culturais serem idealizadas e, portanto, simplificadas em relação ao mundo real está na base da existência de efeitos prototípicos. Para ilustrar esse tipo de efeito, retoma-se um exemplo clássico discutido por Charles J. Fillmore (1982), a categoria definida pela palavra inglesa *bachelor* (“solteirão”).

O termo *bachelor*, a princípio, pode ser atribuído a um homem adulto não casado. Contudo, Charles J. Fillmore esclarece que esse nome só existe para categorizar pessoas em uma sociedade em que certas expectativas sobre casamento se mantêm. Devido a isso, tal termo não é usado, por exemplo, para fazer referência ao Papa ou ao Tarzan – que atingiu a maturidade na floresta, sem contato com a sociedade –, embora esses indivíduos sejam homens adultos e não casados. Assim, percebe-se que *bachelor* só é adequadamente definido em relação a um modelo cognitivo idealizado no qual há uma sociedade que prevê casamentos monogâmicos e uma idade apropriada para a realização dessa celebração. Nota-se ainda que esse termo se fundamenta em um modelo idealizado e, em função disso, não considera a existência de padres, casais estáveis não casados, homossexuais, polígamos etc.

De acordo com George Lakoff, esquemas imagéticos podem atuar como um princípio estruturante na composição de um modelo cognitivo idealizado, ou seja, podem fundamentar a estrutura conceptual dos modelos cognitivos idealizados. A experiência do “espaço”, por exemplo, é estruturada, em grande parte, com base nos esquemas imagéticos de ORIGEM-TRAJETO-DESTINO, CONTÊINER, PARTE-TODO, FRENTE-TRÁS, CIMA-BAIXO.

Na próxima subseção, aborda-se mais detalhadamente o conceito de esquema imagético.

4.2. Esquemas imagéticos

Os esquemas imagéticos costumam ser definidos como versões esquemáticas de imagens, concebidas como representações de experiên-

cias corporais, tanto sensoriais quanto perceptuais, da interação do homem com o mundo. Gibbs e Colston Raymond W.; COLSTON, Herbert L. (1995) conceituam esquemas imagéticos como *gestalts* experienciais que emergem a partir da atividade sensório-motora, conforme se manipulam objetos, orienta-se espacial e temporalmente e se direciona o foco perceptual com diferentes propósitos. Assim, os esquemas imagéticos são considerados “representações dinâmicas análogas de relações espaciais e movimento no espaço” (GIBBS e COLSTON, 2006, p. 30).

Raymond W. Gibbs e Herbert L. Colston (2006) enfatizam que, apesar de os esquemas imagéticos derivarem de processos perceptuais e motores, não são processos sensório-motores. Ao invés disso, tais esquemas são meios primários, imaginativos e não-proposicionais, pelos quais se constitui ou se organiza a experiência, e não meros receptáculos passivos, nos quais a experiência é depositada.

Os esquemas imagéticos existem transversalmente a todas as modalidades de percepção, promovendo a coordenação sensório-motora da experiência humana. Dessa forma, tais representações dinâmicas são visuais, auditivas, táteis e sinestésicas ao mesmo tempo e recriam padrões esquemáticos que refletem domínios, como CONTÊINER, TRAJETÓRIA e BLOQUEIO, responsáveis pela estruturação da experiência ancorada no corpo. Ilustram-se, respectivamente, os esquemas referentes aos domínios citados na Figura (1).

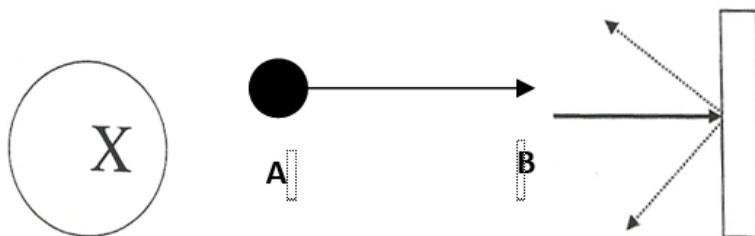


Figura 1 - Representação dos esquemas CONTÊINER, TRAJETÓRIA e BLOQUEIO

É importante ressaltar que os esquemas imagéticos não são conceitos detalhados, mas abstratos, consistindo de padrões que emergem de instâncias repetidas da experiência de base corpórea. O esquema do CONTÊINER, por exemplo, resulta da experiência do homem com esse tipo de

objeto, que propicia o uso de expressões que indicam movimento para dentro ou para fora, como ilustram os exemplos “O barco navegou para dentro do túnel” e “Ele jogou o lixo fora”. (FERRARI, 2011, p. 87)

O conceito de esquema imagético tem se revelado extremamente produtivo em relação à descrição gramatical, conforme atesta o estudo de Eve Sweetser (1990) sobre a polissemia dos verbos modais em inglês. A autora expõe uma alternância regular entre a modalidade raiz, ligada ao domínio sociofísico, e a modalidade epistêmica desses verbos, associada aos processos de raciocínio, como se observa a partir dos exemplos²⁶ a seguir:

- (1) a. John may go.
b. John may be there.
- (2) a. You must come home by ten. (Mom said so.)
b. You must have been home last night.

Sweetser (1990) apresenta uma explicação unificada para os usos ligados ao domínio sociofísico (1a e 2a) e para os usos epistêmicos (1b e 2b), em função dos esquemas imagéticos subjacentes a tais ocorrências.

Tendo em vista que as ocorrências de “may” são fundamentadas por um esquema que codifica a experiência física de ausência de barreiras, verifica-se uma extensão do sentido sociofísico de (1a) – não há nenhuma barreira física ou social que impeça a ida de João – para a modalidade epistêmica de (1b) – não há nenhuma evidência que me impeça de concluir que João está lá. Já os usos de “must” são fundamentados pelo esquema da COMPULSÃO, que representa a aplicação de uma força externa que provoca o deslocamento de um objeto. Assim, em (2a), entende-se que existe uma força (social) que obriga o interlocutor a quem a frase é dirigida a voltar por volta das dez horas, enquanto, em (2b), compreende-se que existe uma evidência que obriga o emissor da frase a concluir que o interlocutor da frase (“You”) esteve em casa na noite anterior.

Observa-se, portanto, que a noção de esquema imagético ancora diversos usos linguísticos que refletem a experiência corpórea dos seres humanos no espaço físico e que tal noção também sustenta projeções en-

²⁶Os trechos correspondentes na tradução são: “João pode ir.” e “João pode estar lá.”; “Você deve voltar para casa por volta das dez. (Diz a mãe.)” e “Você deve ter estado em casa na noite passada”.

tre domínios conceituais características de usos metafóricos. Devido a essa funcionalidade dos esquemas imagéticos, tal formulação teórica é fundamental para a análise pretendida, a qual se baseia em um inventário de esquemas imagéticos de força formulado por Croft e Cruse (2004, p. 45), que compreende os esquemas de EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSAÇÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO e ATRAÇÃO.

Nos dados analisados, encontraram-se usos do "mas" fundamentados nos esquemas de FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO e DESEQUILÍBRIO, acerca dos quais serão tecidas maiores considerações na seção de análise.

5. Conector "mas": categoria radial de esquemas de força

A análise partirá de excertos que compõem a transcrição da primeira sessão de um caso de mediação desenvolvido em paralelo a um processo de regulamentação de visitas. Tal sessão ocorreu no dia 29 de maio de 2007, na Vara de Família do Fórum de uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. No processo, contemplava-se a possibilidade de o pai, o requerente, encontrar-se com os filhos, Vitor e Íris, com mais frequência, não apenas a cada quinze dias durante os finais de semana, conforme fora estabelecido. A gravação dessa sessão totalizou 45 minutos de conversa, os quais foram transcritos de acordo com o procedimento da análise da conversa etnometodológica e com as convenções de transcrição desenvolvidas por Gail Jefferson, estabelecidas em Harvey Sacks, Emanuel A. Schegloff e Gail Jefferson (2003).

Na entrevista de mediação, utilizam-se pseudônimos para identificar os participantes. Em vista disso, verifica-se a seguinte distribuição: Sônia, assistente social, é a mediadora da sessão; Amir é o requerente do processo de pedido de regulamentação de visita; Flávia é a requerida; e Vitor e Íris são filhos de Amir e Flávia, os quais são divorciados.

Os dados apresentados nesta seção, bem como parte das análises, encontram-se nos trabalhos de dissertação e tese de (2012, 2015). Nessas pesquisas, dos 101 usos do conector verificados na sessão de mediação, analisaram-se 71, pois foram excluídas ocorrências em que não houve tomada efetiva de turno, mesmo que momentaneamente; em que houve interrupção da fala após o uso do conector "mas"; e ocorrências que se encontram em trechos cuja transcrição foi impossível. Nesta análise, descrevem-se cinco desses usos, a partir dos esquemas de força que os fun-

damentam, e, posteriormente, demonstra-se como as 71 ocorrências foram categorizadas.

As primeiras duas ocorrências do conector, analisadas a partir dos excertos (1) e (2), fundamentam-se no esquema de FORÇA CONTRÁRIA. Postula-se que o uso do conector é baseado nesse esquema quando a noção física de forças em direções opostas é transposta para a noção de argumentos ou ideias contrárias. É válido ressaltar que o contraste ou a oposição pode ocorrer de forma explícita, mais marcada linguisticamente, ou de forma implícita, quando o falante se opõe a um subentendido da fala do interlocutor. O uso do conector fundamentado pelo esquema de FORÇA CONTRÁRIA pode ainda evidenciar uma oposição a uma expectativa inferida do primeiro membro coordenado, um contraste entre suposições ou uma manifestação de contrariedade em relação a uma hipótese levantada pelo interlocutor.

Excerto (1)

Flávia: o::lha na perícia uma pessoa que tava lá dentro viu você sendo segurado pelo braço com teu pai pra fazer a perícia, o teu pai teve que te ajudar a sentar, eu quero saber se isso é uma encenação pra perícia ou se você [fica assim. *mas é isso que eu quero sabe:::::r*

Amir: [não vou ficar discutindo. eu na-, eu não to em questionamento

Na narrativa do primeiro turno de fala, Amir é apresentado sem controle de seus movimentos. Posteriormente, a pergunta *eu quero saber se isso é uma encenação pra perícia ou se você [fica assim*. compromete a imagem de Amir, uma vez que a interrogativa alternativa pressupõe a disjunção de suas respostas, a saber: *Amir perde o controle dos movimentos* ou *Amir se beneficia da própria doença*. Assim, a sentença *[não vou ficar discutindo. eu na-, eu não to em questionamento* funciona como uma estratégia evasiva para redirecionar o encaminhamento discursivo, já que Amir se nega a discutir o tópico em questão. Dessa forma, o uso do "mas" em *mas é isso que eu quero sabe:::::r* constrói uma oposição à negação de Amir, na tentativa de manter o direcionamento da conversa.

Verifica-se, portanto, que o domínio sociofísico de FORÇA CONTRÁRIA estrutura a oposição de ideias em nível conversacional, uma vez que as cláusulas relacionadas pelo "mas" atuam em direções opostas, pois uma tende ao encerramento e outra à continuação de um mesmo tópico.

Excerto 2

Flávia: então ta. então vamos lá. ele não pode trabalhar *mas* ele pode ficar com a criança, ta, ta certo.

Sônia: ta certo. Hunhum

Para defender a visão de que Amir não deve passar mais tempo com os filhos, além daquele já estabelecido, Flávia retoma as ideias de Sônia contrastando-as por meio do conector. Assim, tal conector cria uma relação de oposição entre o *frame* ativado por “trabalhar”, em que se cancelam elementos do modelo cognitivo idealizado de Amir que funcionariam como condições para o trabalho, e o *frame* ativado por “ficar com”, que, nesse contexto, representa “cuidar de”, “tomar conta de”, em que Amir teria condições de se responsabilizar pelos filhos.

Flávia manifesta a crença de que as condições para trabalhar e para cuidar de crianças seriam iguais, dessa forma, a medianda opõe o modelo cognitivo idealizado de Amir que não inclui tais exigências a outro modelo cognitivo idealizado de Amir que as inclui. Logo, nota-se que as cláusulas coordenadas pelo conector “mas” operam em nível epistêmico, já que a contrariedade é gerada por desigualdade de elementos nos modelos cognitivos idealizados de Amir. Nesse caso, o domínio sociofísico de FORÇA CONTRÁRIA estrutura metaforicamente o domínio epistêmico de contrariedade.

O excerto seguinte evidencia uma ocorrência do conector fundamentada pelo esquema de BLOQUEIO. Acredita-se que conectores são fundamentados por tal esquema quando a noção da existência de uma barreira física, removível ou não, que impede a continuação de um movimento, é abstratizada, ou seja, transferida para a ideia de uma interrupção na argumentação do interlocutor devido à tomada de turno por outro participante da interação ou devido à mudança de assunto pelo próprio falante, no caso de uma retomada. Assim, a noção de bloqueio permite que se conceptualize o argumento introduzido pelo conector como uma força que dificulta a continuação da argumentação do participante que detém a posse do turno ou que impede a continuação de um mesmo assunto.

Considera-se que o BLOQUEIO é mais difícil de ser removido quando a interrupção da fala de um interlocutor deve-se à introdução de um argumento mais forte por outro participante da interação ou quando há uma tentativa de encerramento do assunto. Já quando ocorre uma tentativa de tomada de turno, entende-se que o bloqueio é de fácil remoção.

Além disso, os dados analisados por (2012, 2015) demonstram que os argumentos baseados em fatos são conceptualizados como bloqueios de difícil remoção, enquanto aqueles baseados em opiniões são entendidos como de fácil remoção.

Excerto 3

Sônia: realmente dona:: flávia, uma das características da síndrome do pânico e da depressão, seu amir tem uma coisa e outra meio misturado, né. é isso exatamente, desse dessa embotamento, né. dessa tristeza,=

Flávia: =e isso não afeta. uma criança estando junto. o psicológico do meu filho como é que fica.

Sônia: provavelmente sim. *mas* esse é o pai do vitor.

A pergunta expressa no turno de fala de Flávia gera, pressuposicionalmente, a asserção de que o estado de saúde de Amir afeta Vitor psicologicamente. A construção dessa asserção funciona como um argumento contrário à ideia de Amir passar mais tempo com o filho. Desse modo, por meio da primeira sentença coordenada em seu último turno de fala, Sônia ativa uma possibilidade no discurso, que se alinha à argumentação de Flávia, para, posteriormente, fazer uma asserção, ativada pelo uso de *mas*(*cláusula*), que opera como um argumento contrário, mais forte que os anteriores, ao encaminhamento argumentativo, por estar apoiado no modelo cognitivo idealizado de paternidade biológica, o qual inclui o direito de pai e filho estarem juntos. Portanto, o uso do conector representa um obstáculo de difícil remoção, em nível epistêmico, em relação ao encaminhamento argumentativo, ou seja, um impedimento à tentativa de manipulação dos estados mentais de Sônia e Amir, realizada por Flávia, a fim de levá-los a concordar com a tese de que Vitor não deve passar mais tempo com o pai.

No próximo excerto, verifica-se uma ocorrência do conector baseada no esquema de RESTRIÇÃO. Conectores são fundamentados por esse esquema quando a noção de força física que limita um movimento é abstratizada. Tal noção física, desse modo, pode ser transportada para a noção de força social ou argumentativa que limita determinado argumento. Assim, segundo (2012, 2015), os usos do "mas" fundamentados no esquema de RESTRIÇÃO podem ser conceptualizados como uma força que especifica uma ideia ou que restringe o foco de atenção ou a opinião negativa do interlocutor. Além disso, tal conector

pode introduzir uma condição, que é compreendida como uma restrição à vontade do outro participante ou como uma ressalva.

Excerto 4

Sônia: nem me lembro mais quem é o requerente desse processo, quem é que começou, *mas* é que veio pedir ao juiz, botou a VIDA pro juiz pro juiz decidir. pediu o juiz decide.

No início do trecho, Sônia faz uma asserção em que não é apresentado um valor para o papel “requerente”. Tal afirmação é relacionada no discurso, por meio do conector “mas”, a um discurso relatado, em que o requerente dá ao juiz o poder de decidir sobre a vida das partes. Dessa forma, Sônia restringe o foco de atenção da conversa ao poder conferido ao juiz e anula a importância do requerente. Entende-se, portanto, que o uso do conector se apoia em um esquema de RESTRIÇÃO, porque tal conector funciona como uma força, em nível epistêmico, que restringe o foco de atenção dos interlocutores ao segundo membro coordenado, desviando, assim, a atenção da entidade “requerente” para a entidade “juiz”.

Vale ressaltar que essa estratégia de restrição foi importante argumentativamente, nessa etapa da conversa, pois, logo após o trecho acima, a mediadora esclarece a importância das sessões de mediação para que as partes decidam por si mesmas as questões que seriam levadas ao juiz, o que corrobora a ideia de que o conector que atua como um elemento de restrição funciona cognitivamente como um mecanismo de alteração de foco.

A última ocorrência analisada fundamenta-se no esquema de DESEQUILÍBRIO, já que há uma transferência da noção de forças físicas em desequilíbrio para a noção de ideias ou argumentos com diferentes níveis de importância.

Salienta-se que o argumento mais forte pode ser explicitado tanto no primeiro quanto no segundo membro da coordenação e que, quando o segundo membro apresenta um grau de importância menor, essa diferença costuma ser lexicalizada.

Excerto 5

Sônia: E ele at-, ela né. ela até é: pediu aqui pra nós, pro processo vir pra cá

pra nós, é é o assistente social e a psicóloga conhecerem ma:is e darem um pouco mais de informação, né. MESmo assim, é MUItto mais interessante que os próprios envolvidos decidam sobre a SUA vida, SUAS vidas, né.

Flávia: mais as crianças, né.

Sônia: no caso aqui muitO mais as vidas das crianças. *mas* que não há como negar que atinge diretamente a vida de cada um

A primeira cláusula coordenada pelo conector constrói uma asserção que funciona como uma concessão à tese de Flávia – é mais interessante que os envolvidos decidam sobre a vida da família; enquanto o uso do conector "mas" introduz uma segunda asserção que reforça a tese da mediadora – é mais interessante que os próprios envolvidos decidam sobre suas vidas. Logo, entende-se que o uso do conector é fundamentado pelo esquema de DESEQUILÍBRIO, pois há uma transferência da ideia de forças físicas em desequilíbrio para a noção epistêmica de argumentos com diferentes níveis de importância.

Nota-se que o argumento mais forte foi explicitado na primeira cláusula – *no caso aqui muitO mais as vidas das crianças* –, tanto através dos lexemas “muito” e “mais”, quanto por meio da ênfase acentuada na fala, representada pela letra maiúscula em “muitO”. Assim, o conector atribui força a uma importância secundária da mediação – *que os mediandos decidam sobre suas próprias vidas* –, a qual é lexicalizada por “não há como negar” na segunda cláusula coordenada: *que não há como negar que atinge diretamente a vida de cada um*.

As setenta e uma ocorrências do conector analisadas por (2012, 2015) encontram-se distribuídas da seguinte forma: 35 usos do conector baseiam-se no esquema de FORÇA CONTRÁRIA; 27, no esquema de BLOQUEIO; 7 ocorrências apoiam-se no esquema de RESTRIÇÃO; e 2 usos fundamentam-se no esquema de DESEQUILÍBRIO.

Com base na frequência de uso apresentada e tendo em vista que os protótipos variam em função dos gêneros discursivos analisados, propôs-se a configuração radial apresentada na Figura (2), em que os esquemas imagéticos são identificados por suas iniciais.

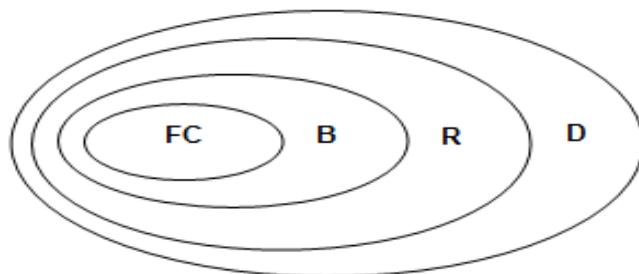


Figura 2 – Categoria radial dos usos do conector "mas"

De acordo com o diagrama, os usos do "mas" são distribuídos radialmente, partindo-se dos mais aos menos prototípicos. As ocorrências fundamentadas pelo esquema imagético de FORÇA CONTRÁRIA ocupam o núcleo da categoria e mantêm a noção básica de “oposição”, enquanto os elementos radiais distanciam-se dessa noção, conservando apenas a ideia de “força”. (2012, 2015) observa que os usos do "mas" apoiados pelo esquema imagético de FORÇA CONTRÁRIA atuam semântico-cognitivamente como construtores de oposições em nível epistêmico ou conversacional.

Já os usos que se apoiam no esquema de BLOQUEIO interrompem o encaminhamento discursivo devido a propósitos conversacionais (como tentativa de tomada de turno ou tomada de turno para inserção de retomadas, desfecho ou novo tópico) ou a propósitos argumentativos (como ajuste de foco entre os participantes da conversa quanto a um modelo cognitivo idealizado ou elemento de modelo cognitivo idealizado). Os usos de "mas" fundamentados no esquema de BLOQUEIO ainda invalidam a argumentação ou suposição de fundo evidenciada antes da ocorrência do conector. Dessa forma, considera-se que tais usos atuam no redirecionamento discursivo, ao alterarem o tópico ou o foco em relação ao modelo cognitivo idealizado da conversa. Portanto, conservam, de forma menos explícita, a noção de “oposição”.

Os usos apoiados no esquema de RESTRIÇÃO, por sua vez, perdem ainda mais o caráter de oposição, uma vez que limitam indiretamente uma argumentação pela introdução de ressalva ou condição; ou mesmo limitam o foco do discurso a uma entidade; ou ainda reduzem elementos do modelo cognitivo idealizado em que a conversa se apoia.

Por fim, os usos mais periféricos da categoria atuam somente em nível epistêmico, quando o objetivo do falante é contrastar um argumento

mais fraco e um mais forte ou um argumento em menor nível de importância e um em maior nível de importância, conservando-se apenas a noção de “força”.

Quanto à dimensão dialógica da conversa, ou seja, à organização interacional da discussão, que inclui objeção, defesa e refutação, nota-se que os dois tipos de uso mais próximos ao núcleo mantêm uma noção de oposição, já que os conectores fundamentados pelos esquemas de BLOQUEIO e RESTRIÇÃO representam uma resistência em relação à argumentação do interlocutor, pois os primeiros evidenciam uma tentativa de reencaminhamento discursivo, e os segundos, uma limitação à argumentação do outro.

Já os usos mais periféricos, baseados no esquema de DESEQUILÍBRIO, não sinalizam, diretamente, uma oposição a outro participante, mas representam um contraste entre as ideias do falante, com o intuito de sustentar uma posição argumentativa, operando, dessa forma, em relação à dimensão monológica da conversa, isto é, à harmonia entre a posição e a sustentação da argumentação.

6. Considerações finais

Os dados analisados por (2012, 2015) corroboram as hipóteses iniciais da pesquisa: no gênero analisado, os usos do conector "mas" são fundamentados por esquemas imagéticos de FORÇA; o esquema de FORÇA CONTRÁRIA fundamenta os usos mais nucleares ou prototípicos desse conector na interação; e os usos não prototípicos afastam-se do núcleo da categoria em diferentes graus, conforme mantêm a noção de força, mas distanciam-se do sentido de contrariedade.

Tendo em vista o objetivo nuclear desta explanação, apresentar uma proposta de descrição semântico-cognitiva dos usos do conector "mas" aplicável à análise de fala-em-interação que abarque tanto os usos do "mas" como conector interfrástico quanto como pré-começos ou inícios acessórios de um turno de fala, considera-se que o trabalho aponta uma proposta semântico-cognitiva incipiente de descrição dos usos do "mas" a partir da apresentação da categoria radial formulada por (2012, 2015).

Espera-se que essa proposta seja desenvolvida, posteriormente, por meio da ampliação do *corpus* a outros tipos de conversa, que permitam, por exemplo, analisar mais usos do conector fundamentados no es-

queima de RESTRIÇÃO e DESEQUILÍBRIO, os quais foram pouco encontrados nos dados da sessão de mediação, e, assim, chegar a maiores generalizações e a uma proposta que apresente ampla capacidade descritiva do conector conforme os preceitos da linguística cognitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de et al. *et al* (Orgs.). *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

CROFT, William; CRUSE, David Alan. *Cognitive linguistics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

FERRARI, Lilian Vieira. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FILLMORE, Charles J. An alternative to checklist theories of meaning. In: Cogen, C; Thompson, H; Thurgood, G; Whistler, K. (eds.). *Proceedings of the Berkeley Linguistic Society*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1975, p. 123-31.

_____. Frame semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 111-137.

GIBBS, Raymond W.; COLSTON, Herbert L. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. In: GEERAERTS, Dirk (ed.). *Cognitive linguistic: basic readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

ROSCH, Eleanor H. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, Timothy E. (ed.). *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press, 1973, p. 111-44.

_____. Principles of categorization. In: ROSCH, Eleanor H.; LLOYD, Barbara B. (Eds.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ; NY: Lawrence Erlbaum, 1978, p. 27-48.

_____. Reclaiming concepts. *Journal of Consciousness Studies*.

1999, 6, p. 61-77.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. Trad.: Maria Clara Castellões de Oliveira, Paulo Cortes Gago. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, vol. 7, n. 1 e 2, p. 11-43, jan./dez. 2003.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VELOZO, Naira de Almeida. *Os esquemas de força e a metáfora da guerra: uma análise sociocognitiva dos usos do mas em mediação*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. *Usos de mas+cláusula no gerenciamento da conversa: uma proposta de descrição semântico-cognitiva*. 2015. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas/Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

**AS ORAÇÕES COMPLEXAS
NA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO
FALADO NO BRASIL**

José Pereira da Silva (UERJ)
jpsilva@filologia.org.br



NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *A construção das orações complexas*. Coord.: Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2016. (Coleção Gramática do Português Culto Falado no Brasil, vol. V)

<http://www.editoracontexto.com.br>
contexto@editoracontexto.com.br

Incluído na coleção "Gramática do Português Culto Falado no Brasil", coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho, só agora saiu a edição deste quinto volume, apesar de já estarem publicados o sexto e o sétimo, completando-se a coleção planejada.

Para melhor contextualizar a obra que aqui se resenha, parece-nos importante dar uma síntese de toda a referida coleção, mostrando os sumários dos sete volumes, pela ordem numérica que lhes foi atribuída, da qual esta obra corresponde ao quinto volume:

I – A CONSTRUÇÃO DO TEXTO FALADO, organizado por Clélia Spinardi Jubran, com a contribuição de Clélia Spinardi Jubran (Introdução, Tópico discursivo e Parentetização); Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Especificidade do texto falado e Tematização e rematização); Luiz Antônio Marcuschi (Hesitação e Repetição); Maria Cecília Souza-e-Silva e Mercedes Canha Crescitelli (Interrupção); Leonor Lopes Fávero e Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade (O par dialógico pergunta-resposta e Correção); Luiz Carlos Travaglia (O relevo no processamento da informação); José Gaston Hilgert (Parafraseamento); Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Referenciação); Mercedes Sanfelice Risso, Giselle Machline de Oliveira e Silva e Hudinilson Urbano (Traços definidores dos marcadores discursivos); Mercedes Sanfelice Risso (Marcadores discursivos basicamente sequenciadores) e Hudinilson Urbano (Marcadores discursivos basicamente interacionais).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

2 – *A CONSTRUÇÃO DA SENTENÇA*, coordenado por Mary Aizawa Kato e Milton do Nascimento, com a contribuição de Mary Aizawa Kato e Carlos Miotto (A arquitetura da gramática); Mary Aizawa Kato, Jairo Nunes e Emilio Pagotto (Complementação); Rosane de Andrade Berlinck, Maria Eugenia Lammoglia Duarte e Marilza de Oliveira (Predicação); Maura Alves Freitas Rocha e Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (Adjunção); Maria Luiza Braga, Mary Aizawa Kato e Carlos Miotto (As construções-q no português brasileiro falado: relativas, clivadas e interrogativas) e Maria Luiza Braga e Milton do Nascimento (A interação entre adjuntos e discursivos na interface sintaxe-discurso).

3 – *PALAVRAS DE CLASSE ABERTA*, coordenado por Rodolfo Ilari, com a contribuição de Roberto Gomes Camacho, Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner e Sebastião Carlos Gonçalves (O substantivo), Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (O verbo e Advérbios verificadores); Esmeralda Vailati Negrão, Ana Müller, Gelza Nunes-Pemberton e Maria José Foltran (O adjetivo); Ataliba Teixeira de Castilho, Rodolfo Ilari, Maria Helena de Moura Neves e Renato Miguel Basso (O advérbio); Ataliba Teixeira de Castilho e Rodolfo Ilari (Advérbios predicadores) e Maria Helena de Moura Neves (Circunstanciais).

4 – *PALAVRAS DE CLASSE FECHADA*, organizado por Rodolfo Ilari, com a contribuição de Rodolfo Ilari (Introdução e As conjunções); Maria Helena de Moura Neves (Os pronomes); Maria Luiza Braga, Rodolfo Ilari, Roberta Pires de Oliveira e Renato Miguel Basso (Artigo definido); Ataliba Teixeira de Castilho (Demonstrativos); Célia Moraes de Castilho (Quantificadores indefinidos); Rodolfo Ilari, Ataliba Teixeira de Castilho, Maria Lúcia Leitão, Lou-Ann Kleppa e Renato Miguel Basso (A preposição).

5 – *A CONSTRUÇÃO DAS ORAÇÕES COMPLEXAS*, organizado pela Profa. Maria Helena de Moura Neves, com a contribuição de Erotilde Goreti Pezatti e Sanderléia Roberta Longhin (As construções coordenadas); Sebastião Carlos Gonçalves, Gisele Cássia de Sousa e Vânia Casseb-Galvão (As construções subordinadas substantivas); Maria Helena de Moura Neves e Maria Luiza Braga (As construções hipotáticas/adverbiais); Maria Helena de Moura Neves e Marize Dall'Aglio Hatther (As construções comparativas); e Marcelo Módolo (As construções correlatas).

6 – *A CONSTRUÇÃO MORFOLÓGICA DA PALAVRA*, organizado por Ângela Rodrigues e Ieda Maria Alves, com a contribuição de Ieda Maria

Alves (Derivação prefixal); Bruno Moroneze, Elis de Almeida Cardoso e Luciana Pissolato (Derivação sufixal); Elis de Almeida Cardoso (Composição); Mariângela da Araújo (Composição sintagmática, por siglas e acrônimos); Angela Rodrigues e Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos (Introdução [à morfologia flexional], Construção do vocábulo flexionado, Valores das formas verbais flexionadas do indicativo e Flexão e sintaxe: a concordância; Beatriz Nunes de Oliveira Longo (Auxiliaridade); Angela Rodrigues; Maria Célia Lima-Hernandes e Nilza Barrozo Dias (Correlação morfossintática de orações hipotáticas de finalidade e tempo) e Luiz Carlos Travaglia (Flexão verbal, texto e discurso).

7 – *A CONSTRUÇÃO FONOLÓGICA DA PALAVRA*, organizado por Maria Bernadete Marques Abaurre, com a contribuição de Leda Bisol (Sílabas [A sílaba e seus constituintes e Sândi vocálico externo] e Fonologia da nasalização); Dinah Maria Isensee Callou, João Antônio de Moraes e Yonne Leite (As vogais orais: um estudo acústico-variacionista, Consoantes em coda silábica: /s, r, l/ e Mapeamento dos processos); Maria Bernadete Marques Abaurre e Emilio Gozze Pagotto (Nasalização fonética e variação e Consoantes em ataque silábico: palatalização de /t, d/).

O quinto volume da coleção, que aqui temos a pretensão de resenhar, trata dos cinco tipos de construções oracionais, que são: as orações coordenadas, as orações subordinadas substantivas, as hipotáticas ou adverbiais, as comparativas e as construções de orações correlativas.

Parte-se, em todos os capítulos, das características gerais de cada um desses tipos de oração, seguindo-se um aprofundamento de suas análises, demonstrando essa realidade com exemplificação a partir do uso real da língua.

Pode-se garantir que ali se encontram "estudos aprofundados sobre os processos de construção que levam da oração simples à oração complexa" (última capa), que a gramática tradicional brasileira, alinhada com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, denomina de período composto por coordenação e período composto por subordinação.

Os autores não se alinham com exclusividade a uma corrente dos estudos linguísticos, mas, ao contrário, "têm acentuado a convivência de correntes teóricas diversas na produção das análises" (p. 8), utilizando considerações sociolinguísticas e operações mais específicas da linguística textual, assim como os recursos fornecidos pela semântica, "inclusive com apelo a relações lógicas" (2ª orelha) e à pragmática.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nas páginas 10 e 11 da "Introdução", a Profa. Maria Helena de Moura Neves resume os cinco capítulos do livro,

Sobre a construção das orações coordenadas (p. 13-68), Pezatti e Longhin, depois de caracterizarem esse tipo de construção, tratam da presença ou ausência de conectivos, analisando a natureza das unidades coordenadas assindéticas e, havendo conectivo explícito, a coerência semântica por ele estabelecida.

Sobre a construção das orações substantivas (p. 69-121), Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão também iniciam com a caracterização desse tipo de construção, restringindo a subordinação à identificação do ambiente sintático em que a oração se encaixa e, quanto à forma ou estrutura, tratando da ordem e formação das orações e da correlação temporal.

No terceiro capítulo (p. 123-166), Moura Neves e Braga conceituam as construções hipotáticas, separando as orações adverbiais da noção de dependência ou subordinação que se configura normalmente nas substantivas. Tratam detalhadamente de cada tipo de oração adverbial, examinando cuidadosamente as diferentes formas de construção que admitem.

No penúltimo capítulo, tratando das comparativas (p. 167-189), depois da caracterização geral desse tipo de construção, Moura-Neves e Hattner tratam dos diversos tipos de construção possíveis (correlativos ou não) e dos diferentes tipos de comparação.

Por fim, no último capítulo (p. 191-203), Marcelo Módolo trata dos diversos tipos de correlação (alternativa, comparativa, consecutiva, proporcional e hipotética), concluindo com o estudo dos aspectos formais da correlação.

Enfim, selecionando alguns dos mais dedicados e competentes estudiosos dos temas em questão, abonados por uma respeitável bibliografia, Maria Helena de Moura Neves e Ataliba Teixeira de Castilho nos apresentam as mais avançadas reflexões sobre a construção do período composto ou orações complexas, com o objetivo de servir como uma gramática de consulta aos que se dispõem "ao exercício intelectual de buscar respostas acerca da linguagem, tal como ela é" (p. 11).

Aos estudiosos do idioma e das teorias que sustentam seus estudos, sugiro que reflitam com esses autores sobre as importantes questões e conclusões ali postas com suficiente respaldo acadêmico.

**SOBRE A NECESSIDADE DE APURAR AS VISTAS
NAS LENTES DA FILOLOGIA
PARA UMA EDIÇÃO MODELO**

Ricardo Tupiniquim Ramos (UFBA/UNEB)
tupinikim@ig.com.br



CARMO, Jeovânia Silva do. *Nas lentes da filologia: edição semidiplomática de registros batismais de filhos de escravos da Chapada Diamantina – BA. Salvador: Quarteto, 2015.*

Publicado no final de 2015 pela Quarteto, a obra em apreço resulta da pesquisa realizada por sua autora ao longo de seu Mestrado em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia.

O estudo traz a edição mecânica e semidiplomática de 269 registros de batismo de filhos de escravos constantes em livro de 281 mm X 430 mm, destinado a esse mister, arquivado na Casa Paroquial São Sebastião, na Igreja Matriz da cidade de Seabra, na Chapada Diamantina, centro do Estado da Bahia.

Diferentemente de outros estudiosos – que usualmente dividem seus trabalhos em uma introdução, na fixação do texto e de seu aparato crítico – Carmo divide seu livro nos seguintes capítulos:

Introdução – na qual apresenta o conteúdo do livro, as motivações que a levaram a realizá-lo e como o organizou;

Filologia e Edição – discorre sobre os fundamentos da filologia, suas vertentes de estudo, o produto resultante do labor filológico, ou seja, a edição, os tipos de edição, as atividades subjacentes à prática da edição – a preservação dos documentos, na qual se incluem a preservação da memória, da cultura e dos fatos da língua;

Chapada Diamantina de Campestre e Seabra – [...] faz as devidas apresentações da Chapada Diamantina, localizada no coração geográfico do estado da Bahia, isto é, no centro, nela situando a cidade de Seabra e a vila da qual se origina – Campestre, sendo hoje povoado – traçando o perfil histórico da região;

Os registros de batismos: descrição e histórico, subdividido em:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Aspectos extrínsecos e intrínsecos dos documentos – [...] descreve o Livro de Registro de Batismo dos filhos de escravos, apresentando suas características físicas, tanto externas quanto internas, com as devidas ilustrações, as quais dão ao leitor a devida noção de como e onde se encontra o documento;

Crítérios para a edição – na qual apresenta os critérios norteadores, os quais traduzem o tipo de edição escolhido, a semidiplomática, que é conservadora, em que se deve ser, na transcrição, o mais fiel possível ao texto;

Edição semidiplomática e fac-símile – capítulo primordial do livro, já que traz a edição do documento [...]. (QUEIROZ, 2015, p.7-8)

Não restam dúvidas de que a obra resenhada traz importantes contribuições para o estudo do período escravista e das relações entre negras escravizadas, seus filhos *semi* (ou *pseudo*) libertos pela Lei do Ventre Livre²⁷, seus senhores e outros indivíduos daquela sociedade; da nomenclatura de pessoas e lugares da Chapada Diamantina naquele período histórico; das mínimas diferenças de estilo redacional dos textos pertencentes a um mesmo gênero (registro batismal), conforme o escriba; das variações de *scripta* de uma mesma palavra, registradas, às vezes até no mesmo fólio, dada a ausência de uma norma ortográfica unificadora; entre outros temas.

Tudo isso faz de Carmo (2015) um trabalho de interesse para a academia. Contudo, observamos alguns problemas, apontados a seguir, com o intuito de contribuirmos para o aprimoramento do trabalho da autora.

Talvez a pressa em publicar o livro tenha feito passar, tanto pelo crivo da autora quanto, principalmente, pelo da editora Quarteto, o conjunto de deslizos no uso da norma-padrão da língua, cuja obediência é imprescindível em trabalhos acadêmicos e livros técnicos:

[...] as informações presentes alcançam um considerável período relativo ao século XIX, que podem ser *útil* na elucidação de aspectos dos estudos escravistas (CARMO, 2015, p.13 – grifos nossos – em vez de **úteis**, exigido pela regra de concordância);

Quando um escravo era *comprado* havia uma matrícula que servia como comprovante da *compra*, já os filhos das escravas não possuíam essa matrícula, porque não havia ocorrido uma negociação formal de compra. (CARMO, 2015, p.13 – grifos nossos – no trecho, é necessária uma vírgula separando a

²⁷ Diferentemente do que afirma a autora à página 31, a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (Lei nº 2024, de 28/09/1871) não é uma estadual, até porque, a rigor, só há Estados no Brasil após a Proclamação da Independência, em 1889. Trata-se, outrossim, de lei de âmbito nacional, aprovada pelo Parlamento.

oração encaixada da primeira dita principal e pelo menos um ponto-e-vírgula entre essa e sua homorgânica);

[...] tinham por objetivo *marcar* para sempre *o parentesco espiritual* que se contrai no sacramento do batismo *e da idade* dos batizando. (CARMO, 2015, p.21 – grifos nossos – “marcar”, no contexto, tem dois argumentos objetivos: “parentesco” e “idade”, a ele ligados de forma distinta, um sem preposição – norma – outro com, desvio);

Os dados que *vêema* tona no ato batismal dos filhos dos escravos, permitem muitas vezes desvendar também, caminhos das relações sociais *das escravizados* [...] (CARMO, 2015, p.21 – grifos nossos, que apontam para três problemas: junção de verbo e preposição numa única forma; cacografia da forma verbal vêm e ausência de concordância nominal no SP).

Na descrição dos documentos, percebemos uma falha de indicação. Diz a autora: “Os fólhos estão presos por um cordão grosso (fig. 11)”. Contudo, observa-se que a imagem do referido cordão é a figura 7, constando, na 11, um detalhe do fólho 200r (datado de 1928), que não faz parte do *corpus* da obra.

De toda forma, todas essas são arestas aparáveis por uma revisão textual mais acurada, por parte da autora ou de seu editor, numa próxima edição do livro.

Contudo, a nosso ver, há alguns problemas realmente sérios no trabalho da autora enquanto filóloga, referentes à falta de aplicação de critérios estabelecidos por ela mesma, como, por exemplo, os relativos ao conceito do modelo de edição adotado, visto que, por duas vezes, ela deixa de transcrever linhas tão legíveis que, mesmo pela fotografia do fólho, é possível ler:

página	fólho	linhas	transcrição ausente em Carmo (2015)
124	23r	48	Setembro de 1884, filha legítima de Antonio e Joanna, escravos de
134	25v	91-92	lavrei o presente termo que assigno vigário Victor Soledade

Embora sejam apenas três linhas que deixaram de ser transcritas em toda a obra – ou seja, em 23 fólhos escritos no recto e no verso –, isso não é admissível numa edição semidiplomática – modelo adotado no trabalho em foco –, definida pela própria autora como “[...] aquela em que o editor faz uma transcrição conservadora de todos os elementos presentes no texto original” (CARMO, 2015, p.16).

Quanto à não aplicação dos critérios editoriais adotados, há ainda outro caso: critério “separar as palavras unidas e unir as separadas”

(CARMO, 2015, p.34):

página	fólio	linhas	erro editorial	correção a partir do critério adotado
135	25v	89	OrosioProença	Orosio Proença

Em alguns pontos, talvez por dificuldade de compreensão da caligrafia do escriba, pela pouca familiaridade com o vocabulário onomástico da época ou por distração, a autora deixou de ler um antropônimo, facilmente legível a partir da fotografia do fólio.

página	fólio	linhas	transcrição	correção
135	25v	51	[...] Miguel de Souza	Porphyrio Miguel de Souza

Também confundiu gêneros em contextos em que, mesmo que o escriba tivesse errado, esses enganos poderiam ser corrigidos por conjectura do editor, possibilidade permitida para uma edição paleográfica, vale dizer, diplomático-interpretativa:

página	fólio	linhas	erro editorial	correção
81	12r	22-23	escrava e Marcellina de Sa Telles	escrava de Marcellina de Sa Telles
107	18v	63	filho natural	filho legítimo
121	22r	30	Hermegenes	Hermogenes
127	23v	72-73	casa de Oração de Santa Luzia do Casuda	casa de Oração de Santa Luzia do Cascudo
135	25v	71	Ingacina	Ingaúna
107	18v	75	doa Anjos	dos Anjos
107	18v	83	Vitolina	Vitolino
129	24r	11	filha	filho
135	25v	4	filha legitima	filho legitimo
135	25v	59	pardo	parda
135	25v	69	filho	filha
135	25v	70	Francisca	Francisco

Noutros momentos, há erros de digitação, alguns naturais, como, por exemplo:

página	fólio	linhas	erro editorial	correção
129	27r	33	e pus o sanots em óleos em José	e pus os santos óleos em José

Outros decorrentes da inobservância do trabalho do corretor do *Windows*. Assim, por exemplo, a não ser que seja desconfigurada a opção de correção automática no programa, SEMPRE que se escrever AN ou CON seguido de espaço, o corretor ortográfico converte para NA e COM, respectivamente. Isso requer do editor atenção redobrada para se evitarem erros como:

página	fólio	linhas	erro editorial	correção
55	5v	75-76	Manoel de Na gola	Manoel de An gola
75	10v	51-2	NaTonio	Antonio
77	11r	41-2	NaTonio	Antonio
107	18v	84	com	con

Da mesma forma, se no final de linha aparece a sílaba “pa”, o corretor ortográfico interpreta como a sigla “PA”, do que resultaram os seguintes erros editoriais:

página	fólio	linhas	erro editorial	correção
103	17v	71, 82	PA-	pa-
139	26v	51	PA-	pa-

Por fim, há erros de troca de maiúscula por minúscula ou vice-versa:

p.	f.	l.	erro	Correção
79	11v	61	Tação	tação
137	26r	28	santos	Santos
137	26r	34	silva	Silva

O primeiro deles decorre de inobservância de algo ligado ao editor de textos do *Windows*. SEMPRE que trocamos de linha, ele inicia por maiúscula. Só que, no trabalho filológico, nem sempre a mudança de linha indica início de nova frase ou parágrafo, de forma que o responsável pela edição precisa estar atento a situações como essa enquanto transcreve o manuscrito. Os dois últimos casos são idênticos: mesmo que no documento conste a escrita dos antropônimos com minúscula, é possível corrigir esse erro do escriba por conjectura, já que o modelo adotado de edição o permite.

A despeito desses flagrantes erros, a obra em apreço se reveste de importância para os estudos linguístico-históricos e históricos, na medida em que, trazendo a lume documentos guardados em acervo privado (arquivos eclesiais) do período escravista do século XIX, podem revelar não apenas elementos da língua escrita, formal, própria da burocracia do Estado da época, como também revelar inúmeros aspectos da vida social (e linguística) de então, como a onomástica em uso na Chapada Diamantina; as relações de compadrio entre escravos e escravos ou entre escravos e homens livres; as associações entre cidadãos livres, detentores de um mesmo escravo; as diversas classes de escravo, definidas a partir de seu fenótipo, sobretudo do matiz de cor de sua pele, etc.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Levando isso em conta, recomendamos a leitura do trabalho aqui resenhado, fonte de dados e, portanto, ponto de partida para inúmeras outras pesquisas.

REFERÊNCIA

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. “Prefácio”. In: CARMO, Jeovânia Silva do. *Nas lentes da filologia*: edição semidiplomática de registros batismais de filhos de escravos da Chapada Diamantina – BA. Salvador: Quarteto, 2015, p.13-14.